

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

IGOR CAIXETA TRINDADE GUIMARÃES

**A ARTICULAÇÃO DO ADJETIVO NAS FORMAÇÕES NOMINAIS:
UMA ABORDAGEM SINTÁTICA DE BASES ENUNCIATIVAS**

Belo Horizonte
2017

Igor Caixeta Trindade Guimarães

A articulação do adjetivo nas formações nominais: uma abordagem sintática de bases enunciativas

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PosLin) da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Linguística.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva

Linha de Pesquisa: Estudos da Língua em Uso

Orientador: Prof. Dr. Luiz Francisco Dias

Faculdade de Letras da UFMG

Belo Horizonte

2017

G963a

Guimarães, Igor Caixeta Trindade.

A articulação do adjetivo nas formações nominais [manuscrito] : uma abordagem sintática de bases enunciativas / Igor Caixeta Trindade Guimarães. – 2017.

145 f., enc. : il., fots., tabs., p&b.

Orientador: Luiz Francisco Dias.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.

Linha de pesquisa: Estudos da Língua em Uso.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 140-145.

1. Língua portuguesa – Adjetivos – Teses. 2. Língua portuguesa – Sintaxe – Teses. 3. Enunciação – Teses. I. Dias, Luiz Francisco. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD : 469.5



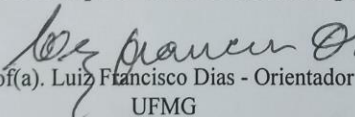
FOLHA DE APROVAÇÃO

A articulação do adjetivo nas formações nominais: uma abordagem sintática de bases enunciativas

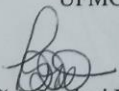
IGOR CAIXETA TRINDADE GUIMARÃES

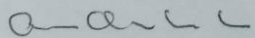
Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Doutor em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, área de concentração LINGUÍSTICA TEÓRICA E DESCRITIVA, linha de pesquisa Estudos da Língua em Uso.

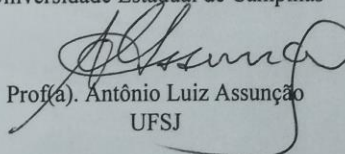
Aprovada em 19 de dezembro de 2017, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Luiz Francisco Dias - Orientador
UFMG


Prof(a). Priscila Brasil Gonçalves Lacerda
UFMG


Prof(a). Luciani Dalmaschio
Universidade Federal de São João Del-Rei


Prof(a). Ana Cláudia Fernandes Ferreira
Universidade Estadual de Campinas


Prof(a). Antônio Luiz Assunção
UFSJ

Belo Horizonte, 19 de dezembro de 2017.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Dr. Luiz Francisco Dias, que me orientou, nos últimos dez anos, pelos caminhos da Semântica da Enunciação.

Aos amigos e às amigas do Grupo ENUNCIAR, com quem compartilho experiências felizes dentro e fora da Universidade.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFMG, aos quais devo grande parte dos conhecimentos que adquiri.

Aos funcionários do PosLin, que atendem aos alunos sempre de forma prestativa.

À minha família, por me apoiar em todos os momentos.

À CAPES, pela bolsa de estudos concedida.

“A linguagem tem a possibilidade de fazer curtos-circuitos em sistemas orgânicos intactos, produzindo úlceras, impotência ou frigidez. Porque são as palavras que carregam consigo as proibições, as exigências e expectativas. E é por isto que o homem não é um organismo, mas este complexo linguístico a que se dá o nome de personalidade”.

(Rubem Alves)

RESUMO

Este trabalho discute aspectos da sintaxe do adjetivo nas formações nominais, com base em uma abordagem enunciativa. Em especial, trata das relações de dependência entre substantivo e adjetivo, analisadas sob o ponto de vista da historicidade. Para isso, lança mão de três noções centrais. A primeira delas é a noção de discursividade, por meio da qual se discute que os efeitos de sentido que o adjetivo agrega ao substantivo devem ser compreendidos em uma instância discursiva ora menos complexa, ora mais complexa. Uma ocorrência complexa é a da formação nominal *consciência negra*, em que o adjetivo não caracteriza nem qualifica *consciência*, mas evoca uma trama social que pode ser resumida em termos da conscientização da sociedade brasileira a respeito da valorização do negro, no contexto de combate ao racismo. A segunda noção é a de *referencial*, que, *grosso modo*, diz respeito ao ponto de vista da referência que sustenta os objetos de discurso. A título de exemplificação, sejam os seguintes enunciados: (1) Homem negro sequestra criança na Zona Leste de BH e (2) Conheça os novos nomes da música negra internacional. A presença do adjetivo, nessas duas ocorrências, não é determinada propriamente pelo nome (*homem/música*) ao qual se agrega, mas pelas relações históricas que sustentam os enunciados. Para discuti-las, pode ser aplicado um teste de apagamento do adjetivo. Em (1), esse apagamento produziria um silenciamento do racismo; em (2), produziria um silenciamento da afirmação da alteridade. A tese defendida nesta pesquisa é a de que os referenciais determinam a articulação do adjetivo. Em (1), a ausência do adjetivo não prejudicaria o enunciado, se ele não é sustentando por um referencial étnico. Em (2), diferentemente, a ausência do adjetivo comprometeria o enunciado, se seu referencial é relacionado a ações afirmativas. A terceira noção subjacente à pesquisa é a de *pertinência enunciativa*, por meio da qual se analisa que a frequência com que certos adjetivos se associam a alguns nomes mais do que a outros se deve a uma memória de enunciações, e não à exigência de completude de sentido do nome, relativa a cada enunciado.

Palavras-chave: Adjetivo. Sintaxe. Enunciação.

ABSTRACT

This work discusses aspects of the adjective syntax in nominal formations, based on an enunciative approach. In particular, it deals with relations of dependence between noun and adjective, analyzed from a historical point of view. To do so, it uses three central notions. The first of these is the notion of discursiveness, through which it is argued that the sense effects that the adjective adds to the noun must be understood in a discursive instance that is sometimes less complex, sometimes more complex. A complex occurrence is the black consciousness nominal formation, in which the adjective does not characterize or qualify consciousness, but evokes a social fabric that can be summarized in terms of the awareness of the Brazilian society regarding the valorization of the black, in the context of combating racism. The second notion is that of referential, which refers to the point of view of the reference that sustains the objects of discourse. By way of example, the following statements are: (1) Black man kidnaps a child in East Zone of BH and (2) Know the new names of international black music. The presence of the adjective, in these two occurrences, is not determined properly by the name (man / music) to which it is added, but by the historical relations that support the statements. To discuss them, an adjective deletion test can be applied. In (1), this deletion would produce a silencing of racism; in (2), would produce a silencing of the affirmation of otherness. The thesis defended in this research is that the references determine the articulation of the adjective. In (1), the absence of the adjective would not prejudice the statement if it is not supported by an ethnic referential. In (2), differently, the absence of the adjective would compromise the utterance, if its referential is related to affirmative actions. The third notion underlying the research is that of enunciative pertinence, by which it is analyzed that the frequency with which certain adjectives associate to some names more than to others is due to a memory of enunciations, and not to the requirement of completeness of meaning of the name, for each statement.

Keywords: Adjective. Syntax. Enunciation.

RESUMÉ

Ce travail discute des aspects de la syntaxe adjectivale dans les formations nominales, basées sur une approche énonciative. En particulier, il traite des relations de dépendance entre nom et adjectif, analysées du point de vue de l'historicité. Pour ce faire, il utilise trois notions centrales. La première est la notion de *discursivité*, à travers laquelle on prétend que les effets de sens que l'adjectif ajoute au nom doivent être compris dans une instance discursive parfois moins complexe, parfois plus complexe. Un événement complexe est la formation nominale "conscience noire", dans laquelle l'adjectif ne caractérise ni ne qualifie la conscience, mais évoque un tissu social qui peut se résumer en termes de conscience de la société brésilienne concernant la valorisation du noir, dans la lutte contre le racisme. La seconde notion est celle du *référentiel*, qui renvoie au point de vue de la référence qui soutient les objets du discours. A titre d'exemple, les déclarations suivantes sont: (1) Un homme noir kidnappe un enfant dans la zone Est de BH et (2) Connaître les nouveaux noms de la musique noire internationale. La présence de l'adjectif, dans ces deux occurrences, n'est pas déterminée correctement par le nom (homme / musique) auquel il est ajouté, mais par les relations historiques qui soutiennent les énoncés. Pour en discuter, un test de suppression d'adjectif peut être appliqué. En (1), cette suppression produirait un silence de racisme; dans (2), produirait un silence de l'affirmation de l'altérité. La thèse défendue dans cette recherche est que les références déterminent l'articulation de l'adjectif. En (1), l'absence de l'adjectif ne porterait pas préjudice à la déclaration si elle n'est pas appuyée par un référent ethnique. Dans (2), différemment, l'absence de l'adjectif compromettrait l'énoncé, si son référentiel est lié à des actions affirmatives. La troisième notion sous-jacente à la recherche est celle de la *pertinence énonciative*, par laquelle on analyse que la fréquence avec laquelle certains adjectifs s'associent à certains noms plus qu'à d'autres est due à une mémoire d'énoncés, et non à l'exigence d'exhaustivité de signification du nom, pour chaque déclaration.

Mots-clés: Adjectif. Syntaxe. Énonciation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1

Conceitos de “adjetivo” apresentados pelas gramáticas..... 32

Tabela 2

Efeitos de perspectivação relacionados ao adjetivo.....46

Tabela 3

Total de ocorrências da FN “plano de saúde”,
por década, no Jornal do Brasil.....97

Tabela 4

Total de ocorrências da FN “recursos humanos”,
por década, no Jornal do Brasil.....103

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 <i>Continuum</i> de indeterminação do sujeito.....	20
Figura 2 <i>Continuum</i> de centramento do lugar sintático de objeto.....	22
Figura 3 Interseção categorial de substantivos e adjetivos.....	30
Figura 4 <i>Continuum</i> categorial das classes de palavras.....	43
Figura 5 Enunciado retirado do <i>corpus</i>	98
Figura 6 Enunciado retirado do <i>corpus</i>	99
Figura 7 Enunciado retirado do <i>corpus</i>	104
Figura 8 Enunciado retirado do <i>corpus</i>	105
Figura 9 Enunciados retirados do <i>corpus</i>	127
Figura 10 <i>Continuum</i> da articulação do adjetivo nas formações nominais.....	131

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
METODOLOGIA	15
CAPÍTULO 1	24
O estatuto categorial do adjetivo	24
1.1 O adjetivo na tradição greco-latina	24
1.2 Adjetivos que não se conformam à classificação tradicional	29
1.3 O adjetivo nas gramáticas contemporâneas.....	31
1.4 Classes de palavras: conjuntos fechados de itens?.....	35
1.5 Por uma reformulação do conceito de “adjetivo”	43
CAPÍTULO 2	48
Revisão de literatura: estudos sobre a articulação do adjetivo	48
2.1 (Sin)categorematicidade: predicados extensionais vs. predicados intensionais	48
2.2 Adjetivos predicadores de núcleo vs. adjetivos argumentais	51
2.3. A construção nominal frente aos conceitos de “virtual” e “atual”	52
2.4 Adjetivos subclassificadores vs. adjetivos qualificadores	53
2.5 Restrição vs. explicação	54
2.6 A articulação do adjetivo segundo as gramáticas.....	56
CAPÍTULO 3	61
Fundamentação Teórica	61
3.1 Uma visão enunciativa da linguagem.....	61
3.1.1 Enunciação e predicação	67
3.1.2 O referencial.....	70
3.1.3 A pertinência enunciativa.....	73
3.1.4 A formação nominal.....	73
3.1.5 O conceito de lugar sintático.....	79
CAPÍTULO 4	81
Uma proposta para o estudo do adjetivo	81
4.1. Introdução	81
4.2. A discursividade subjacente às formações nominais	81
4.3 A articulação do adjetivo segundo referenciais.....	89
4.3.1 A organicidade das formações nominais na emergência de referenciais	94
4.3.2 Procedimentos de análise sintática	107
4.3.3 As relações de (in)dependência entre adjetivos e referenciais	110
4.4 A sintaxe além das formações nominais: a pertinência enunciativa	114
4.5 Síntese da análise: o <i>continuum</i> das relações de (in)dependência entre substantivo e adjetivo	121
4.6 O adjetivo e os lugares sintáticos da determinação nominal.....	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS	140

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, propomos um estudo da articulação contraída pelo adjetivo e pelos determinantes convergentes de valor adjetivo. Por articulação, entendemos a relação de dependência sintático-semântica que essa categoria mantém com o substantivo e com as expressões de valor nominal, como ilustram as seguintes sentenças:

- (1) Não perca esta **especial** oportunidade para adquirir a casa própria.
- (2) O atendimento **especial** será facultado apenas a idosos.

O adjetivo *especial* tende a se articular, ora com o substantivo *oportunidade*, ora com o substantivo *atendimento*, de formas diferentes, o que pode ser explicitado através das seguintes paráfrases:

- (1) a. Não perca esta oportunidade para adquirir a casa própria.
- b. Não perca esta oportunidade para adquirir a casa própria. Ela é especial.
- (2) a. ? O atendimento será facultado apenas a idosos.
- b. ? O atendimento será facultado apenas a idosos. Esse atendimento é especial.

A articulação parece depender de fatores semânticos, como o tipo de modificação que o adjetivo exerce. Em (1), ele modaliza o referente, ao passo que, em (2), restringe-o. Para mostrarmos como esse tema é tratado na literatura, faremos menção a diferentes abordagens, juntamente com uma discussão crítica. Neste trabalho, analisamos palavras tradicionalmente classificadas como adjetivos e também expressões que determinam o substantivo, aqui denominados de *convergentes adjetivais*, conforme Dias (2018, no prelo).

A pesquisa que ora propomos visa a aprofundar as reflexões que fizemos em nossa dissertação de mestrado (2011), na qual discutimos aspectos da determinação nominal, assunto muito obscuro nos estudos linguísticos e na tradição gramatical. Visa, além disso, a contribuir para o desenvolvimento dos estudos gramaticais da língua em uso, em especial aquele preconizado por Dias: a sintaxe de bases enunciativas. Frente à constatação de que o tema *determinação* é abordado de forma vaga e sem critérios eficientes nas gramáticas contemporâneas, haja vista ser descrito por estudos semânticos ou sintáticos em desconexão, poderemos contribuir para o ensino de gramática, numa perspectiva do funcionamento da língua, adotando um viés de análise mais coerente com os fatos linguísticos. Os estudos da língua em uso são, em princípio, mais

aplicáveis a propostas pedagógicas, uma vez que se fundamentam nas práticas sociais cotidianas relacionadas às reais situações de comunicação. Com base nesse princípio, estamos em consonância com as seguintes ideias de Hjelmslev (1991, p. 109): “O conhecimento teórico puro sempre deve preceder o conhecimento aplicado. Porém, sem prejuízo de estudos mais profundos, deve o conhecimento estar sempre cômico do débito que tem para com o homem e a sociedade.”. Propomos este trabalho, então, com duas motivações: 1) agregar avanços aos estudos linguísticos, por meio do desenvolvimento do conhecimento teórico em semântica da enunciação; 2) tornar o conhecimento gramatical mais coeso e sistematizado, a partir da escolha teórica assumida, que nos parece ser a mais apropriada. Eis nossos objetivos:

Objetivo geral:

- Descrever o funcionamento enunciativo dos convergentes adjetivais.

Objetivos específicos:

- explorar os fundamentos do conceito de *formação nominal*;
- redimensionar o conceito de “classe de palavra”;
- propor uma ampliação do conceito de adjetivo;
- analisar a articulação entre nome e adjetivo, a partir dos conceitos de *discursividade*, *referencial histórico* e *pertinência enunciativa*;
- definir propriedades de funcionamento das categorias sintáticas que fazem parte da arquitetura nominal, à luz da Semântica da Enunciação.

METODOLOGIA

Para estabelecermos as diretrizes metodológicas deste trabalho, importa definirmos o tipo de pesquisa que pretendemos, bem como a natureza da seleção dos dados de língua que nos permitam analisar o fenômeno a ser estudado. A pesquisa terá, predominantemente, caráter qualitativo, definindo-se como aquela que permite uma aproximação entre teoria e dados, por meio de procedimentos descritivos/interpretativos. Como etapa inicial, faremos um levantamento bibliográfico de estudos linguísticos que têm como foco a sintaxe dos adjetivos e discutiremos, criticamente, as perspectivas apresentadas, de modo a definirmos aquelas que podem contribuir mais efetivamente para a teoria subjacente a esta pesquisa — a semântica da enunciação.

Em alguns momentos, lançamos mão de análises quantitativas, a fim de que corroborem as hipóteses propostas. Segundo POPE e MAYS (1995), citado por Neves (1996),

Os métodos qualitativos e quantitativos não se excluem. Embora difiram quanto à forma e à ênfase, os métodos qualitativos trazem como contribuição ao trabalho de pesquisa uma mistura de procedimentos de cunho racional e intuitivo capazes de contribuir para a melhor compreensão dos fenômenos. Pode-se distinguir o enfoque qualitativo do quantitativo, mas não seria correto afirmar que guardam relação de oposição (POPE & MAYS, 1995, p. 42).

O método principal a ser utilizado é o método indutivo, entendido como aquele que parte de dados particulares, suficientemente constatados, e infere um efeito de verdade geral, não contido, em princípio, nas partes examinadas. Os dados reunidos neste trabalho serão os mais diversificados possíveis, a serem retirados de enunciados que pertençam a ampla variedade de situações comunicativas, para que criem um cenário de compreensão mais abrangente da determinação nominal. Haja vista que o fenômeno que nos propomos a estudar é de ocorrência geral, presente em textos de quaisquer gêneros, temos maior liberdade e maiores possibilidades descritivas. Desenvolveremos, assim, um estudo por meio de amostras, aleatórias ou não.

Para definirmos a natureza dos dados de referência, optamos por uma metodologia que adote procedimentos combinados. Lidaremos com: 1) *dados de corpus integral*, isto é, escolheremos textos e analisaremos, mais detalhadamente, aspectos sintáticos dos adjetivos nele presentes, a fim de termos uma amostra de compreensão panorâmica das regularidades de funcionamento da sintaxe nominal em função do texto

como um todo; 2) *dados selecionados de corpora*, que são dados obtidos a partir de pesquisa em ferramentas de busca — como Google, redes sociais, *Corpus do Português*, entre outros —, com o objetivo de agruparmos ocorrências de um mesmo item em diferentes enunciados. Por exemplo, escolhemos o adjetivo *negro* e verificamos, em textos diversos, a sequência linguística em que ele aparece, procedendo a um recorte dos *corpora* pesquisados; e 3) *dados de introspecção*, criados, circunstancialmente, para ilustrarem algum fenômeno mais específico, a fim de que tenhamos condições de explorar as possibilidades de uso. Por meio dessas três tipologias de dados, vislumbramos conseguir apurar o fenômeno estudado numa perspectiva mais abrangente, de modo a evitar, por um lado, a formulação de conclusões limitadas às especificidades de um *corpus* específico e, por outro, a artificialidade analítica decorrente da seleção tendenciosa de exemplos manipulados pelo pesquisador. Nesse sentido, julgamos, em sintonia com a perspectiva teórica a que nos filiamos, que a produtividade da análise de um dado depende, diretamente, das condições de sua produção, conforme ponderam Agustini & Bertoldo (2011).

Compreendemos que o campo enunciativo interessa-se por fatos linguísticos cujas descrições e análises implicam a referência ao ato de produção do enunciado e, por decorrência, à enunciação. O dado, portanto, não é jamais “dado”, ou seja, algo que se vislumbre como tal *a priori* e independentemente. Trata-se de uma construção determinada, em certo sentido, pelo ponto de vista do pesquisador, que está determinado, por sua vez, pelo modo como incide nele a teoria que assume, a lente teórica por meio da qual vê o (seu) mundo. (AGUSTINI & BERTOLDO, 2011, p. 122)

As condições de produção, consideradas em suas amplas possibilidades, podem contribuir, dessa forma, para que o objeto de estudo ganhe maior sustentação. Dias (2006a), problematizando o estatuto dos dados/exemplos nas gramáticas, desenvolve uma exposição a respeito do modo como elas geralmente os apresentam, muitas vezes com a concepção de uso ‘exemplar’, modelo a ser seguido. Não raro, podem ser de uso efetivo, porém sem se integrarem ao conceito que ilustram, ou podem ser construídos apenas para se alinharem ao conceito. Assim, produzido em situações de comunicação muito específicas, um dado linguístico, por si só, não demonstra a construção de uma regra. De fato, os exemplos podem efetivamente verificar e atestar formulações teóricas, mas podem também motivá-las *a priori*, num caminho contrário. Em razão disso, cremos na maior eficiência de um *corpus* híbrido, que supra essas duas limitações. Nossa proposição se resume na seguinte consideração:

Os exemplos não aparecem aleatoriamente no texto, mas são convocados para constituir um conjunto de exemplos. Nasce daí o conceito de exemplos-colmeia. Dentro desse conceito, exemplos elaborados para um fim específico de demonstração ganham ancoragem em exemplos efetivamente realizados. (DIAS, 2006a, p. 52)

Em abordagem recente, Dias (2018) desenvolve o conceito de *rede enunciativa*, para se referir a um conjunto de dados reunidos em torno de um mesmo fenômeno linguístico ou de uma forma linguística, que são qualificados por diferentes possibilidades de articulação. Afirma o autor:

A constituição de uma rede enunciativa envolve a formação de contrastes entre a construção linguística em estudo e outras construções com estruturas semelhantes e palavras iguais, no sentido de permitir a percepção do valor semântico que a enunciação sustenta. Essas construções outras, trazidas para a rede enunciativa, são construídas pelo próprio pesquisador e também buscadas em usos efetivos, como no Google e nos bancos de dados que abrigam usos orais e escritos da nossa língua. (DIAS, 2018, p. 36, no prelo)

À proposta de Dias se somam reflexões de Possenti (2009), no que diz respeito ao estatuto dos dados, cuja pertinência ele discute em relação à análise do discurso. Não obstante essa filiação teórica, a reflexão nos parece também aplicável a outras perspectivas teóricas, como a da semântica da enunciação. O autor discute a oposição *dados rentáveis X dados cruciais*, sendo os primeiros aqueles que têm um caráter institucional (por exemplo, o discurso de um estadista), e os segundos, aqueles que são coletados de manifestações mais espontâneas da língua (por exemplo, um diálogo no elevador). Segundo Possenti, os dados cruciais, que podem ser simples encadeamentos sintáticos, têm como efeito pôr à prova a teoria que os analisa, uma vez que estão mais próximos da linguagem comum e, portanto, menos controlável. De nosso ponto de vista, concorde com o de Possenti, é desejável lidar tanto com dados rentáveis quanto com dados cruciais, de sorte que lancemos mão, ao mesmo tempo, de textos efetivos e de breves sequências linguísticas construídas para a finalidade descritiva. Numa proposta de integração entre semântica da enunciação e sintaxe, distanciamo-nos de estudos que concebem a sintaxe como um módulo da língua autônomo, pressupostos nesta crítica feita pelo referido linguista:

(...) na expressão “regras de mera sintaxe”, para levar a sério o adjetivo “mera”, é necessário encarar quase simploriamente a sintaxe, considerar apenas as condições formais de engendramento, como se a sintaxe fosse absolutamente autônoma em relação à história, à cultura, aos efeitos de sentido de que é suporte. (POSSENTI, 2009, p. 27)

Feitas tais considerações, é importante esclarecer que, aos dados recolhidos de uma rede de exemplos linguísticos, em consonância com o conceito de Dias, aplicaremos testes de argumentação sintática, tais como *apagamento*, *paráfrase*, *deslocamento* e *intercalação*, como procedimento metodológico que nos permita explorar a articulação sintática. Refletir sobre a língua, operando sobre possibilidades de sentido, é uma forma de melhor captá-la, o que concebemos como reflexão epilinguística. “Chamamos de atividade epilinguística a essa prática que opera sobre a própria linguagem, compara as expressões, transforma-as, experimenta novos modos de construção canônicos ou não, brinca com a linguagem, investe as formas linguísticas de novas significações” (FRANCHI, 1988, p. 36).

Outro ponto importante da metodologia é o caráter das descrições que serão feitas. De acordo com Saussure (1975), “a linguagem escapa a qualquer estudo totalitário; a linguagem escapa as mais das vezes à observação”. Entendemos que a linguagem não pode constituir um objeto de estudo sobre o qual se tenha amplo controle, pois ela está dinamicamente sujeita a se recriar a todo instante; ela é múltipla, vasta, conservadora e inovadora. Guimarães (1996, p. 32) define: “a língua é um sistema de regularidades que guarda e esquece as enunciações por que passa”. Esse conceito vem ao encontro das diretrizes que nortearão o presente trabalho, de acordo com as quais os fenômenos investigados poderão ser enquadrados em regularidades, que são tendências, mais ou menos estáveis, motivadoras das descrições efetuadas. As regularidades permitem uma identificação de fenômenos mais gerais, não categorizados rigidamente. Nessa direção, Lacerda (2013, p. 91) define *regularidade* “como uma espécie de estabilidade que se apreende da interface entre materialidade linguística e a enunciação”. Elencando, pois, a noção de regularidade, abriremos mão da adoção de regras, que sugerem aplicações objetivas a realidades exatas. Embora, etimologicamente, as palavras *regra* e *regularidade* tenham a mesma origem, concentramo-nos na acepção de regularidade como aquilo que é constante, mas, ao mesmo tempo, não se sujeita a uma rigidez. Por essa ótica, vislumbramos que os fenômenos linguísticos ultrapassam categorias estanques e, em consonância com Agustini & Bertoldo (2011, p. 124), “desconfiamos das teorizações apressadas baseadas num caráter homogêneo e uniforme da linguagem e que, por isso, concebem a linguagem como mero instrumento de comunicação humana”.

Da mesma forma, refutamos perspectivas sobre a linguagem que se limitem a dualismos reducionistas, presentes não somente nos estudos linguísticos, mas, de modo geral, no pensamento ocidental, por herança do platonismo filosófico. “Uma filosofia dualista é aquela que repousa numa dupla de conceitos fundamentais que se opõem e/ou se complementam” (BAGNO, 2011, p. 38). Em gramática, o dualismo se refletiu na categorização das formas linguísticas, a exemplo da problemática oposição estabelecida entre substantivos concretos e substantivos abstratos. O problema reside no fato de que, entre os substantivos tipicamente abstratos e os tipicamente concretos, existem outros com variados graus de concretude ou abstração, como sugerem os itens desta sequência: pedra > água > vapor > ar > bactéria > átomo¹. Outro dualismo frágil é aquele segundo o qual os verbos podem ser divididos entre transitivos e intransitivos, quando um mesmo verbo pode participar de diferentes construções, em que a (in)transitividade se manifesta de forma mais complexa.

Na verdade, tamanha é a complexidade dos fatos sociais, dos quais a língua não se dissocia, que qualquer classificação que se pretenda muito categórica é facilmente refutável. Nessa perspectiva, é esclarecedora a proposição de Volóshinov, citado por Bagno (2011): “Cada palavra, como sabemos, se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os acentos sociais de orientação contraditória. A palavra se revela, na boca do indivíduo, como o produto de interação viva das forças sociais”. ([1929] 1986: 40-41, *apud* BAGNO, 2011, p. 59). Essa concepção justifica, assim, uma metodologia de análise linguística que não preconize categorias estanques, com fronteiras tão nítidas. Antes o contrário: necessário se faz mostrar como elas são fluidas, assim como fluido é o fenômeno linguístico. Adotamos, por isso, uma metodologia de *continua*. Por *continuum*, entendemos uma sequência extensa de elementos dispostos consecutivamente, entre os quais se estabelecem distinções, que vão se tornando maiores à medida que são alcançados os extremos dessa sequência. De acordo com Lacerda (2013, p. 87) “a hipótese dos contínuos seria um desdobramento dessa realidade difusa que é a dimensão simbólica da língua”. Para exemplificarmos a aplicação dessa metodologia, mencionaremos, a seguir, duas abordagens produzidas em conformidade com pesquisas realizadas sob o olhar enunciativo.

Ladeira (2010) desenvolve uma compreensão mais clara sobre o que a gramática conceitua como “sujeito indeterminado”. Segundo os compêndios tradicionais, o sujeito

¹ Também é curioso notar a incoerência da gramática ao definir “Deus” como substantivo concreto, sendo este, talvez, um dos mais abstratos que a língua registra.

indeterminado — aquele que não pode ser identificado no discurso — exprime-se, linguisticamente, por meio de dois recursos morfossintáticos principais: o emprego do verbo na terceira pessoa e o emprego da partícula “se”, como no exemplo das sentenças “Roubaram o carro do vizinho” e “Tem-se falado de golpe militar”. As gramáticas também reconhecem sujeito indeterminado em infinitivos como “Favor deixar o portão aberto”, em que o ato de “deixar” não é associado a nenhuma pessoa especificamente. No entanto, a ideia de indeterminação não se limita a essas três possibilidades, tendo a língua múltiplos recursos para exprimi-la, de acordo, também, com situações enunciativas diversas. Na verdade, é difícil distinguir, muitas vezes, o determinando do indeterminado, de sorte que estas não são duas categorias estanques e, por isso, podem estar amalgamadas. As sentenças abaixo mostram algumas possibilidades de indeterminação:

(51)

- a- Bater à porta é sinal de boa educação.
- b- Diz que bater à porta é sinal de boa educação.
- c- Bateram à porta.
- d- Eles bateram à porta.
- e- Alguém bateu à porta.
- f- Um certo alguém bateu à porta.
- g- Um desconhecido bateu à porta

(LADEIRA, 2010, p. 68).

Ladeira apresenta, pois, um *continuum* de (in)determinação, no qual podem aparecer, de um lado, sujeitos definidos e, de outro, sujeitos indeterminados, entre os quais se colocam os menos definidos, os mais específicos e os menos específicos:

Figura 1
Continuum de indeterminação do sujeito



(LADEIRA, 2010, p. 85).

Outra aplicação da abordagem de *continuum* é a de Dalmaschio (2013), que faz uma discussão a respeito do objeto verbal, levando em conta dois aspectos essenciais: a presença e o silenciamento desta categoria em enunciados, bem como os efeitos de sentido relacionados a modos de enunciação específico ou genérico, analisados em função da presença ou do silenciamento do objeto. Vejamos um dos dados discutidos pela autora, com base neste diálogo:

(116a) – O Brasil perdeu Tom Jobim esta semana.

(116b) – Sim. Podemos dizer que o Brasil perdeu o Tom.

(116c) – Verdade, essa perda não é o mesmo que abrir mão de um artista qualquer, significa perder ritmo, perder melodia.

(116d) – Tom Jobim é um daqueles artistas que mereciam ser eternos e o Brasil perdeu muito cedo.

(116e) – Só pra desconstrair... eu também perdi esta semana. Não vou mais jogar na loteria.

(116f) – Sua perda foi financeira e isso é pouco. Já o povo brasileiro perdeu mais.

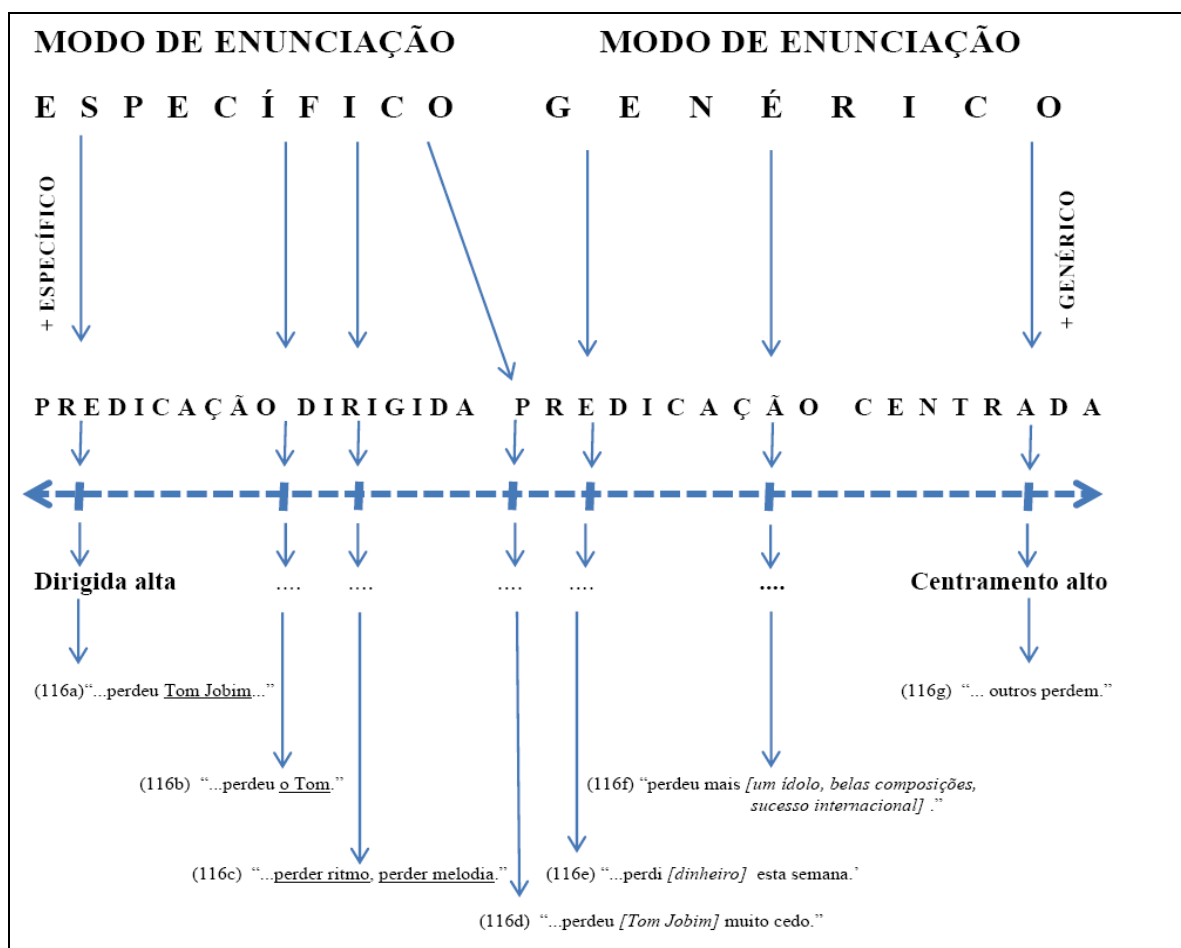
(116g) – Acho melhor voltarmos ao trabalho... na vida é assim: uns ganham outros perdem. E se continuarmos com essa conversa corremos sérios riscos de perder o emprego.

(DALMASCHIO, 2013, p. 152-153)

Inicialmente, comparemos (116a) com (116g): “O Brasil perdeu Tom Jobim esta semana” e “na vida é assim: uns ganham, outros perdem”. Interessa-nos, aqui, o verbo “perder”, que aparece com objeto expreso na primeira (perdeu Tom Jobim) e sem objeto, materialmente expreso, na segunda. Naquela, atua um modo de enunciação específico, pois se identifica o que foi perdido (Tom Jobim). Nesta, diferentemente, atua um modo de enunciação genérico, com caráter de provérbio, e as noções de “ganho” e “perda” podem se aplicar a situações muito diferentes (ganhar/perder: uma oportunidade, dinheiro, saúde, amor etc.). Entre essas duas sentenças — específica e genérica, respectivamente — há, porém, diferentes graus de especificidade e genericidade, por causa da presença material do objeto e a despeito de seu silenciamento. Em (116c), por exemplo, o objeto está declarado, mas há um pressuposto de que a perda do artista Tom Jobim implica outras perdas (melodia, ritmo, entre outras coisas). Já em (116d), o objeto, apesar de não estar declarado, é recuperado no enunciado (O Brasil perdeu Tom Jobim muito cedo). E em (116f), por fim, o silenciamento do objeto envolve uma rarefação de sentidos, relacionadas a perdas circunscritas a um certo domínio, provavelmente sociopolítico: perder direitos, perder a confiança nos gestores da nação, perder a esperança de dias melhores. Tais perdas, entretanto, são menos genéricas do que as que poderiam ser consideradas a propósito de (116g), em que há grau máximo de genericidade. Diante desses dados, Dalmaschio analisa dois tipos de predicação: a centrada (que caracteriza enunciados cuja referência

está focada no processo verbal, sem a presença material objeto) e a dirigida (que caracteriza enunciados cuja referência é integrada pela presença material do objeto). A autora sintetiza sua descrição em um *continuum*:

Figura 2
Continuum de centramento do lugar sintático de objeto



(DALMASCHIO, 2013, p. 153)

Um último aspecto importante de nossa metodologia diz respeito à delimitação de conceitos que nos permitam abarcar, de modo mais coerente, maior número de exemplares das categorias com as quais lidamos. Hardy-Vallée (2013), em obra dedicada a uma discussão geral sobre a noção de conceito, refere-se a ela como invariante que se caracteriza como “unidade primeira do pensamento”. O invariante, do qual se pretende certa uniformidade e certa estabilidade, reúne as propriedades gerais dos membros de uma categoria. O autor exemplifica: “O conceito de árvore permite conhecer o que não varia de uma árvore para outra (funções vitais, anatomia etc.), o que torna possível o conhecimento de árvore *enquanto árvore*” (Hardy-Vallée, 2013, p 23).

Isso não significa, porém, como o próprio autor dá a entender, que existam conceitos definitivos e acabados, uma vez que o conceito pertence a uma ordem subjetiva mais ou menos estável. No prefácio da referida obra, Ferreira tece duas observações cruciais, considerando a mobilidade dos conceitos:

Se o conceito limita delimitando, há um perigo no conceito, o de unir e de identificar, o que leva à perda de multiplicidade, da pluralidade, do movimento. Precisamos, então, ser criativos e criar conceitos capazes de falar dessa diversidade, da novidade, da sucessão dos eventos. Tentar, incessantemente, dar conta do diferente para dar conta da multiplicidade do sentido e de seus movimentos. (Hardy-Vallée, 2013, p. 11)

O conceito não pode perder seu caráter geral, mas também não pode ser visto como conclusão: ele é introdução. Criar um conceito não consiste em se fechar numa ideia, mas em multiplicar as ocasiões de eventos, em aumentar o possível (Hardy-Vallée, 2013, p. 12)

Com base nesses apontamentos, focaremos, no primeiro capítulo desta tese, logo a seguir, uma reflexão sobre o conceito de “adjetivo”.

CAPÍTULO 1

O estatuto categorial do adjetivo

1.1 O adjetivo na tradição greco-latina

A concepção das categorias linguísticas preconizadas pelas gramáticas modernas remonta à milenar tradição greco-latina, fundamentada, em grande parte, nas reflexões empreendidas por filósofos. De fato, o pensamento gramatical esteve ligado diretamente à filosofia, num processo paulatino de consolidação.

Um de seus marcos iniciais se localiza em *Crátilo*, célebre diálogo em que Platão (428–348 a.C.) apresenta uma discussão sobre a relação entre as palavras e a realidade, com o intuito de definir se os nomes dados às coisas são produto de uma convenção ou se são um reflexo da natureza. A despeito de reconhecer a imperfeição da linguagem, Platão se seduzia pela premissa de que as coisas a que o homem se reporta por meio da língua são-lhe autônomas e existem por si próprias, de acordo com seu caráter e com sua natureza; para nomeá-las, seria necessário, portanto, fazê-lo da forma correta, e não arbitrariamente². Casevitz & Charpin (2001, p. 33) comentam, sobre tal posição, que “é totalmente excepcional entre os antigos, que, nesta matéria, procedem por afirmações categóricas”. Em tese, a afirmação categórica em questão é a visão do nome como *mimese* (cf. MOURA NEVES, 2004 [1987], p. 114), por ele ter, supostamente, a propriedade de representar a realidade.

Outro marco importante dos estudos gramaticais foi a escrita da obra *Téchné Grammatiké*, por Dionísio de Trácia (170–90 a.C.), considerada a primeira gramática produzida no Ocidente. Ela apresenta, em formato de breve tratado, lições de poética, prosódia e fonética, bem como as oito partes do discurso, isto é, as oito classes de palavras formuladas até então: nome, verbo, conjunção, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção. Examinaremos, a seguir, o surgimento da concepção da classe dos adjetivos, com base no pensamento filosófico e nos estudos linguísticos propriamente ditos.

Inicialmente, a classe dos adjetivos esteve vinculada à classe geral dos nomes, que incluíam tanto os substantivos quanto os adjetivos. Os antigos compreendiam que, além de, semanticamente, ambas as categorias se prestarem à função designatória,

² Os antigos se dividiram entre duas escolas: a dos *naturalistas*, que atribuíam à linguagem um poder representacional, e a dos *convencionalistas*, que entendiam que as formas da língua, não sendo motivadas, criam-se por mera convenção.

compartilhavam, morfológicamente, marcas flexionais de gênero e número, o que as distinguia das palavras invariáveis (como preposição e advérbio) e da classe dos verbos, que tem um paradigma flexional singular, com variações de tempo e modo. As primeiras gramáticas não estabeleceram, dessa forma, uma distinção nítida entre substantivos e adjetivos e, quando o fizeram, a distinção se mostrou lacunar, sem um conceito norteador. Além disso, elas nem sempre adotaram um critério único de definição, optando ora por critérios semânticos, ora por critérios formais. Este último, contudo, parece ter sido o mais relevante para a distinção pretendida a princípio, ainda que de forma intuitiva. O adjetivo (em latim, *adjectivus*, traduzido do grego *epíteton*) significa “o que se coloca junto” de outra palavra (cf. BAGNO, 2011, p. 666), haja vista que, sintaticamente, carece de autonomia, por não ocorrer sozinho na sentença, diferentemente do substantivo, que tem posição nuclear. Outra evidência de diferença entre adjetivo e substantivo, discutida pelos gramáticos da Idade Média, diz respeito ao fenômeno da derivação, como nas palavras montanha/montanhoso, chuva/chuvoso, em que a variação morfológica de um mesmo radical tende a indicar que elas têm naturezas diferentes³.

Os gramáticos também atribuíram duas particularidades aos adjetivos: a possibilidade de gradação e a propriedade de gênero não inerente. Sobre a primeira, seria correto dizer que o adjetivo admite variações como “pouco justo > meio justo > justo > muito justo”, o que não ocorreria com os substantivos (?) “pouco óculos > meio óculos > óculos > muito óculos”. O argumento, contudo, não é plausível, haja vista a existência de adjetivos que não admitem gradação, a exemplo de “cardíaco” ([?] pouco cardíaco/muito cardíaco) e de substantivos em que a gradação é possível: “Carlos é muito homem⁴”. Aliás, a categoria dos advérbios também admite gradações (pouco cedo > cedo > muito cedo). Sobre a segunda, seria aceitável considerar que os adjetivos só adquirem marca de gênero pela concordância que estabelecem com o gênero do substantivo (carro vermelho/bicicleta vermelha). Mas também esta não é uma propriedade exclusiva dos adjetivos, visto que os substantivos “ouvinte” e “estudante” não têm, *a priori*, um gênero definido fora do enunciado.

A distinção entre substantivo e adjetivo também pode ser analisada sob o ponto de vista da oposição entre *substância* e *qualidade*. Se, por um lado, a substância

³ A discussão proposta nesse parágrafo é parte de uma síntese de ideias reunidas por Colombat (1992, p. 101-122), no artigo *L'adjectif dans la tradition latine: vers l'autonomisation d'une classe*.

⁴ A respeito deste exemplo, em particular, cabe uma discussão sobre se “homem” é substantivo ou adjetivo.

(etimologicamente, “estar debaixo de”) designa a essência independente das coisas, aquilo que é determinado em si mesmo, por outro, a qualidade refere-se à diferença da essência, ou à modificação daquilo que existe. A qualidade é considerada um acidente que altera um objeto, como mostra o seguinte exemplo: casa *nova*, casa *antiga*, casa *amarela*, casa *reformada*, casa *espaçosa*. Vemos que uma substância (casa), tomada em sua essência, pode ser determinada acidentalmente pelos adjetivos que se lhe colocam ao lado. Abbagnano (2007, p. 827), em seu *Dicionário de Filosofia*, define *qualidade* como sendo “qualquer determinação de um objeto”. Contrapõe *qualidade* a *propriedade*, no sentido de que esta é própria de um objeto, caracterizando-o individualmente; a qualidade, por sua vez, nem sempre é inerente à coisa, pois pode ser-lhe atribuída externamente. O autor destaca, ademais, que “a noção de qualidade é extensíssima e dificilmente pode ser reduzida a um conceito unitário” (p. 827). Os dicionários de língua portuguesa, por sua vez, definem *qualidade* como “condição natural das pessoas ou coisas pela qual se distinguem de outras”, “maneira de ser boa ou má de uma coisa”, “aquilo que caracteriza uma coisa”⁵. A definição de Abbagnano é mais ampla, porém de certa forma obscura, o que nos leva a formular a seguinte questão: o que se entende por “determinar” um objeto? Se empregarmos artigo definido diante de um nome (ex.: ele é o professor), talvez o estejamos determinando, entretanto não é certo que essa partícula exprime uma qualidade.

Já comentamos, sumariamente, a influência que a gramática recebeu da filosofia, notadamente da tradição retórica. Evidência de tal influência é o fato de Dionísio de Trácia ter apresentado as classes de palavras como “partes do discurso”. O adjetivo, nessa tradição, era visto como a palavra que ornava os discursos, conferindo-lhes qualidades como a clareza, mas, vez outra, conferia também certos exageros, como em “a brilhante estrela”, “os dentes brancos”, “a água úmida”, expressões em que os adjetivos não acrescentam informações novas aos substantivos. Em alusão à perspectiva retórica, Colombat (1992, p. 105) afirma que “o adjetivo é essencialmente um ornamento que se presta a enfatizar o discurso, do qual não se deve abusar, para não sobrecarregar o texto”⁶. O autor também comenta a visão do latinista Diomedes, para quem o adjetivo é uma categoria que explicita as ideias de “louvor” e “culpa”, seja da alma, dos corpos ou do exterior. A propósito desses apontamentos, constatamos que,

⁵ Acepções encontradas nos dicionários Caldas Aulete e Priberam, versões digitais.

⁶ Tradução nossa do trecho em francês: “*l’adpositum* est essentiellement un ornement servant à étoffer le discours, mais dont il ne faut pas abuser, sous peine de surcharge”.

primordialmente, o adjetivo fora descrito, sobretudo, quanto ao seu caráter argumentativo, tendo sido preteridas suas demais funções.

Em seu estudo, Colombat discorre sobre as perspectivas adotadas pelos gramáticos medievais, entre eles Sanctius (1587) e Scaliger (1540). Este último, fortemente influenciado pelas ideias de Aristóteles e sendo considerado um dos precursores da Gramática de Port-Royal, defendeu a autonomização da classe dos adjetivos. Em sua argumentação, ponderou que não basta defini-los, sintaticamente, como itens colocados ao lado do substantivo, uma vez que, mesmo retirado do enunciado, um item como “bom” é reconhecido como adjetivo⁷. A categoria poderia, portanto, ser isolada. Para Scaliger, “a essência do adjetivo é a de trazer a um objeto a indicação de algo que lhe seja interior”⁸ (cf. COLOMBAT, 1992, p. 109). No caso em que uma palavra com potencial qualificador (ex.: velho) apresenta, no enunciado, propriedades do substantivo, como em “O velho tem experiência”, gramáticos medievais, ao perceberem a possível inconsistência da classificação, consideravam se tratar de um fenômeno de eclipse, em que o adjetivo se relaciona a um substantivo apreendido no discurso: o (homem) velho tem experiência. A solução encontrada se justifica pela premissa, por eles adotada, de que o acidente (a qualidade) não poderia se tornar a substância. Outros gramáticos, por sua vez, admitiam a possibilidade de multicategorização, isto é, haveria palavras que poderiam ser ora substantivos, ora adjetivos.

Sobre essas ideias, fazem-se necessários alguns comentários. Em primeiro lugar, parece não haver solução para a constatação de que uma palavra como “doce” pode ser tanto uma qualidade quanto o nome de alguma coisa (o doce)⁹. Em segundo lugar, há enunciados em que “bom”, a despeito de designar uma qualidade, parece não se vincular a nenhum nome no discurso: “O bom é que Hugo conseguiu pagar todas as suas dívidas”. Em terceiro lugar, admitir a possibilidade de uma palavra pertencer a mais de uma categoria é uma solução artificial, se considerarmos que as classes, ao contrário das funções sintáticas, são definíveis fora de contexto.

⁷ Tradução nossa do trecho em francês: “Il ne fait aucun doute que, même en dehors d’un énoncé, on dira de ce mot *bonus* (bon) qu’il est un adjectif”. (COLOMBAT, 1992, p. 107).

⁸ Original em francês: Pour Scaliger (1540: 179 [GLH/10c]), “l’essence de l’adjectif est d’apporter à quelque chose l’indication de quelque chose qui lui soit intérieur”.

⁹ Na gramática de Port-Royal, já estava colocada a dúvida de se considerar, por exemplo, os nomes de profissões como substantivos ou como adjetivos, por ser obscura a definição dessas palavras como “qualidades” ou como “substâncias” (cf. COLOMBAT, 1992, p. 113).

Ainda a respeito da delicada distinção entre *qualidade* e *substância*, é válido registrar que fora abordada por estudiosos também num paralelo com a teologia, pela discussão das proposições “Deus é justo” e “Deus é justiça”, conforme registra Rosier (1992, p. 76). Colocam-se em questão os valores que substantivo e adjetivo têm quando em função predicativa, a se considerar que, em referência a Deus, seria correto pensar que a essência designada pelo nome *justiça* está em conformidade com a essência divina. Este, talvez, seja um exemplo muito particular e, ao mesmo tempo, muito complexo; por essa razão, ultrapassa os limites da discussão linguística. Contudo, teólogos pretenderam, dada a sua vocação filosófica, investigar melhor o assunto. Rosier comenta uma visão alternativa à oposição qualidade X substância, proposta pelo monge Anselmo de Cantuária (1033–1109), que instigou uma discussão semântica sobre a palavra “gramático” (esta tinha, em latim, o sentido de “aquele possui uma gramática”), questionando se ela designaria uma substância ou uma qualidade. Eis a solução proposta:

ela significa propriamente a qualidade “possuidor de gramática”, mas evoca a substância, recuperando, de maneira indeterminada, o indivíduo que possui essa qualidade. O mesmo raciocínio vale para o adjetivo “branco”, que significa qualidade, mas evoca os indivíduos que a possuem.

(ROSIER, 1992, p. 80. Tradução nossa.)¹⁰

A proposta, que chegou a ser adotada por vários autores, parece-nos razoável. De fato, uma palavra como *branco* tem potencial qualificativo (pano branco), mas pode servir para designar algo (os brancos dominaram os índios), o que se aplica também ao adjetivo “velho”, citado anteriormente. Não obstante, não há, por meio dessa análise, solução para o problema da oposição entre substantivo e adjetivo. As noções de substância e qualidade tendem a se aplicar prototipicamente a algumas palavras, mas existem complicações semânticas às quais elas escapam. Rosier cita um impasse entre a gramática e a filosofia, no tocante à derivação das palavras. Do ponto vista lógico, em consonância com o pensamento aristotélico, seria correto propor, a respeito do par branco/brancura, que “brancura” é termo primitivo, e “branco”, termo derivado. Do ponto de vista gramatical, todavia, segundo definição do latinista Prisciano (500 d.C.), “brancura” deriva de “branco”, análise que se preserva nos dias atuais. A perspectiva

¹⁰ Trecho original: “Il signifie proprement la qualité *póssedant la grammaire*, mais appelle la substance, em renvoyant, de manière indéterminée, à l’individu qui possède cette qualité. Le même raisonnement vaut pour l’adjectif *blanc*, qui signifie la qualité et renvoie aux individus porteurs de celle-ci.”

lógica adotada por Aristóteles não se justifica linguisticamente, uma vez que enunciar a qualidade *branco* não implica, necessariamente, que a enunciação de *brancura* seja anterior, como se as palavras se harmonizassem perfeitamente ao caráter ontológico das coisas designadas pela linguagem; isto é, não é passível de verificação que substantivos, por se relacionarem à “substância”, precedam os adjetivos. Até porque há adjetivos que nem mesmo têm um substantivo correspondente, a exemplo de “calado”, “único” e “sozinho”.

Soma-se a tal reflexão a análise que podemos fazer das expressões “vazio existencial” e “medo do homem”. É correto afirmar que as palavras “vazio” e “medo”, tomadas aqui como substantivos, são determinadas, respectivamente, pelo adjetivo “existencial” e pelo sintagma preposicionado “do homem”. No entanto, não é a oposição “qualidade” X “substância” que garante que elas recebam essa classificação. Isso porque, ao mesmo tempo em que “vazio” e “medo” são termos particularizados, “existência” e “homem” também o são: a existência se caracteriza por um vazio (a existência é vazia), e o homem, por ter medo (o homem é medroso). Ao final do presente capítulo, voltaremos a discutir esses dois exemplos e proporemos uma análise alternativa.

1.2 Adjetivos que não se conformam à classificação tradicional

Em vista dos argumentos apresentados, ponderamos que a dicotomia *substância* X *qualidade* não esclarece, a contento, os conceitos de substantivo e adjetivo. Para concluirmos a problematização, evoquemos ideias de Schnedecker (2002) sobre adjetivos ditos “inclassificáveis”. A autora arrola uma série destes, chamados de “situacionais”, que não são nem qualificativos nem relacionais¹¹, e questiona: “poderíamos falar de qualidade ou de relação a propósito de adjetivos como *futuro*, em *o futuro rei*, *eventual*, em *um encontro eventual*, ou *terceiro*, em *o terceiro*¹² *homem*? (SCHNEDECKER, 2002, p. 3)¹³. A autora apresenta evidências de que são categorias muito diferentes, das quais mencionaremos três. A primeira é que soa estranha, num enunciado, a coordenação de adjetivos qualificativos com adjetivos não-qualificativos

¹¹ Os adjetivos relacionais são aqueles que derivam de nomes (como “final” [de “fim”], “shakespeariano” [de Shakespeare], “presidencial” [de “presidente”] e podem ser substituídos pelas expressões que contêm esses nomes. As gramáticas quase não os descrevem, dando preferência aos qualificativos.

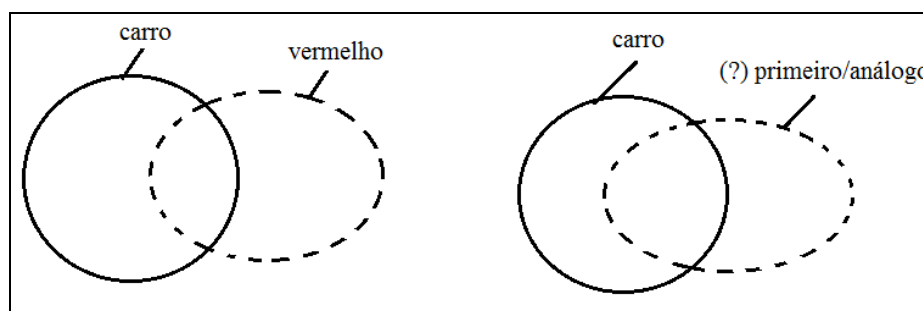
¹² A autora considera “terceira” um adjetivo, e não um numeral, posição que defenderemos mais à frente.

¹³ Trecho original, em francês: “peut-on parler de qualité ou de relation avec des adjectifs comme *futur* dans *le futur roi*, *éventuel* dans un *rencontre éventuelle*, ou *troisième* dans *la troisième homme*?”.

([?]) “os argumentos *sérios e diferentes*”; [?] “uma questão *interessante e conexa*”, estranhamento que não ocorreria se fossem empregados dois qualificativos (“os argumentos *sérios e consistentes*”; “uma questão *interessante e pertinente*”). A segunda é que os ditos adjetivos situacionais não caracterizam essencialmente o termo ao qual se relacionam; comparemos: “Júlia tem uma qualidade/característica: é *esforçada*” vs. (?) Júlia tem uma qualidade/característica: é *suposta*. Poderíamos, ademais, julgar a aceitabilidade das respostas para a pergunta “Como Júlia é?”. Seria uma resposta viável “Júlia é *esforçada, trabalhadora, inteligente, perspicaz*”, mas seria estranho dizer “(?) Júlia é *suposta, seguinte, futura, mera*”.

Por fim, a última evidência é que os adjetivos situacionais, diferentemente dos qualificativos, não se conceptualizam — e, por essa razão, tendem a não ter um correspondente nominal. A título de ilustração, seria razoável admitir que, em “carro vermelho”, há uma interseção entre duas categorias: a dos carros e a das coisas vermelhas. O mesmo não poderíamos afirmar das expressões “primeiro carro” ou “carro análogo”, uma vez que não existe uma categoria das coisas “primeiras” e das coisas “análogas”, conforme sugere o esquema a seguir¹⁴:

Figura 3
Interseção categorial de substantivos e adjetivos



Fonte: elaborado pelo autor

Para Schnedecker, os adjetivos situacionais, cuja definição a autora deixa implícita, são agrupados em três categorias: os situacionais de lugar (incluídos os que veiculam a ideia de espaço real ou discursivo), tais como “superior”, “inferior”, “anterior”, “seguinte”; os situacionais de tempo, como “futuro”, “passado”; e os

¹⁴ Este esquema é adaptado de Schnedecker, que apresenta, no lugar de *vermelho*, o adjetivo *grande*. Fizemos a substituição por considerarmos problemática a definição da categoria das coisas “grandes”, visto se tratar de um conceito relativo. Essa discussão será retomada no capítulo seguinte, quando abordarmos a (sin)categoricidade do adjetivo. Por ora, interessa-nos apenas a comparação entre adjetivos qualificativos e adjetivos situacionais.

situacionais de existência, entre eles “provável”, “possível”, “virtual”. É importante notar que um mesmo adjetivo, a depender do enunciado em que ocorre e da posição que assume em relação ao substantivo, pode ter interpretações distintas. Tomemos o exemplo de “certo”, que, anteposto ao nome, tem um sentido de indefinição (Certas pessoas não se dão conta de seu individualismo) e, posposto a ele, adquire sentido de “ideal”, “adequado” (Maria é a pessoa certa). Outro exemplo é o adjetivo “último”, sobre o qual poderíamos pensar em duas possibilidades: se anteposto, tem um caráter temporal (o último dia de agosto); se posposto, significa “definitivo”, “crucial” (a razão última de minha existência). Notamos, em vista dessa dupla possibilidade de análise, que um mesmo adjetivo pode ser interpretado como situacional, se anteposto ao substantivo, e como qualificativo, se posposto a ele.

Diante de tais considerações, consideramos que a adjetivação se prende a nuances de sentido diversas, que escapam à noção de qualidade/propriedade. Os adjetivos situacionais, em consonância com a análise de Schnedecker, não exprimem qualidade. Da mesma forma, os adjetivos relacionais, pouco abordados pelas gramáticas, também não são propriamente qualificadores: em “eleição presidencial” (= eleição do presidente), por exemplo, “presidencial” não é uma qualidade nem uma característica de “eleição”. Portanto, atrelar a noção de qualidade à classe dos adjetivos tem grandes limitações. Constatamos, ademais, que a categorização se apoia em critérios frágeis, muitas vezes deixando dúvidas até mesmo sobre as reais diferenças entre classes de palavras distintas, como adjetivo e substantivo. Na tradição gramatical greco-latina, os critérios de definição adotados são parcialmente aplicáveis apenas a exemplos mais prototípicos, de sorte que outros não se harmonizam aos conceitos propostos. No tópico a seguir, ampliaremos a discussão tomando como referência gramáticas contemporâneas.

1.3 O adjetivo nas gramáticas contemporâneas

Nesta seção, reunimos conceitos pertinentes ao adjetivo apresentados por gramáticas produzidas nos séculos XX e XXI, entre elas as consideradas de tradição normativa — dos autores Bechara, Cunha & Cintra, Rocha Lima e Said Ali — e as consideradas descritivas¹⁵, escritas por Azeredo, por Moura Neves, por Bosque e por

¹⁵ Teríamos incluído, entre as gramáticas descritivas, a conhecida gramática de Castilho (2010). Não o fizemos porque o autor se esquivava de apresentar um conceito para a classe dos adjetivos, embora a descreva.

Vitral. No quadro seguinte, estão expostos os conceitos encontrados, a partir dos quais procuraremos avaliar em que medida contribuíram para um avanço na compreensão do adjetivo.

Tabela 1
Conceitos de “adjetivo” apresentados pelas gramáticas

Autor /Obra	Conceito
AZEREDO, José Carlos de. <i>Gramática Houaiss da Língua Portuguesa</i> .	São adjetivos os lexemas que se empregam tipicamente para significar atributos ou propriedades dos seres e coisas nomeados pelos substantivos. Por isso, a presença do adjetivo no discurso sempre pressupõe um substantivo ou pronome substantivo ao qual esteja se referindo. (2012, p. 169)
BECHARA, Evanildo. <i>Moderna gramática portuguesa</i> .	Adjetivo é a classe de lexema que se caracteriza por constituir a <i>delimitação</i> , isto é, por caracterizar as possibilidades designativas do substantivo, orientando delimitativamente a referência a uma <i>parte</i> ou a um <i>aspecto</i> do denotado. (1999, p. 142)
BOSQUE, Ignacio. <i>Nueva gramática de la lengua española</i> .	O adjetivo é uma classe de palavras que modifica o substantivo ou o predica agregando-lhe significados muito diversos. Em um grande número de casos, o adjetivo denota propriedades ou qualidades. Ainda assim, esses conceitos têm de ser interpretados em um sentido amplo, isto é, como informações que se agregam ao significado do substantivo para incluir recursos que permitam caracterizar a entidade que este último denota. (2009, p. 905) ¹⁶
CUNHA & CINTRA. Nova gramática do português contemporâneo.	O adjetivo é essencialmente um modificador do substantivo. Serve para: 1º) caracterizar os seres, os objetos ou as noções nomeadas pelo substantivo, indicando-lhes uma qualidade (ou defeito), o modo de ser, o aspecto ou aparência, o estado; 2º) para estabelecer com o substantivo uma relação de tempo, de espaço, de matéria, de finalidade, de propriedade, de procedência, etc.). (2001, p. 245-246)
MOURA NEVES, Maria Helena de. <i>Gramática de usos do português</i> .	Os adjetivos são usados para atribuir uma propriedade singular a uma categoria (que já é um conjunto de propriedades) denominada por um substantivo. De dois modos funciona essa atribuição: a) qualificando, como em “Lembro-me de alguns, Dr. Cincinato Richter, homem <i>grande, gentil, e sorridente</i> , que às vezes trazia seu filhinho Roberto e a esposa, moça <i>bonita e simpática</i> (ANA); b) subcategorizando, como em “Foi providenciada perícia <i>médica</i> e estudo <i>psicológico</i> . (ESP). (2011 [1999], p. 173)
ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. <i>Gramática normativa da língua portuguesa</i> .	Adjetivo é a palavra que restringe a significação ampla e geral do substantivo. Exemplos: homem <i>magro</i> , gramática <i>histórica</i> , criança <i>talentosa</i> . (2001 [1957], p. 96)
SAID ALI, Manuel. <i>Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa</i> .	Adjetivo é a palavra que se junta ao substantivo para denotar qualidade, propriedade, condição ou estado do respectivo ser. (1964, p. 64)
VITRAL, Lorenzo. <i>Gramática</i>	A interpretação das palavras que chamamos de adjetivo é realizada em

¹⁶ Trecho original em espanhol: “El adjetivo es una clase de palabras que modifica al sustantivo o se predica de él aportando muy variados significados. En un gran número de casos, el adjetivo denota propiedades o cualidades. Aun así, estos conceptos han de interpretarse em um sentido amplo, es decir, como informaciones que se añaden al significado del sustantivo para aportar rasgos que permitan caracterizar la entidad que este último denota”.

<i>inteligente do português do Brasil.</i>	dependência com a interpretação das palavras que são nomes. Por exemplo: “Aquele menino bonito estuda no Colégio Municipal”. Observe que identificamos uma pessoa, ou seja, <i>aquele menino</i> e, em seguida, acrescentamos que ele é bonito. A palavra <i>bonito</i> é um adjetivo que, no caso, informa sobre a aparência física de alguém. Na relação entre o adjetivo e o nome, ocorre assim <i>transferência de propriedade ou características</i> , isto é, a propriedade <i>bonito</i> é transferida para <i>aquele menino</i> . (2017, p. 136)
--	--

Fonte: elaborado pelo autor.

Na maior parte das gramáticas pesquisadas, notamos que a concepção de adjetivo ultrapassa a noção de qualidade e, por essa razão, tende a abarcar um maior número de itens exemplares da categoria. Em Cunha & Cintra e em Said Ali, por exemplo, o conceito inclui “propriedade”, “condição”, “estado”, “modo de ser”, “aspecto”, “aparência”, embora estas também não sejam definições suficientes. Azeredo, Moura Neves¹⁷ e Vitral, não obstante terem produzido gramáticas descritivas, mais recentes, e apresentarem exemplos que vão além do conceito, pouco avançaram em relação à tradição greco-latina, visto que circunscreveram o adjetivo às ideias gerais de *propriedade* e *atributo*. Já Bechara e Rocha Lima entendem o adjetivo como a palavra que especifica a referência do substantivo, delimitando-a, restringindo-a. Ponderemos sobre os dados a seguir:

- (1) pensadores **sociais**
- (2) mundo **inexistente**
- (3) homem **mortal**
- (4) **vasto** universo
- (5) neve **fria**

A respeito de (1) e (2), notamos que os adjetivos “sociais” e “inexistente” não se configuram como propriedades/atributos dos substantivos a que se referem. Aliás, em “mundo inexistente”, o adjetivo produz um esvaziamento do sentido do nome. Em “pensadores sociais”, com referência a indivíduos que refletem sobre a sociedade, é difícil afirmar que “sociais” seja uma condição/estado/modo de ser/aspecto/aparência de “pensadores”. Já em (3), (4) e (5), verificamos a ocorrência de adjetivos classificados como explicativos, isto é, aqueles que não acrescentam informação nova ao substantivo (todo homem é mortal; o universo é vasto por natureza; a neve é necessariamente fria). Assim, observamos que eles não são delimitadores de sentido da mesma maneira como seriam em “doença mortal”, “vasto conhecimento”, “água fria”. De toda forma, é razoável considerar, de acordo com Bechara, que delimitam a referência a um *aspecto*

¹⁷ Na gramática de Moura Neves, em especial, são apresentadas diversificadas nuances de sentido relacionadas ao adjetivo.

do denotado. Em sua gramática, o autor acrescenta que “a delimitação apresenta distinções” e que os adjetivos explicadores “destacam e acentuam uma característica inerente do nomeado ou denotado” (1999, p. 143).

De fato, os conceitos formulados por Bechara e por Rocha Lima são mais apropriados do que os apresentados até então. Na gramática de Bosque, também encontramos uma explicação importante: a de que os adjetivos, ao predicarem o substantivo, agregam-lhe significados muito diversos. Essa observação decorre do fato de que, por exprimir possibilidades de sentido tão amplas, a categoria dos adjetivos não se limita a acepções fixas, como “qualidade”, “atributo” e “característica”. Seria difícil prever todas elas.

Um conceito mais abrangente, entretanto, exige ressalva importante, cujo fundamento encontramos na gramática de Said Ali. O autor afirma: “Outras palavras há que se juntam a substantivos, sem entretanto denotarem qualidade, propriedade, etc. Servem para delimitar ou individualizar os seres. Tais são os pronomes adjetivos ou pronomes-adjuntos e os quantitativos” (1964, p. 50). Said Ali acrescenta que tais palavras, outrora, haviam sido incluídas na categoria dos adjetivos.

Essa mesma perspectiva está disponível na gramática de Bosque, que faz uma rica e detalhada discussão a respeito dos adjetivos. Após tecer breve crítica à tradição greco-latina, que estabeleceu as classes de palavras com base em categorias semânticas de caráter ontológico, o autor afirma que o adjetivo, sendo tomado como palavra modificadora do substantivo e sendo portador das marcas de gênero e número pela concordância que faz com ele, pode ser pensado em sentido amplo. Tal ponto de vista leva-o a sustentar a ideia de que, em sua própria gramática, as seções que tratam dos determinantes do nome — entre eles, artigo, pronome, numerais — poderiam ser incluídas no capítulo referente ao adjetivo. Desse modo, conclui que seriam adjetivos todos os elementos sublinhados a seguir:

aquela rua estreita, algumas árvores frondosas, seus mesmos três supostos cúmplices italianos, muitos músicos entusiasmados, meus velhos companheiros, nova gravata tripla, muitas falsas promessas, algumas pessoas discretas, cuja segunda intenção¹⁸.

¹⁸ Tradução nossa do espanhol: “esa calle estrecha, algunos árboles frondosos, sus mismos tres presuntos cómplices italianos, muchos músicos entusiastas, mis antiguos compañeros, nuevo triple empate, demasiadas falsas promesas, ciertas personas discretas, cuya segunda intención”. (BOSQUE, 2009, p. 906)

A opção sugerida por Bosque tem uma vantagem crucial: ao abarcar, na classe dos adjetivos, palavras que, tradicionalmente, são identificadas como sendo de outras classes, não é um empecilho a um conceito mais amplo de *adjetivo*, classe que já inclui itens com diferenças consideráveis do ponto de vista morfológico, sintático e semântico.

É válido constatar que os itens determinantes, em que a tradição gramatical chega a reconhecer um valor adjetivo — quando, por exemplo, chama de pronomes adjetivos aqueles que acompanham o nome — podem ter, na enunciação, conotação qualificadora. Sejam os seguintes dados:

(6) João é **o** cara.

(7) Depois nos encontramos. **Aquele** abraço!

(8) Ana tem **uma** habilidade para lidar com os filhos rebeldes...

(9) Ele tem **algum** conhecimento de matemática; deve conseguir resolver o problema.

O artigo “o”, em (6), mais do que definir o substantivo, acrescenta-lhe certo valor superlativo, elogiando a pessoa. Já o item “aquele”, em (7), não tem a função dêitica atribuída pela tradição aos pronomes demonstrativos, mas expressa uma carga afetiva, sugerindo que se trata de um abraço especial. Em (8), o efeito de sentido decorrente do emprego de “um” não tem a ver com a ideia de indefinição atribuída ao artigo indefinido, mas revela que a habilidade em questão não é qualquer uma. Por sua vez, o item “algum” se interpreta como sinônimo de “suficiente”, “razoável”: Ele tem razoável conhecimento de matemática; deve conseguir resolver o problema.

Em vista desses apontamentos, já temos elementos substanciais para pensarmos em uma reformulação do conceito de adjetivo, de modo que sejam minimizados os problemas expostos anteriormente. Antes disso, porém, dediquemos uma seção à complexa discussão a respeito da concepção de “classe de palavra”.

1.4 Classes de palavras: conjuntos fechados de itens?

Em princípio, a descrição gramatical distingue as noções de “classe de palavra” e “função sintática” por considerar a primeira uma definição das palavras em estado de dicionário, fora de contexto, e a segunda, uma categorização que se dá no enunciado, pela relação que as palavras estabelecem umas com as outras. Por exemplo, o item “menino” é classificado virtualmente como substantivo, mas pode assumir, nos enunciados em que ocorre, funções distintas como sujeito, objeto, predicativo. O grande problema por trás dessa distinção entre classes e funções é que, muito frequentemente,

afirma-se que uma palavra, apesar de pertencer a uma classe, pode funcionar como se fosse de outra. Vejamos:

- (10) Um **senhor** procurou por você mais cedo.
- (11) Lívia tem um **senhor** apartamento.

Em (10), “senhor” seria um substantivo, mas em (11) funcionaria como adjetivo, ao incidir sobre “apartamento”. Poderia, também, “funcionar” como pronome (sinônimo de “você”), quando acompanhada por artigo, na frase

- (12) O **senhor** pode entrar.

Da mesma forma, “certo” admitiria três classificações possíveis nos seguintes enunciados:

- (13) O **certo** é que vou atrasar (substantivo).
- (14) Vou te encontrar no dia **certo**. (adjetivo)
- (15) Ele não escreve **certo**. (advérbio)

Algumas ocorrências menos prováveis também transgridem a classificação tradicional, como “Mara usou uma roupa cheguei”, em que cheguei seria um adjetivo, e “Pedro corre horrores”, em que “horrores” é um intensificador do verbo; portanto, um advérbio.

Parece polêmico afirmar, diante desses fatos, que um item pertence a uma categoria. Ou as categorias estão erradas, ou os itens não “pertencem” a elas. Aparentemente, isso não é problema para alguns linguistas, como Bagno, Moura Neves e Vitral. Vejamos: “Se os adjetivos podem funcionar como advérbios, também não é difícil encontrar outras classes de palavras funcionando como adjetivos.” (BAGNO, 2011, p. 675); “Um substantivo pode deixar de ser referencial e funcionar como se fosse adjetivo” (MOURA NEVES, 2011 [1999], p. 175); “Antes de estudarmos a definição de cada classe de palavras e também para melhor entender o fato de que uma mesma palavra pode, muitas vezes, pertencer a mais de uma classe (...)” (VITRAL, 2017, p. 111). Concentremo-nos nas duas possibilidades referidas (a de que as categorias estão erradas ou a de que os itens não “pertencem” a uma classe) para, mais adiante, propormos uma visão alternativa.

Perini (2016), para quem, diferentemente dos linguistas citados logo acima, é incoerente propor mais de uma categoria a uma única palavra, dedica um capítulo de sua gramática a elencar os problemas atinentes à diferença entre “classe” e “função”. Ao fazê-lo, explica de forma clara a importância da categorização, que é relacionada ao reconhecimento das propriedades exibidas pelas palavras. Nesse sentido, um item como

“cavalo” se assemelha, pelo potencial de uso que tem, aos itens “cama”, xícara” e “flor”. Todos eles, por exemplo, fazem plural em “-s” e podem ser núcleos de um sintagma nominal, o que não seria verdade para as palavras “sem”, “agora” e “aumentar”. Essas informações, armazenadas pelo falante, ainda que intuitivamente, são importantes para que ele manipule as formas da língua. O autor argumenta:

tudo indica que nosso conhecimento da língua, ou seja, o sistema que temos programado em nosso cérebro e que nos permite usar a língua, inclui como parte essencial uma classificação das formas. É o que faz com que não precisemos aprender todas as formas de *levitar* – basta identificar essa palavra como um verbo, e aí já sabemos que existem as formas *levitando*, *levitei*, *levitava*, e que significado cada uma delas tem.

(PERINI, 2016, p. 401-402)

Com respeito ao problema da classificação, Perini prossegue fazendo uma comparação entre as palavras *barulho*, *sufocante* e *amigo*, pelos traços que as agrupam e traços que as distinguem. Inicialmente, apresenta dois traços: [R], para as palavras que têm referência; e [Q]¹⁹, para as palavras que restringem a referência. Com base nesses traços, “barulho” seria [+R, -Q], uma vez que pode ser núcleo do sintagma nominal, mas não pode restringir a referência de outra palavra; “sufocante” seria [-R, +Q], porque apenas serve para restringir a referência de outra palavra; e “amigo” seria [+R, +Q], já que pode tanto ter referência, quanto restringir a referência de outra palavra. As frases a seguir exemplificam o potencial de uso das referidas palavras.

(16) O **barulho** me incomoda.

(17) Estou num ambiente **sufocante**.

(18) Encontrei ontem um **amigo** na rua.

(19) Ele é um professor **amigo**.

Seriam agramaticais, por esse ponto de vista, frases em que “barulho” fosse apresentado como delimitador de referência (*Estou numa sala barulho) e “sufocante” tivesse valor de referente (*O sufocante me incomoda). Perini (2016, p. 405) conclui, então:

barulho pertence à classe definida como [+R, -Q]

sufocante pertence à classe definida como [-R, +Q]

amigo pertence à classe definida como [+R, +Q]

A julgarmos por esse critério, que aumentaria enormemente a quantidade de classes de palavras da língua, teríamos de formular uma classe especial para a palavra “senhor”, apresentada anteriormente, que seria algo mais ou menos do tipo [+R, +Q, +P], em que

¹⁹ “Q” de “qualidade”.

P designaria seria seu traço pronominal. Se quiséssemos classificar outra palavra complexa, como “alto”, teríamos, ainda, mais uma classe do tipo [+R, +Q, +A], sendo A de adverbial, em razão de ela poder ocorrer nestes usos:

(20) Estou no **alto** do edifício.

(21) João é um homem **alto**.

(22) Não fale **alto**.

Mas haveria complicações ainda maiores, ao serem formuladas, por exemplo, as classes dos itens “que” e “se”, os quais têm uma enormidade de usos possíveis. Esse caminho alternativo, proposto por Perini, não nos parece ser a melhor opção. O próprio autor, no início de sua exposição, já alerta:

O leitor verá que a língua apresenta, nesse particular, grandes complexidades; por isso a exposição é também um tanto complexa (mas, espero, não obscura). Não tenho que pedir desculpas por isso: quando os fatos são complexos, não há maneira de apresentá-los de maneira simples. (PERINI, 2016, p. 399)

É notável o esforço do autor em buscar uma categorização²⁰ mais precisa das palavras, e o que o motiva, inicialmente, é a premissa de que as classes se diferenciam das funções por serem definidas fora do contexto de uso. Nesse sentido, realmente não é coerente afirmar que uma palavra pode “funcionar” como se fosse de outra categoria. Mas a essa premissa é importante que façamos algumas ressalvas. Conforme argumentaremos a seguir, as diferenças entre classe e função são muito mais tênues do que parecem. É necessário relativizarmos a noção de que as classes são definíveis fora de contexto ou que são definíveis no tocante à autonomia das palavras, que não são de fato autônomas. Sabemos que qualquer classificação se define com base em critérios e objetivos, por exemplo: os substantivos podem ser classificados, semanticamente, entre concretos e abstratos; podem, também, receber uma classificação quanto ao gênero (os de gênero masculino, feminino e neutro). Mas em relação às classes de palavras preconizadas pelas gramáticas — substantivo, adjetivo, verbo, pronome etc. — vemos que são definidas umas em função das outras. O advérbio, por exemplo, é advérbio pela propriedade que tem, *grosso modo*, de modificar o verbo. O adjetivo, por sua vez, é adjetivo pela relação que mantém com o substantivo. Já as preposições e conjunções,

²⁰ Perini acrescenta outros traços que, em seu viés de análise, poderiam fazer parte da grade de classificação das palavras, como, no caso daquelas podem ser núcleo do sintagma nominal, a distinção entre as que aceitam ou não a anteposição de artigo (*o Portugal, a França), o que tornaria a categorização ainda mais complexa.

como elementos de conexão, são definíveis por articularem palavras e orações. No caso destas últimas, seria redundante atribuir-lhes funções sintáticas, uma vez que elas se prestam, conforme a própria definição das classes que as definem, a articular dois elementos. Da mesma forma, é redundante afirmar que o advérbio exerce a função de adjunto adverbial. Expliquemos: pela definição da classe, advérbio é a palavra que modifica o verbo, o adjetivo e o próprio advérbio. Identicamente, o adjunto adverbial é, em tese, a palavra ou expressão que modifica o verbo, o adjetivo e o advérbio, ou seja, trata-se de duas categorias que têm, exatamente, a mesma definição. Para que sejam estipuladas as classes, o contexto de uso tem, portanto, de ser no mínimo pressuposto. Não é à toa que os dicionários, ao indicarem as possíveis classificações de um item, fazem-no pressupondo um contexto e logo exemplificam, com frases, os usos das palavras.

Vislumbramos, ademais, que as classes não são conjuntos de itens em vista do fato de que as palavras se combinam, formando sintagmas, para adquirirem um dado *status* categorial. Vejamos estes dados:

- (16) Comprei um livro **novo**.
- (17) Comprei um livro **de Sociologia**.
- (18) Rui chegou **apressadamente**.
- (19) Rui chegou **de mau humor**.

O sintagma “de Sociologia” é tomado como adjetivo, equiparando-se ao adjetivo “novo”. Antes de receber a função sintática de adjunto adnominal (poderia, em outro enunciado, ser um predicativo: O livro que comprei é de Sociologia), tem um caráter adjetival. Já o sintagma “de mau humor” se equipara ao advérbio “apressadamente”, que acrescenta ao verbo a circunstância de modo. Analisemos mais exemplos:

- (18) **Ônibus** não é uma boa opção.
- (19) **Viajar de ônibus** não é uma boa opção.
- (20) Não penso em **viajar de ônibus**.

Em (19) e (20), a expressão “viajar de ônibus” tem o mesmo caráter substantivo de “ônibus”. Por essa razão, recebe, tradicionalmente, a classificação de “oração substantiva”, que pode desempenhar funções sintáticas diversas (como a de sujeito em [19] e a de objeto indireto em [20]). Em verdade, qualquer palavra ou expressão, desde que respeitada uma certa conformação sintática, pode ser tomada como substantivo. Para tal, o recurso linguístico mais frequente é a anteposição do artigo “o”: “o olhar”, “o branquelo”, “o mas”. Dizer que “viajar de ônibus” tem valor de substantivo só é

possível no enunciado, porque em outra combinação a classificação seria outra, por exemplo: “Comprei uma passagem para viajar de ônibus”. Aqui, trata-se de uma oração adverbial, com a circunstância de finalidade.

Somos levados a ponderar, diante das evidências apontadas, que a classe se define por um potencial de uso específico, mas não é um conjunto delimitado de itens. Além disso, consideramos que as classes tradicionais (substantivo, adjetivo, verbo advérbio, entre outras) parecem, mesmo, ser as classes essenciais da gramática portuguesa, uma vez que a língua dispõe de recursos (por meio do uso de elementos transpositores²¹) para exprimi-las, fazendo com que uma palavra seja usada de forma diferente da que é empregada com mais frequência. Por outro lado, a língua não possui recursos para exprimir — até porque não há tal necessidade — classes como as sugeridas por Perini, do tipo [+R, + Q + A], [+R, + Q], [+R, +Q, +P], o que nos leva a concluir que elas são dispensáveis. Isso não significa que a classificação tradicional não tenha problemas; na verdade, ela tem grandes incoerências. Evoquemos o caso dos artigos, para qual a gramática concebeu uma classe que abriga apenas duas palavras (“o”, “um” e suas flexões) e o caso dos pronomes indefinidos. Tanto os primeiros quanto os segundos podem ser analisados, perfeitamente, como adjetivos. Daí uma necessidade de readequação. Mas, de modo geral, julgamos que as classes fundamentais se preservam.

Retomando, mais uma vez, a premissa de que as classes se definem fora dos textos — e a ideia que queremos defender, contrariamente, é a de que o texto é importante, no mínimo, de forma pressuposta —, gostaríamos de enriquecer a reflexão com apontamentos de Camacho (2011), que, numa perspectiva funcionalista, adere à hipótese de que as classes de palavras formam um *continuum* categorial. O linguista afirma que “Só a partir da noção de distribuição formal é que seria possível uma caracterização adequada e não circular” (CAMACHO, 2011, p. 38) e considera que os morfemas flexionais servem como um critério morfológico que reforça a identificação das categorias. Mais adiante, comenta:

Afirmar que as formas linguísticas têm uma existência *a priori* fora do discurso, o chamado significado categorial, em contraste com o significado relacional, implica que elas são acategoriais, em virtude

²¹ O conceito de transposição é muito bem abordado por Bechara (1999). Com base no exemplo apresentado “Comprei um livro de Sociologia”, a preposição “de” transpõe “Sociologia” a um uso adjetival. Paralelamente, o artigo “o” também é um transpositor na construção “O badalar dos sinos soou na cidadezinha”.

da irrelevância desse tipo de classificação. A atribuição de categorialidade só tem relevância se a realização (...) for imposta à forma pelas motivações discursivas.

(CAMACHO, 2011, p. 52)

Não é difícil justificar que as categorias linguísticas se constituem como tais segundo suas condições de uso, na enunciação, o que voltaremos a abordar no capítulo 3, quando expusermos os fundamentos teóricos que sustentam esta tese. Mas já temos condições de lançar um olhar alternativo à compreensão geral das classes de palavras, antes de delimitarmos um entendimento sobre o adjetivo. Adotado, portanto, o postulado de que as classes não são conjuntos de itens e, por consequência, o de que os itens lexicais não pertencem a elas, poder-se-ia colocar a seguinte questão: as palavras se identificam livremente com quaisquer categorias? Temos de responder, enfaticamente, que não. Se, por um lado, elas podem não se limitar a uma única categoria, por outro, guardam memórias de usos, que produzem identificações mais ou menos estáveis de vínculo categorial. Nesse sentido, as palavras, expostas ao uso, adquirem potenciais regulares que estabelecem valores enunciativos. As classes, por sua vez, são abstrações desses potenciais, que, não sendo universais, relacionam-se à maneira particular como cada língua organiza a experiência social dos falantes ao construírem realidades. Assim, como pensar, por exemplo, o estatuto categorial do item *mecânico*? Segundo a proposta em questão, trata-se de um item que se identifica com a classe dos substantivos (*O mecânico descobriu o defeito*) e com a classe dos adjetivos (*Meu carro tem um defeito mecânico*). Como se vê, é necessária a presença do enunciado para que a classe seja corretamente identificada. No caso de se afirmar que “mecânico” é adjetivo, é preciso esclarecer que não se trata de uma categorização definitiva; ela vale para o enunciado. A título de comparação, é mais ou menos como dizer “Carlos é deputado”. Sabe-se que “ser deputado” é uma condição temporária.

Quanto à estabilidade das formas linguísticas, é importante destacar que algumas são muito mais estáveis que outras. Muito dificilmente, a palavra “de”, por exemplo, não seria uma preposição. Também muito dificilmente um “mas” não seria uma conjunção. Por outro lado, “alto” pode ser, no mínimo, substantivo, adjetivo e advérbio. Já o item “que” pode ter diferentes usos pronominais e conjuncionais, entre outros. Reafirmamos que não há outro fator, senão o uso, que faz com que “amigo” seja identificado como substantivo ou adjetivo, mas “sufocante” seja identificado apenas como adjetivo.

As marcas morfológicas de uma palavra, como as desinências de número, gênero e também as modo-temporais ou número-pessoais, são pistas relevantes para a identificação das classes. Destarte, “rapidamente” dificilmente não será um advérbio²², devido à presença do sufixo –mente, que é um formador de advérbios. Mas essas mesmas marcas, assim como as declinações não foram imprescindíveis para a identificação das funções sintáticas na passagem do latim para o português (o português tem poucos resquícios das variações de caso), são parcialmente indispensáveis. Haja vista que “rápido”, sem –mente, também pode ser advérbio. A diferença é que o português é uma língua, pelo menos até hoje, de morfologia rica. Em relação aos verbos, especialmente, as marcas morfológicas parecem ser mesmo indispensáveis.

Um último argumento relativo a uma concepção de classe de palavra como não sendo um conjunto fechado de itens diz respeito à constatação de que elas se interpenetram como um grande *continuum*. As ditas formas nominais dos verbos exemplificam a dupla natureza de palavras que têm um aspecto ao mesmo tempo verbal e nominal, como os particípios (com um valor adjetival) e os infinitivos (que podem ser tomados como nomes). Outro exemplo é o dos advérbios de natureza dêitica (aqui, aí e lá), que se relacionam às categorias de pessoa (eu, você e ele). Bagno (2011), ao tratar de “classes sem fronteiras”, dá um exemplo da natureza contínua entre nomes e verbos, exemplificando com a palavra “dado”, localizada em diferentes posições neste *continuum* categorial:

²² Reconhecemos que, a propósito da classe dos advérbios, itens como “felizmente”, incluídos nessa classe, mereceriam uma análise diferenciada, porque não são exatamente modificadores, mas revelam posicionamentos do falante.

Figura 4
Continuum categorial das classes de palavras



(BAGNO, 2011, p. 676)

Dispostas em *continuum*, as palavras se localizam, de acordo com sua memória de usos, em pontos mais ou menos definidos das categorias previstas pelo *continuum*, sem que pertençam a esses pontos. Voltemos, agora, aos adjetivos.

1.5 Por uma reformulação do conceito de “adjetivo”

Na seção anterior, postulamos que as classes de palavras se definem, na enunciação, umas em função das outras. Com isso, promovemos um rompimento com a concepção, desenvolvida na tradição greco-latina, de que as classes guardam uma relação ontológica com as coisas. Retomemos a ideia por meio do exemplo que segue:

(21) A mãe buscou a filha.

Trata-se de um simples enunciado que fala a respeito de “mãe” (a mãe buscou) e de “filha” (a filha foi buscada). Neste caso, é fácil identificar “mãe” e “filha”, que são substantivos, como seres. Vejamos, agora, estes dois enunciados:

(22) A negação é uma autodefesa.

(23) Escrever durante a madrugada é mais tranquilo.

São sentenças que tematizam (= falam a respeito de), respectivamente, “negação” e “escrever durante a madrugada”. Contudo, seria bem mais complexo identificá-las como seres, sendo a primeira um substantivo, e a segunda, uma oração com valor substantivo. Agora relembremos dois exemplos, da seção 1, que ainda merecem comentários: “vazio

existencial” e “medo do homem”. Já dissemos que, pela relação ontológica, a diferença entre substantivo e adjetivo não se sustenta, isto é, embora “vazio” e “medo” sejam substantivos e “existencial” e “do homem”, adjetivos, infere-se que “existência” se caracteriza por ser vazia e “homem” por ser medroso. Assim, o que garante que “vazio” e “medo” sejam substantivos? O que garante é o fato de que “vazio” e “medo” estão sendo tematizados. Por exemplo: “O vazio existencial tem atingido muitas pessoas”. É um enunciado que fala de “vazio”; já em “O medo do homem foi tratado em sessões de psicoterapia”, fala-se de “medo”. Não é à toa que essas palavras são núcleos das expressões em que estão incluídas. Em Guimarães (2015), desenvolvemos o conceito de que substantivo é a palavra que tem um potencial temático. Nesse sentido, a nomeação e a designação, propriedades comumente atribuídas ao substantivo, estão a serviço de algo maior, que é a necessidade que temos de falar das coisas. Eis mais um enunciado ilustrativo:

(24) O presidente eleito decidiu indicar pessoas de sua confiança para as posições-chave do governo. A **decisão** terá implicações complexas.

Ele é composto de dois períodos, o primeiro dos quais tem a forma verbal “decidiu” como oração principal. Todo o conteúdo desse período é tematizado no segundo, e o recurso utilizado para isso foi o emprego do substantivo “decisão”, que condensa toda a informação. Por esse aspecto, é válido dizer que, metaforicamente, o substantivo tem a ver com a ideia de substância, mas uma “substância” do enunciado (que a toma como ponto de partida da predicação), e não do mundo. Para testarmos o potencial temático de uma palavra e, assim, verificarmos sua identificação com a classe dos substantivos, lançamos mão deste esquema: “Vou falar a respeito do(a) _____”. Para se encaixar adequadamente na lacuna, a palavra deve se identificar à referida classe. Contrastemos:

(25) (?) Vou falar a respeito do(a) _____ .
saiu
ainda
que
com
pois
fortemente
os
dois

(26) Vou falar a respeito do(a) _____.

angústia.
paixão.
força.
pessoa.
pedra.
divulgação.
caos.
inexistência.

Em (25), as palavras abaixo da lacuna não se conformam bem a ela, por não se identificarem como substantivos, a não ser que estivessem entre aspas, caso estivessem sendo mencionadas: “Vou falar a respeito de “saiu” (a forma verbal “saiu”) tomado como nome. As palavras de (26), ao contrário, se encaixam bem, justamente pelo potencial temático que têm. Ocorre que elas podem ser tematicamente insuficientes ou vagas e, por isso, estão aptas a receberem determinantes:

a angústia diante da morte
a intensa paixão de Marcos por Carla
força animal
pessoa que chegou aqui ontem
pedra usada na construção da cabana
divulgação da notícia pelo jornal
misterioso caos do universo
inexistência de fantasmas

Tais palavras estão em função da semântica do substantivo e expressam relações diversas. Somos levados, finalmente, a propor um melhor conceito, por ser mais abrangente, para a classe dos adjetivos e dizemos que se trata da palavra que explicita uma particularidade de sentido²³ relacionada ao substantivo²⁴. Juntamente com Dias (2013, p. 5), assumimos que “o adjetivo é uma classe de palavra caracterizada pela perspectivação temática”. A perspectivação deve ser entendida como ajuste de sentido do nome, que passa de uma condição virtual, em estado de dicionário, para uma condição atual, no âmbito do enunciado. A seguir, damos exemplos da perspectivação adjetival:

²³ Entendemos “particularidade de sentido” de forma ampla. Mesmo numa ocorrência como “falsa gravidez”, em que “falsa” problematiza a existência de “gravidez”, temos uma particularidade de sentido (a negação) incidindo sobre o substantivo.

²⁴ Relacionada ao substantivo, mas também ao pronome usado no lugar do substantivo e às expressões de valor substantivo. Neste trabalho, conforme definiremos no capítulo 3, as três categorias serão designadas de “formações nominais”.

Tabela 2
Efeitos de perspectivação relacionados ao adjetivo

ADJETIVO	EFEITO DE PERSPECTIVAÇÃO ²⁵
<i>andar superior</i>	localização espacial
<i>seguinte exemplo</i>	localização no discurso
<i>música agradável</i>	avaliação, segundo o ponto de vista do falante
<i>atual discussão</i>	temporalidade
<i>suposta dúvida</i>	existência
<i>problema histórico</i>	classificação
<i>terceiro lugar</i>	ordenação
<i>casa pequena</i>	caracterização
<i>três sapatos</i>	quantificação
<i>mero auxiliar</i>	identidade
<i>nenhuma objeção</i>	negação
<i>outra vida</i>	distinção
<i>meu iPhone</i>	posse
<i>aluno ausente</i>	situação

Fonte: elaborado pelo autor

Cada um dos adjetivos do quadro explicita uma particularidade de sentido relacionada ao substantivo. Escolhemos o verbo “explicitar”, em contraposição a “agregar” (empregado por Bosque), pelo fato de que, muitas vezes, o adjetivo não agrega sentido ao substantivo, como ocorre com os explicativos (ex.: a *brilhante* estrela – o sentido de “brilho” é inerente a “estrela”) e como ocorre, também, com os adjetivos que perspectivam a existência e a identidade de algo: *suposta* dúvida, *mero* auxiliar. Ademais, um mesmo adjetivo pode explicitar mais de um sentido pertinente ao nome, como “primeiro”, que tem valor de ordenação, mas, em alguns casos, atribui valor qualificativo: “Lívia foi aprovada em *primeiro* lugar”. Já em relação aos artigos, comparemos duas construções: “Uma mulher bateu à porta, perguntando por Jacinta. Convidei **a** mulher para entrar”; “Carlos quebrou **a** perna”. Na primeira, o artigo “a”, em negrito, explicita o sentido de que se trata de uma mulher já apresentada no discurso; na segunda, o artigo explicita ideia de posse (= Carlos quebrou sua perna). Ainda sobre os artigos, partículas de valor adjetival, é necessário observar que, diferentemente dos demais adjetivos, podem ser determinantes, com raras exceções de nomes próprios (como “Portugal”, “São Paulo”²⁶), de quase todos os substantivos, expressando particularidades de sentido diversas, de sorte que os rótulos “definido” e “indefinido” não são adequados aos usos que se fazem dessas palavras.

²⁵ Como está demonstrado, a perspectivação é uma noção muito mais ampla que as noções de “qualidade” e “propriedade”.

²⁶ De modo geral, não se usa artigo diante de palavras como “São Paulo”, mas, quando esse nome aparece especificado, o artigo ocorre normalmente: Lembro-me da São Paulo de 1930.

Por fim, façamos uma distinção: a classe dos adjetivos identifica, no nível morfológico, as palavras que explicitam particularidades de sentido pertinentes ao substantivo (no exemplo a seguir, os que se encontram em negrito de “A” a “K”). Já as lexias complexas de valor adjetival (em negrito de “L” a “R”) chamaremos de “convergentes adjetivais”.

(27)

- a. **a** pessoa
- b. **uma** pessoa
- c. **alguma** pessoa
- d. pessoa **feliz**
- e. **essa** pessoa
- f. **nenhuma** pessoa
- g. **primeira** pessoa
- h. pessoa **amiga**
- i. **certa** pessoa
- j. **seguinte** pessoa
- k. **vinte** pessoas
- l. pessoa **que trabalha**
- m. pessoa **de confiança**
- n. pessoa **sem escrúpulos**
- o. pessoa **que chegou ontem à noite**
- p. pessoa **querendo me convencer a comprar o apartamento**
- q. pessoa **do lado de fora**
- r. pessoa **da qual não posso reclamar**

No próximo capítulo, problematizaremos, do ponto de vista sintático-semântico, a relação entre substantivos e adjetivos.

CAPÍTULO 2

Revisão de literatura: estudos sobre a articulação do adjetivo

2.1 (Sin)categorematicidade: predicados extensionais vs. predicados intensionais

Borges Neto (1991) dedica-se ao estudo dos adjetivos, a partir de dicotomias que dizem respeito ao escopo da modificação promovida por essa palavra em relação ao substantivo. A dicotomia a que ele dá atenção é expressa em termos de categorematicidade e sincategorematicidade, entendendo-se categorematicidade como a propriedade do adjetivo que tem seu significado independente do nome, e sincategorematicidade como a propriedade do adjetivo que tem seu sentido intimamente ligado ao do nome. Esses conceitos podem ser exemplificados por meio do entendimento da combinação de categorias. Seja o enunciado:

(1) Paulo é um homem velho.

Numa abordagem da semântica formal, sua interpretação depende, em princípio, de uma interseção de conjuntos — o conjunto de homens e o conjunto daquilo que é considerado velho —, de modo que *homem velho* seja um indivíduo que contém propriedades de ambos os conjuntos. A expressão pode ser assim parafraseada: *homem que é velho* ou *esse homem é velho*. A sincategorematicidade, por sua vez, se caracteriza pela não existência de uma segunda classe que possa fazer interseção com a primeira. Serve como exemplo a expressão *mero funcionário*, em que há apenas uma classe (a dos funcionários); não se pode dizer que exista a classe dos “meros”. Evidência disso é a impossibilidade das paráfrases *funcionário que é mero* ou *esse funcionário é mero*. De acordo com tal análise, *velho* é um adjetivo categoremático, e *mero* é um adjetivo sincategoremático. O primeiro deles é extensional, uma vez que atinge o referente (homem é velho), ao passo que o segundo é intensional, por predicar a propriedade *ser funcionário*. Sirvam de exemplos as seguintes formulações:

(2) Conheci um físico europeu.

(3) Conheci um físico nuclear.

(4) Não posso resolver esse inquietante problema.

(5) Não posso resolver esse suposto problema.

Em (2) e em (4), há, aparentemente, a possibilidade de se pensar um conjunto das coisas “europeias” e um conjunto das coisas “inquietantes”, o que licencia as paráfrases “aquele físico é europeu” e “aquele é problema é inquietante”. Mas em (3) e em (5) não se considera um conjunto das coisas “nucleares” e um conjunto das coisas “supostas”, daí a estranheza das paráfrases “(?) aquele físico é nuclear” e “(?) aquele problema é suposto”.

Em seu estudo, Borges Neto analisa uma série de exemplos a partir de sentenças com verbo de ligação, como:

- (6) a. Jonas é um policial sonolento.
- b. Jonas é um policial exemplar.

De acordo com o autor, nesses exemplos, a referência de *sonolento* estende-se a Jonas (Jonas é sonolento), mas *exemplar* circunscreve-se a policial (*Jonas é exemplar²⁷). Assim, *sonolento* seria um adjetivo categoremático, e *exemplar* seria um adjetivo sincategoremático. O autor, no avanço de suas reflexões, apresenta importante crítica a essa classificação, no sentido de ela não poder se aplicar ao léxico, mas à construção sintática, uma vez que um único adjetivo, a depender do enunciado em que se encontra, pode ser um predicador categoremático ou sincategoremático, como o que segue:

- (7) a. Júlia é uma bela mulher.
- b. Júlia é uma bela dançarina.

O adjetivo *bela* predica o nome de duas formas distintas: (7)a nos autoriza afirmar que Júlia é bela, ao passo que, em (7)b, *bela* é modificador apenas de *dançarina*. Em razão das duas possibilidades, o autor prefere considerar a eminência dos usos, em vez de propor uma categorização fixa para o adjetivo. São palavras dele: “Não importa absolutamente se o adjetivo tem ou não extensão; importa, isto sim, se sua predicação vai se dar sobre a extensão ou sobre a intensão dos nomes” (BORGES NETO, 1991, p. 90.). Essa proposta é, a nosso ver, um grande avanço, haja vista adequar-se melhor aos fatos da língua.

Por outro lado, uma crítica que faríamos prende-se à constatação de que a oposição intensionalidade/extensionalidade dos predicados, no estudo do autor, é descrita somente em relação a sentenças com o perfil [N1 verbo de ligação N2 + Adj], em que o adjetivo ora predica N2 e N1, ora predica apenas N2. Temos dúvidas em relação ao fato de essa limitação esconder uma eventual possibilidade de a dicotomia se

²⁷ Borges Neto julga a sentença agramatical por considerar que o adjetivo modifica apenas o predicativo.

aplicar a outros dados da língua. Expliquemos melhor: de fato, quando se afirma que, em *mero funcionário*, não há uma classe de seres meros, parece correto pensar que esse predicado é intensional. Contudo, o raciocínio se torna obscuro em uma construção como *música negra*, do enunciado *Conheça os novos nomes da música negra*. Em tese, seria razoável vislumbrarmos uma classe que reunisse as coisas que são negras, porém não parece aplicável a esta construção. Esse adjetivo significa, na verdade, “música produzida por cantores negros” ou, dito de outro modo, “música que reúne características próprias da etnia negra”. O adjetivo *negra*, aqui, é corretamente compreendido se pensado em termos de uma perspectiva mais ampla, em que esteja em jogo o cruzamento de significados atrelados a *música* e significados atrelados a *negra*; no enunciado em questão, o adjetivo não se liga diretamente ao nome, mas a uma discursividade. Com o conceito de *discursividade*, queremos nos referir à qualidade daquilo que se associa a uma memória de sentidos, construídos historicamente. Aprofundaremos essa discussão no quarto capítulo.

Dando continuidade à crítica, observamos que ao enunciado *Foram propostas mudanças para o sistema eleitoral* também não se aplica a (sin)categorematicidade, em vista do fato de que o nome *sistema* não é compreendido propriamente como uma categoria, e da mesma forma não se concebe uma categoria daquilo é *eleitoral*. É difícil definir se esse adjetivo modifica a intensão ou a extensão do substantivo. Negrão *et alii* (2014) elaboram uma crítica à dicotomia discutida por Borges Neto, considerando que, muitas vezes, não há interpretação única para o tipo de predicação exercida pelo adjetivo. Por exemplo, em *casa grande*, é obscura a definição do sentido de *grande*, que pode se referir à grandeza do objeto enquanto casa ou em relação a outra coisa. As autoras afirmam que considerável parcela dos adjetivos de seu *corpus* “não se encaixa em nenhuma das categorias... Uma *pesquisa bibliográfica* é uma pesquisa bibliográfica enquanto pesquisa/para uma pesquisa, ou é algo que é pesquisa e que é bibliográfico?”.

Souza & Dias (1999) exemplificam em que medida a (sin)categorematicidade depende da interpretação, como na sentença *Marcos é um jogador agressivo*, cujo adjetivo pode predicar Marcos (Marcos é jogador e é agressivo), mas pode predicar apenas a propriedade *ser jogador* (Marcos é agressivo enquanto jogador). Acrescentaríamos que, não obstante a possibilidade de o adjetivo predicar apenas *jogador*, não seria necessariamente incorreta a paráfrase *Marcos é agressivo*, que estaria coerente com a seguinte situação: num suposto diálogo, uma pessoa pergunta à outra se Marcos é ou não agressivo, e esta responde — “Ele é agressivo: veja-o jogando” —, em

um julgamento indutivo. Isto é, mesmo que a agressividade seja discutida em relação à condição de jogador, não é incoerente afirmar que Marcos é agressivo.

2.2 Adjetivos predicadores de núcleo vs. adjetivos argumentais

Negrão *et alii* (2014), citadas anteriormente, optam por explorar outra das dicotomias que caracterizam a classe dos adjetivos: adjetivos predicadores de núcleo e adjetivos argumentais. Apontam que, para se definir essa dicotomia, é preciso ter em conta o tipo de relação que tais palavras mantêm com o substantivo. Os adjetivos argumentais são aqueles que se ligam a substantivos que impõem exigências temáticas, segundo as autoras. Os adjetivos predicadores, por sua vez, são os que impõem, por conta própria, as necessidades de especificação. Um adjetivo predicador, como *grande* (da construção *casa grande*), tem, em princípio, as seguintes propriedades: pode ser parafraseado por sentença relativa (uma casa que é grande); pode ser usado como predicativo do objeto (eu considero a casa grande); aceita anteposição (uma grande casa); pode variar em grau (*casa muito grande*). Já o adjetivo argumental, como *bibliográfica* (em *pesquisa bibliográfica*), satura o significado do substantivo, exibindo as seguintes propriedades: está relacionado a uma estrutura semelhante à que se verifica entre o verbo e seus argumentos (pesquisar a bibliografia → pesquisa bibliográfica); pode ser substituído por expressão nominal (pesquisa da bibliografia); não aceita anteposição (**bibliográfica pesquisa*) e, além disso, não tem as referidas propriedades do adjetivo predicador, o que se pode constatar nas seguintes más construções: “*uma pesquisa que é bibliográfica”, “*eu considero esta pesquisa bibliográfica” e “*uma pesquisa muito bibliográfica”. Essa dicotomia, juntamente com suas respectivas propriedades, parece aplicar-se, apenas, a exemplos muito prototípicos de cada uma das categorias apresentadas, e as próprias autoras reconhecem que há dados reais cuja análise é um pouco mais complexa. Além daqueles adjetivos que se ligam a substantivos que “exigem” saturação de sentido sem estarem relacionados a um verbo (como em *período paleolítico*, *processo mental*), há adjetivos que se ligam a substantivos que, em tese, não projetam argumentos e, ainda assim, comportam-se como os argumentais. O exemplo é *cigarro brasileiro*, que pode ser substituído por *cigarro do Brasil*, não aceita intensificação (**cigarro muito brasileiro*), nem anteposição (**brasileiro cigarro*), propriedades que caracterizam os adjetivos argumentais. Outra

observação que acrescentaríamos a essa análise é o fato de que a estrutura argumental de um substantivo pode ser anulada em muitos enunciados. Comparemos os seguintes:

- (8) A **poluição** dos rios pela mineradora tem causado sérios impactos.
- (9) Temos que acabar com a **poluição** dos rios.
- (10) Não suporto mais respirar tanta **poluição**.

O substantivo *poluição* tem relação com o verbo *poluir*, que supostamente se associa a um agente (quem polui) e a um paciente (aquilo que é poluído). Em (8), tal associação está explícita: *mineradora* é o agente, e *rios* é o paciente. Em (9), o paciente está explícito, mas o agente está indefinido. Em (10), a estrutura “X polui Y” (poluição de X por Y) sofre uma quebra, em razão de o nome *poluição* adquirir uma acepção mais concreta. Dessa forma, questionamos o princípio segundo o qual os nomes projetam uma estrutura argumental.

2.3. A construção nominal frente aos conceitos de “virtual” e “atual”

Ao estudar tipos de construção nominal, Dias (1996) reúne diferentes abordagens que tratam da adesão sintática do adjetivo no sintagma nominal. A primeira delas é aquela que opera com os conceitos de *virtual* e *atual*, respectivamente referentes aos significados potenciais, no plano do pensamento, e a um plano de realização efetiva, relacionado ao momento do dizer, com base em Guillaume (1975). Ilustram essa oposição as expressões *leão de pedra* e *leão da pedra*, a primeira das quais se caracteriza pelo fato de que a ideia de *pedra* se minimiza em função de sua ocorrência, perdendo contato com o plano do pensamento, ao passo que a segunda tem uma continuidade (virtual) das ideias de *pedra* e *leão*. Exemplo semelhante é dado por Bally (1965), a propósito do contraste entre *filho de funcionário* e *filho deste funcionário*, sendo que *de funcionário* seria um caracterizador de filha, e *deste funcionário* seria um atualizador. Em ambas as análises, a presença do artigo produz um efeito de singularização do nome, mas os autores deram um tratamento diferente, com conceitos próximos (a oposição entre atual e virtual). Se, por um lado, em *leão da pedra*, os conceitos virtuais de *leão* e *pedra* tendem a não se alterar, por outro, a expressão *da pedra*, na enunciação, tem função localizadora (atualizadora), de modo a não ser essencial à delimitação da ideia de *leão*, o que se pode perceber por meio do seguinte recurso de anáfora:

- (11) O leão da pedra foi caçado. Ele não resistiu aos ferimentos.
- (12) O leão de pedra foi levado para a exposição. Ele foi transportado sob cuidados especiais.

Comparando-se as sentenças, parece que a expressão *de pedra* mantém um vínculo de sentido maior em relação ao nome *leão* do que a expressão *da pedra*, devido ao seu caráter de pré-construído, o que se dá numa instância virtual. É notável que o pronome *ele*, em (11), parece recuperar apenas a ideia de leão, como objeto de discurso, enquanto que, em (12), o conteúdo *ser de pedra* se apresenta de forma indissociável. Evidência disso é que, em (11), a informação *da pedra* não é pertinente a “não resistir aos ferimentos”, mas a informação *de pedra* tem a ver com “transporte sob cuidados especiais”. De toda forma, é possível pensar que tanto em *da pedra* quanto em *de pedra* se configura uma virtualidade, ainda que em graus diferentes. O que nos permite fazer essa afirmação é a comparação do efeito dessas expressões com o efeito de palavras que têm, de fato, função atualizadora, tais como o artigo e o demonstrativo:

(13) Um leão foi caçado. Ele não resistiu aos ferimentos.

(14) Este leão foi caçado. Ele não resistiu aos ferimentos.

Na retomada anafórica, é evidente que *o* e *este* não têm conteúdos a serem recuperados no texto. Também em Dias (1996) encontramos uma importante reflexão formulada por Gary Prieur, que analisa efeitos da modalização do nome em sentenças como:

(15) A Paris de minha infância não existe mais.

(16) O célebre Zavatta está de volta.

Nessas sentenças, os determinantes *de minha infância* e *célebre* atuam sobre o nome de formas distintas. O primeiro deles constrói um novo objeto de discurso sobre *Paris*, ao passo que o segundo insere uma avaliação sobre um objeto de discurso, sem produzir novo recorte. Em consonância com essa diferença, não é boa a paráfrase *Paris não existe mais*, da sentença (15), visto que *Paris* e *Paris de minha infância* não se equivalem tematicamente, devido a um deslocamento de perspectiva: o enunciador produz, por efeito de singularidade, uma distinção entre a cidade que ele conheceu na infância e a cidade tempos depois. Por sua vez, a paráfrase *Zavatta está de volta*, da sentença (16), é bem aceita, já que a ausência do adjetivo não produz deslocamento temático. Assim, parece correto afirmar que o adjetivo *célebre* mantém menor adesão ao nome do que a expressão *de minha infância*.

2.4 Adjetivos subclassificadores vs. adjetivos qualificadores

Num estudo filiado à teoria cognitivista, Liberato (1997) descreve as funções do adjetivo no sintagma nominal, dentre as quais duas são as principais: a dos elementos *subclassificadores* e a dos elementos *qualificadores*. A autora pondera que a

subclassificação “delimita uma subclasse de uma classe mais ampla em que o referente é enquadrado na descrição e que engloba outras subclasses possíveis”. (LIBERATO, 1997, p. 85). A qualificação, por sua vez, “fornece características do referente que, no entanto, não são utilizadas como delimitação de uma subclasse mais ampla em que o referente é enquadrado na descrição (tem função explicativa)”. (LIBERATO, 1997, p. 85). A autora discute os seguintes dados:

(17) “Esta casa tem uma função **prática**, seguindo o conceito de conforto e aconchego”. (p. 89)

(18) “Dessas fotos depreende-se uma lição: as janelas têm muito o que contar sobre o progresso técnico do país ao longo dos séculos e sobre a interferência do poder público na concepção das edificações. Prova disso é uma **curiosa** lei de 1760, da Câmara Municipal de Salvador, que proibia...” (p. 89)

O adjetivo *prática* é considerado um subclassificador, devido ao seu valor restritivo. Se retirado da frase, causa um problema para a construção do referente. Já o adjetivo *curiosa* é um qualificador, pois não é necessário para a delimitação do referente *lei de 1760*, podendo ser retirado da frase, do ponto de vista da construção referencial.

2.5 Restrição vs. explicação

Ilari (1989), discutindo a distinção entre orações adjetivas restritivas e orações adjetivas explicativas, elabora importante ressalva aos critérios que a gramática tradicional utiliza para diferenciá-las, a partir do teste da dispensabilidade. De acordo com essa proposta, a oração adjetiva restritiva é necessária ao entendimento da frase, ao passo que a explicativa, por acrescentar uma informação acessória, pode ser dela retirada. O critério apontado não é eficiente, uma vez que há orações explicativas que não podem ser retiradas, em razão de sua importância para a coerência do texto, e, reciprocamente, há orações restritivas cuja eliminação não provoca grandes prejuízos.

Os exemplos são “... ao apagar-se a fogueira / João consolava Antônio / que caiu na bebedeira” (trecho da canção *Capelinha de Melão*) e “O líder da oposição fez esse discurso visando um certo candidato que todos conhecem”. No primeiro enunciado, o apagamento da oração explicativa (que caiu na bebedeira) tornaria a interpretação do texto obscura. No segundo enunciado, o apagamento da restritiva (que todos conhecem), por sua vez, não acarretaria incompreensão. A ressalva que Ilari faz é que a distinção entre restritivas e explicativas diz respeito à caracterização do referente: as adjetivas restritivas “tornam mais específica a referência, e as explicativas (...) acrescentam propriedades desnecessárias para a identificação”. (p. 22). A explicação dada pelo autor

vai ao encontro daquela dada por Liberato (1997) em relação aos efeitos de subclassificação e qualificação promovidos pelo adjetivo.

Não obstante a consideração de que os efeitos de subclassificação e qualificação propostos por Liberato sejam relevantes do ponto de vista da articulação sintático-semântica entre substantivo e adjetivo, juntamente com as ideias de Ilari, relacionadas também à perspectiva de Gary Prieur, cremos na necessidade de dar um tratamento enunciativo a esse tema. O argumento de que nos valemos diz respeito ao fato de que a construção do referente (objeto de discurso) é mais complexa do que a ideia de que o determinante (adjetivo) promove uma restrição ou uma explicação. Vejamos os seguintes enunciados:

- (19) A menina foi sequestrada por um homem **negro** que a surpreendeu perto de sua casa.
- (20) Conheça novos nomes da música **negra** internacional.
- (21) Em novembro, teremos eventos relacionados ao Dia da Consciência **Negra**.

Numa análise semântica que leve em conta fatores históricos da significação, constatamos que a relação entre o adjetivo *negro* e o substantivo que ele determina envolve considerações de ordem social. Ao se dizer, em (19), que “a menina foi sequestrada por um homem negro que a surpreendeu perto de sua casa”, é fácil perceber que o adjetivo exerce um efeito de subclassificação: homem negro, e não de outra etnia (branca, amarela ou vermelha). O fato, por si só, de esse adjetivo ser um subclassificador não faz com que ele seja indispensável à referência, até porque se pode dizer “A menina foi sequestrada por um homem que a surpreendeu perto de sua casa”. O que chama atenção, aqui, é que a presença desse adjetivo, como um elemento de distinção, pode tornar o enunciado racista, como se a cor de pele estivesse associada ao ato criminoso cometido. Por outro lado, o adjetivo *negra* do enunciado (20), também um subclassificador, produz efeito oposto, ainda que sua ausência não prejudique, em princípio, o conteúdo da sentença (Conheça novos nomes da música internacional): trata-se de afirmar a alteridade, como forma de se romper com a hegemonia de um dado padrão cultural.

A respeito dos adjetivos (sin)categoremáticos, conforme a discussão feita no início deste texto, consideramos a necessidade de uma reflexão sobre a discursividade atrelada ao substantivo e ao adjetivo. No enunciado (21), o adjetivo *negra* não caracteriza, não qualifica nem subclassifica *consciência*, isto é, parece não fazer sentido afirmar que existem tipos de consciência, assim como existem tipos de homem. Ademais, o adjetivo não modifica uma referência — esse conceito não é suficiente para

expressar os sentidos que estamos analisando. Diríamos que o adjetivo faz incidir uma discursividade sobre o nome *consciência*, qual seja, fazer lembrar a resistência do negro contra a escravidão, bem como combater o preconceito contra os negros. Abordaremos esse viés de análise mais à frente.

2.6 A articulação do adjetivo segundo as gramáticas

A tradição gramatical se fundamenta, no que diz respeito à relação sintática entre substantivos e adjetivos, na descrição das funções sintáticas que funcionam como determinantes: *adjunto adnominal*, *complemento nominal*, *predicativo* (do sujeito e do objeto) e *aposto*. Exceto este último, que é semântica e estruturalmente distinto dos demais, as referidas funções sintáticas não raro são definidas por critérios duvidosos, seja por causa de uma análise que não considera os reais efeitos da língua em uso, seja devido a uma prática descritiva calcada no binarismo classificatório, motivada por razões nem sempre muito claras. É de amplo conhecimento, por exemplo, a polêmica distinção que se propõe entre *complemento nominal* e *adjunto adnominal*, semelhante àquela que procura diferenciar o *complemento verbal* do *adjunto adverbial*. Gramáticos, linguistas e professores ocupam-se dessa reflexão, porém não oferecem respostas satisfatórias. Analisemos, sumariamente, alguns apontamentos.

Considerado termo integrante da oração, o *complemento nominal* se opõe ao *adjunto adnominal*, tido como termo acessório. O primeiro deles é “exigido” para que se comunique um “sentido completo”, ao passo que o segundo tem caráter opcional. A opcionalidade, porém, é relativa aos enunciados, como mostram os seguintes exemplos:

- (1) Comprei uma casa **de praia**.
- (2) Nunca fui a uma casa **de praia**.

De acordo com o senso comum do pensamento gramatical, o sintagma *de praia* não é exigido pelo nome *casa*, que supostamente tem sentido independente. Verifica-se que, em (1), o apagamento do determinante não tornaria o enunciado inapropriado ou mal construído, ainda que menos rico do ponto de vista informativo. Em (2), diferentemente, o apagamento do sintagma tornaria o enunciado inverossímil. Em outras palavras, quem compra uma casa de praia compra necessariamente uma casa, ao passo que quem nunca foi a uma casa de praia provavelmente já esteve em outros tipos de casa. Dessa forma, parece que, em (2), o sintagma preposicionado recebe um foco que não recebe em (1), o que evidencia que o caráter de opcionalidade é relativo. Outro critério comumente

empregado para distinguir as duas funções sintáticas referidas é o critério temático, segundo o qual o complemento nominal é interpretado como paciente/alvo, paralelamente ao complemento verbal, e o adjunto adnominal é interpretado como agente, paralelamente ao sujeito do verbo. Há duas objeções a essa forma de distinção. Em primeiro lugar, existe uma incoerência em se estabelecer como adjunto de um nome um termo que seria, por correspondência, essencial a um verbo, isto é, do ponto de vista da exigência, tanto o paciente quanto o agente são convocados à estrutura sintática. Em segundo lugar, grande parte dos determinantes nominais não são nem agentes nem pacientes, de sorte que a distinção proposta não se mostra muito eficaz.

Outra tentativa de conceituação das duas funções sintáticas se dá por um viés formal, na estrutura sintagmática. Num sintagma como *invasão da República Dominicana pelos Estados Unidos*, o sintagma *da República Dominicana* é considerado complemento, por ser irmão do núcleo nominal, e *pelos Estados Unidos* é identificado como adjunto, por estar num nível de projeção diferente. Esse critério também tem um grau muito baixo de eficiência, devido à constatação de que muitas construções sintáticas aceitam os dois sintagmas preposicionados em posições distintas: *invasão dos Estados Unidos à República Dominicana*, *invasão americana da República Dominicana*. Segue outro exemplo: *aula de Matemática do terceiro ano/aula do terceiro de Matemática*. Além da possibilidade de comutação dos determinantes pós-nominais, nota-se que alguns aceitam posposição ou anteposição: *a impressionante coragem da mulher/a coragem impressionante da mulher*. A ordenação dos constituintes sintáticos é determinada por múltiplos fatores. Sendo assim, não nos parece produtivo propor uma classificação dos determinantes a partir de sua posição dentro do sintagma. Mira Mateus *et alii* (2003) analisam a estrutura do sintagma nominal considerando nomes relacionáveis lexicalmente com outras categorias (notadamente o verbo) e nomes não relacionáveis. Os nomes relacionáveis definem uma estrutura argumental, ao passo que alguns dos não relacionáveis, embora não tenham uma estrutura argumental, “exigem” a presença de determinantes para que sejam compreendidos. Em ambos os tipos, o vínculo sintático entre o nome e o determinante é testado por meio de procedimentos como o deslocamento e as restrições de co-ocorrência. Assim, em um sintagma como *a discussão sobre propinas na faculdade*, são feitas as seguintes paráfrases:

— deslocação:

- (a) ? A discussão na Faculdade sobre propinas foi acalorada.
- (b) A discussão, na Faculdade, sobre propinas foi acalorada.
- (c) Na Faculdade, a discussão sobre propinas foi acalorada.
- (d) ?Sobre propinas a discussão na Faculdade foi acalorada.
- (e) Sobre propinas, a discussão na Faculdade foi acalorada; mas sobre a reforma curricular não teve interesse nenhum.

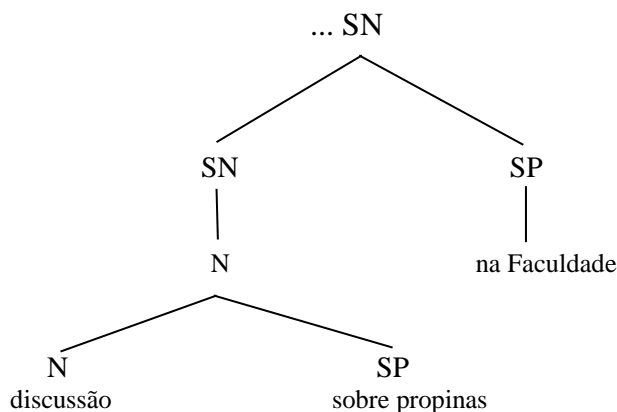
O movimento do SP com sentido locativo é mais fácil do que o do SP iniciado por *sobre*; quando este se desloca, a construção é mais aceitável com um sentido contrastivo, como em (e).

— restrições de co-ocorrência entre o N e os SPs:

- (a) a discussão / a conferência / a análise sobre propinas
- (b) ?a aula sobre propinas / * a demonstração / * o acontecimento sobre propinas
- (c) a discussão / a conferência / a análise / a aula / a demonstração / o acontecimento na Faculdade

(MIRA MATEUS ET ALII, 2003, p. 339)

Os procedimentos mostram que o sintagma *na faculdade* é menos articulado ao nome *discussão* do que o sintagma *sobre propinas*, o que serve de evidência para os autores classificarem o primeiro como adjunto e o segundo como complemento, em conformidade com o esquema a seguir:



(MIRA MATEUS ET ALII, 2003, p. 340)

O que chama atenção é que essa disposição sintática não pode ser tomada como uma generalização, em vista de ocorrências como a seguinte, que tem o mesmo sintagma, mas em um enunciado diferente:

- (3) Aquela discussão sobre propinas na Faculdade continuou aqui em casa.

Não é correta esta paráfrase:

(4) *Na Faculdade, aquela discussão sobre propinas continuou aqui em casa.

Isso sugere — cabe-nos investigar — que o nexos estabelecido entre o determinante e o nome não depende exatamente do nome, mas da enunciação como um todo. Ainda sobre a ordem dos determinantes, Mira Mateus *et alii* analisam os sintagmas *um tecido de fibra para reposteiro* e *camisas de seda para homem* e afirmam que o sintagma irmão do núcleo nominal é seu complemento, e por isso não se pode inverter a posição: **um tecido para reposteiro de fibra* e **camisas para homem de seda*. De fato, estas últimas ordenações não são as preferíveis, porém não as julgamos agramaticais. Talvez o que interfira na ordenação sejam outros fatores, como a ambiguidade, e não propriamente o estatuto categorial do determinante. Além disso, quanto aos nomes que supostamente selecionam mais de um argumento, seria estranho considerar que os argumentos que figuram em níveis diferentes da projeção sintagmática se tornam adjuntos, ou seja, não parece fazer sentido considerar que o núcleo nominal só possa ter um complemento (= determinante irmão de N).

A gramática de Castilho (2010), ao tratar da sintaxe dos substantivos, apresenta conceitos que têm os mesmos problemas teóricos da gramática tradicional. Ao relacionar a classe dos substantivos à transitividade, o autor afirma que os nomes *fogo*, *menino*, *encomendas*, *ministros*, *autoridades* e *cofre* são intransitivos (não argumentais). Argumenta, também, que nomes concretos tendem a ser não argumentais, ao passo que os abstratos tendem a ser transitivos; além disso, propõe que os nomes deverbais contêm a estrutura argumental do verbo relacionado. Sendo assim, o nome *encomendas* não poderia ser incluído entre os não argumentais, dado que é um deverbal de *encomendar*. De acordo com esse raciocínio, no enunciado *Aceito encomendas*, é necessário que se identifique, implícita ou explicitamente, de que tipo de encomenda se trata (ex.: *Aceito encomendas de torta*). Esse mesmo nome, em sentido concreto, sem determinantes, pode constar em um enunciado, e sua interpretação depende de conhecimentos compartilhados entre interlocutores. Por exemplo: *Já chegaram as encomendas*. Ainda que *encomendas* designe algo material, pressupõe-se que o objeto é a coisa encomendada. Por sua vez, o nome *autoridades*, que não é deverbal, pode, ou não, carecer de especificação, de acordo com situações comunicativas particulares (ex.: *Duvido de autoridades religiosas*). Será mesmo que o determinante *religiosas* é de caráter acessório, já que seu apagamento pressupõe uma interpretação diferente do enunciado? Ainda a respeito da gramática de Castilho, uma última observação a seu

respeito é a de que o autor não desenvolve alguns conceitos supostamente relevantes à análise sintática, preferindo deixá-los subentendidos. Ao tratar dos adjuntos, por exemplo, já de antemão lista algumas propriedades desta categoria, sem dizer o que ela significa. Sobre os adjuntos adnominais, limita-se a descrever-lhes os tipos, como modalizadores, quantificadores, qualificadores, classificadores e dêiticos. Ademais, embora trate dos determinantes “exigidos pelo nome”, quando descreve a estrutura funcional da sentença, num capítulo em que aborda as funções de sujeito, complementos e adjuntos, nada fala a respeito do complemento nominal.

A gramática de Azeredo (2012) é tão lacunar quanto a de Castilho no que diz respeito à estrutura do sintagma nominal. Não obstante ser mais clara do ponto de vista da organização textual, até porque não descreve tantas categorias, ao contrário do outro autor, deixa muitas dúvidas sobre o assunto. Segundo Azeredo (2012, p. 266), o sintagma adjetivo, quando incorporado ao sintagma nominal, exerce, sintaticamente, a função de adjunto adnominal, e, do ponto de vista semântico, serve para delimitar, graças ao seu papel restritivo, uma parcela da compreensão ampla de um substantivo comum”. Azeredo acrescenta, mais adiante, a informação de que o adjunto serve para explicitar, além de restringir (em *longos dedos da pianista*, o adjetivo *longos* é um explicitador). Trata, também, de sintagmas adjetivos derivados por preposição (como *bola de borracha*, *terra sem lei*) e apresenta uma boa descrição dos especificadores nominais, como artigos e pronomes, porém não se dedica a abordar o tema da transitividade nominal, deixando de discutir os vínculos sintáticos entre o nome e seus determinantes.

A gramática de Perini (2010) se assemelha à de Azeredo no tocante à descrição da estrutura do sintagma nominal, quando trata, por exemplo, da colocação dos determinantes e de suas propriedades semânticas; contudo, nem mesmo chega a rotular, como categorias sintáticas, esses mesmos determinantes. Na descrição do autor, há um capítulo em que ele discute o conceito de *núcleo* e os itens que se ligam a ele: limitadores. Destes, há uma subdivisão incluindo elementos pré-nucleares, como pré-determinante, determinante, quantificador, entre outros, e elementos pós-nucleares, como o adjetivo e o sintagma preposicionado. Temos evidências, diante do exposto, de que a sintaxe dos nomes/adjetivos carece de uma descrição mais minuciosa e coerente, para o que é necessário empreender uma análise abrangente de dados, em conformidade com uma teoria que esteja atenta aos usos linguísticos efetivos. No capítulo seguinte, discutiremos os fundamentos de uma semântica da enunciação.

CAPÍTULO 3

Fundamentação Teórica

3.1 Uma visão enunciativa da linguagem

Esta pesquisa se afilia ao quadro teórico da semântica da enunciação, que tem produzido um olhar sobre a sintaxe. Fundamenta essa teoria uma perspectiva de análise dos fenômenos linguísticos constituída não sob o ponto de vista da forma ou do sentido, mas da relação entre forma e sentido. A sintaxe é concebida, nessa teoria, como o dispositivo articulatório dos conteúdos linguísticos, afetados sócio-historicamente. Baseamo-nos no princípio de integração entre sintaxe e semântica, contrário a uma visão modular da língua.

Na antiguidade, de acordo com Flores (2013, p. 90), “já em Platão e em Aristóteles, encontramos estudos sobre a ligação entre o que é dito e a situação particular em que o que é dito é dito”. Na linguística moderna, por seu turno, é possível identificar certa influência de Saussure no surgimento da semântica da enunciação, a partir da dicotomia língua X fala, embora a enunciação não se limite nem à língua nem à fala. O dizer, no nível da fala, é o que sustenta a língua e, ao mesmo tempo, rompe com seus limites. Reciprocamente, também a língua cria condições para que o dizer se estabeleça como tal. Enunciar seria, nesse sentido, a mobilização da língua pela fala. Para Saussure, a língua é eminentemente social, e a fala individual, acessória, ou mesmo accidental. A seguir, discutiremos essa visão e produziremos um deslocamento.

Sob vários aspectos, consideramos evidente a natureza social da língua, especialmente em razão de uma série de fenômenos que incidem sobre as línguas em geral, que se diferenciam umas das outras segundo razões socioculturais, o que se reflete no léxico, na sintaxe, na fonologia, etc. Quanto à sua natureza individual, faremos algumas ressalvas, mas mencionemos, antes, a visão de um dos fundadores dos estudos enunciativos, Émile Benveniste. Em consonância com o seu pensamento, a enunciação é entendida como a passagem da língua para a fala, em um ato individual de apropriação pelo falante, no cruzamento das duas instâncias. Essa distinção apresentada não nos parece apropriada, na medida em que sugere que a fala não faça parte da língua, o que se confronta à perspectiva de que esta não se constitui senão por aquela — vale dizer: a língua é um sistema de signos construído pelos indivíduos que dela se

apropriam. Mesmo as ditas línguas mortas, que parecem existir “abstratamente”, constituem-se como tais em razão do que delas fizeram seus falantes, e esse sistema de signos se torna limitado, conseqüentemente, a certa conjuntura histórica. Além disso, os sistemas linguísticos mudam exatamente pela influência da fala. Flores (2013), ao discutir a indissociabilidade desses dois conceitos (língua e fala), analisa de que modo, na obra de Saussure, se concebe que a fala influencia o sistema linguístico, notadamente por meio do fenômeno da analogia. O fundador da linguística afirma que é “a fala que faz evoluir a língua” (Saussure, 1975, p. 27, *apud* Flores, 2012, p. 190). Flores discute um exemplo da língua latina, apresentado por Saussure, a respeito da analogia do nominativo *honor*. A forma original era *honos/honosem*. Após sofrer rotacismo, passaram a ser usadas *honor e honos*. Porém, feita pelo falante a analogia com outro dado (*oratores/oratores*), consolidou-se a única forma *honor*. A analogia, segundo nos lembra Flores (2012, p. 192), “tem papel regularizador da transformação linguística”, o que é uma evidência de que o individual e o social se interpenetram. Parece-nos mais apropriado considerar que a língua, de caráter eminentemente social, é afetada por uma memória e por uma atualidade, sendo o atual um produto de relações entre a história e as demandas individuais do sujeito que enuncia, concepção que discutiremos mais adiante. Assumimos, em tese, que o individual e o social se interpenetram e que a linguagem emerge das relações contingenciais do presente, amparada pela força de retrospção a uma realidade anterior. Ainda sobre a dicotomia saussureana, também é pertinente esta explicação de Ducrot:

A descrição semântica de uma língua, considerada como conjunto de frases ou de enunciados, não só não pode ser acabada, como não pode ser empreendida de forma sistemática, se não mencionar, desde o início, certos aspectos da atividade linguística realizada graças a essa língua. (DUCROT, 1984, p. 63)

Problematizando a oposição saussureana, o autor procura definir de que maneira a enunciação deve ser introduzida no enunciado e, em dado momento de sua exposição, argumenta, por comparação, que “um objeto só pode ser descrito em relação a outros objetos, e que não há, se tomarmos as palavras ao pé da letra, nenhum sentido em visualizá-lo ‘em si mesmo’” (p. 67). A comparação serve, também, para delimitarmos o modo como concebemos o sentido, depreendido dos usos que fazemos das formas linguísticas e das relações que podem ser criadas entre elas, em sintonia com os apontamentos de Benveniste. “É no discurso, atualizado em frases, que a língua se

forma e se configura. Aí começa a linguagem” (BENVENISTE, 1988 p. 122). Também Dias se refere a esse princípio:

O plano da organicidade não é autônomo, porque a materialidade linguística não tem base primária de identidade física... Os objetos lingüísticos (...) não ganham identidade a partir de uma projeção de sua dimensão material. É na relação com o plano do enunciável que esses objetos ganham identidade. (DIAS, 2006b, p. 5)

A enunciação, como acontecimento, mobiliza uma memória e uma atualidade, construídas social e historicamente. De acordo com Dias (2009, p. 13), "as formas da língua são constitutivas da relação que se estabelece entre uma instância do presente do enunciar e uma instância de anterioridade". Para uma semântica da enunciação, o sentido não é produzido numa relação de exterioridade delimitada entre língua e mundo, mas é entendido segundo se colocam como tais as práticas sociais que, ao mesmo tempo, criam o mundo e são por ele afetadas, por meio da linguagem. A enunciação é, assim, entendida como processo instaurador de significados construídos por sujeitos sociais. Afiliamo-nos a um conceito de enunciação que leva em conta as relações sócio-históricas produzidas nos acontecimentos de linguagem, e dessa forma nos afastamos, em certa medida, da perspectiva benvenistiana, segundo a qual a intersubjetividade é determinada no sistema da língua. Para Benveniste, a língua contém um dispositivo formal que é acionado por atos individuais de apropriação, o que permite que o sujeito nela se constitua. Por esse entendimento, dizer *eu* é fazer-se sujeito, ato pelo qual se instaura um *tu*. De acordo com o ponto de vista sócio-histórico, diferentemente, os sujeitos escapam a uma univocidade, por se constituírem em meio às diferenças, dadas as relações em que estão inseridos. A concepção da enunciação sob um viés histórico foi primeiramente preconizada por Ducrot, em conformidade com a ideia de que cada enunciado é único e irrepitível, na medida em que é produzido em dadas coordenadas de espaço e tempo, consideradas únicas. Para Guimarães (1989), no entanto, a historicidade de um enunciado não se prende ao seu caráter temporal e supostamente irrepitível, mas diz respeito à relação que este tem com enunciados anteriores, através de uma memória de sentidos. De acordo com o autor, trata-se de preconizar um conjunto de relações; contudo, tais relações não se dão, à maneira de Saussure ou de Benveniste, com o sistema. Tais relações são históricas. Por esse viés, afirma Guimarães: “Algo sozinho nunca é linguagem. Algo só é linguagem com outros elementos e nas suas relações com o sujeito. Isto dá o caráter inescapavelmente histórico da linguagem” (1989, p. 74). Vêm ao encontro da afirmação as seguintes palavras de Foucault (2010 [1969], p. 8): “a história é, para uma sociedade, uma certa

maneira de dar *status* e elaboração à massa documental de que ela não se separa”. Se entendermos que a língua não se dissocia da sociedade, temos de analisá-la pela história, que lhe confere o caráter que tem.

O enunciado, dessa forma, é a sequência linguística que se produz sob determinadas coordenadas históricas. Assim, uma sequência como

(1) Disseram que você não viria.

pode assumir interpretações diferentes conforme se entende que a forma verbal *disseram* concorde com uma terceira pessoa do plural já referida (“Paulo e Graça me telefonaram; disseram que você não viria”) ou deixe vaga essa referência, com uma leitura de indeterminação (“Alguém disse que você não viria”). A mesma sequência pode fazer parte de uma situação de satisfação (“Disseram que você não viria. Lamentei”) ou de descaso (“Disseram que você não viria. Agora não posso fazer nada”). Os enunciados lidam, pois, com possibilidades diversas de significação. No exemplo apresentado, o sufixo verbal de terceira pessoa do plural concorda com uma terceira pessoa já apresentada ou, em vista da noção de vagueza que o plural pode sugerir, se associa a uma referência indeterminada. À medida que as formas linguísticas se atualizam, ganham novas acepções, como ocorre com o sujeito indeterminado. É importante, pois, abordarmos as duas instâncias que percorrem a enunciação: a da memória e a da atualidade. Dias (2011) preconiza:

Algo se constrói na medida em que está em relação com pré-construídos. Nas formulações, sejam orais, sejam escritas, uma instância da enunciação presente na dimensão da atualidade, e uma instância histórica entram em relação, produzindo-se aí as condições de sentido. (DIAS, 2011, p. 274)

Discutindo os sentidos de liberdade no mundo *Wiki*, no contexto do acesso à informação, o autor analisa a expressão *enciclopédia livre, que todos podem editar*, que ilustra uma contraposição entre sentidos (virtuais) do substantivo e sentidos adquiridos no enunciado, pelo efeito dos determinantes acrescentados ao substantivo. O conceito de enciclopédia como livro em que se encontram disponíveis para consulta informações no âmbito de conhecimentos gerais, descritos por uma equipe de especialistas (autores), sofre um deslocamento que vai ao encontro do leitor, na medida em que ele próprio pode editar os conteúdos dessa enciclopédia. Dias considera que “afirmar o traço livre de uma enciclopédia é uma forma de distingui-la de outras, associadas à memória de enciclopédia. Essa memória de enciclopédia se apresenta com o traço de privação de liberdade” (DIAS, 2011, p. 277). Os determinantes, como evidencia o exemplo,

produzem efeitos de singularidade e diferença em relação ao nome, ao tempo em que recuperam sentidos anteriores a ele relacionados. Dessa forma, postulamos que a materialidade linguística emerge da articulação das relações de sentido do enunciável com o orgânico, através de regularidades de usos. As regularidades advêm do cruzamento da instância da memória com a instância da atualidade. Isso significa que a língua possui uma força convergente de retrospectção a uma virtualidade e, ao mesmo tempo, uma força divergente de ancoragem no presente da enunciação, que ressignifica o dizer produzindo diferenças.

A instância da memória serve de sustentação das significações e dos sentidos que percorrem as enunciações, paralelamente à instância da atualidade, qual seja a das possibilidades de uso das formas linguísticas numa ancoragem com o presente e com a futuridade. Como efeitos dessa atualização, são constitutivos o processo de repetição — de vez que as formas necessitam de recorrência para se estabelecerem como tais — e o processo da diferença, o que significa que elas adquirem novas conotações à medida que são enunciadas. A título de exemplificação dessa perspectiva, inspirada em grande parte nas reflexões filosóficas deleuzianas, façamos breve análise dos sentidos vinculados ao nome *coxinha*. O nome refere-se, em princípio, à coxa de galinha, usada na preparação de alguns pratos. Ao se atualizar enunciativamente, graças a uma certa prática social, passou a ser utilizado para designar um salgadinho empanado e frito em forma de coxa de galinha, com uma porção de sua carne envolta em massa de farinha de trigo. Mais atualmente, esse nome passou a designar, de forma pejorativa, uma classe de indivíduos que têm comportamento reacionário e conservador, descrito pela tentativa de distanciamento do restante da sociedade. Na história, localizamos relações sociais compartilhadas (neste caso, as acepções de *coxinha*), ao passo que na instância da atualidade encontramos conteúdos singulares que a palavra adquire no presente. Nessa mesma direção, Guimarães (1996, p. 22) postula: “a enunciação é o lugar de funcionamento movimentado pelo interdiscurso, pela memória do dizer. A língua aparece, assim, exposta ao interdiscurso, isto é, a língua está exposta a uma memória dizível”. Podemos dizer, então, que as formas da língua são o que são pela história de suas enunciações. Os enunciados se recriam a todo instante. A recriação, como atualização, é um processo de alimentação da memória interdiscursiva, constitutiva da virtualidade da língua. A esse respeito afirma Deleuze:

...a atualização do virtual (...) sempre se faz por diferença, divergência ou diferenciação. A atualização rompe tanto com a semelhança como

processo, quanto com a identidade como princípio. Nunca os termos atuais se assemelham à virtualidade que eles atualizam.

(DELEUZE, 1993, p. 343-347):

Esse comentário sugere a relativa estabilidade das formas linguísticas, do ponto de vista das condições peculiares de cada cena enunciativa, uma vez que estão sujeitas a alterações à medida que ganham historicidade. A atualização representa, em certa medida, a possibilidade de mobilidade de sentidos, em conformidade com os elementos específicos dos acontecimentos em que estão inseridos. Achard (1999), ao tratar da relação entre memória e implícitos, conduz um raciocínio semelhante, embora não utilize, especificamente, a nomenclatura de Deleuze. O autor aponta que

o processo de diferença é possibilitado pelo processo de repetição da unidade formal das palavras. Cada nova co-ocorrência dessa unidade formal fornece então novos contextos, que vêm contribuir à construção do sentido de que essa unidade é o suporte. Mas para poder atribuir um sentido a essa unidade, é preciso admitir que suas repetições — essas repetições — estão tomadas por uma regularidade. (ACHARD,1999, p.14)

Lançamos mão desses conceitos por entendermos que eles explicam de forma satisfatória o funcionamento da língua, ligados à noção de *acontecimento*. Deleuze (1969), ao tratar da lógica do sentido, faz menção à oposição platônica de duas dimensões: a das coisas fixas, limitadas, entendidas como repouso, e a do devir (vir a ser), não passível de ser detido, ao mesmo tempo “furtando-se ao passado, fazendo coincidir o futuro e o passado” (p. 1). Numa proposição simples como “Alice cresce”, há uma confluência dessas dimensões, em que um objeto de discurso (Alice) entra na ordem do dizer (cresce), contraindo diferenças num movimento de devir. Temos aí os ingredientes fundamentais do acontecimento: as coisas (nomeáveis) e as transformações que se processam nelas. Guimarães (2002, p. 11) postula que “algo é acontecimento enquanto diferença na sua própria ordem”. Para o autor, uma característica essencial do acontecimento é a temporalização, que produz um efeito de recorte do passado, ao tempo em que abre uma latência de futuro. Em vista dessas noções, é oportuno fazermos uma aproximação entre elas e um conceito central da gramática: a predicação.

A sintaxe convencional tem como um de seus principais fundamentos a predicação, segundo a qual o dizer produz especificações sobre um dado estado de coisas. Para Castilho (2010, p. 122), “dizemos que houve predicação quando um operador toma um termo por seu escopo, transferindo-lhe propriedades de que o escopo não dispunha antes”. O termo *propriedades* não é adequado segundo a teoria que

adotamos, pelo fato de sugerir uma relação de inerência entre as coisas e aquilo que as determina, o que não se verifica. Se considerarmos, por outro lado, que predicar é tomar um escopo e inseri-lo numa perspectiva do dizer e se acontecimento se constitui pela diferença que algo contrai em sua própria ordem, podemos vislumbrar a possibilidade de associar *predicação* e *acontecimento* como conceitos que têm semelhanças entre si, de modo a concebermos a sintaxe como a base material dos acontecimentos enunciativos. No item seguinte, discutiremos mais detalhadamente o conceito de predicação.

3.1.1 Enunciação e predicação

A predicação foi concebida de formas muito diferentes pelas múltiplas vertentes dos estudos linguísticos, desde a antiguidade, quando surgiram as primeiras formulações empreendidas por filósofos e gramáticos de tradição helênica. O desenvolvimento da sintaxe — disciplina que, *grosso modo* dizendo, estuda a estruturação dos termos da proposição — está atrelado, em princípio, ao entendimento da predicação. A fim de delimitarmos a concepção que norteia este estudo, é pertinente recorrermos, brevemente, às diferentes visões, antes de apresentarmos a nossa. Cada uma delas revela, por contraste, uma concepção sobre a relação entre a linguagem e sua exterioridade. Procuraremos mencioná-las em uma ordem cronológica, com base em Dias (2015c).

A primeira concepção é aquela que se encontra nas primeiras gramáticas gregas, especialmente nas obras de Apolônio Díscolo. Para esse autor, a proposição tinha o verbo como categoria nuclear e agregadora de seus termos, que recebiam marcação de caso. Ao exprimir uma ação, o verbo articula um termo nominativo (sujeito) — do qual parte a ação — e um termo oblíquo (objeto), que é afetado pela ação. Assim, numa oração como “Pedro acusou João”, o ato de acusar parte de Pedro (sujeito/ agente) e afeta “João” (objeto/paciente). O limitado conceito de sujeito como sendo o “ser que pratica uma ação”, utilizado outrora por muitos professores e presente em manuais de sintaxe, é reflexo dessa visão, que posteriormente fora expandida por Nebrija, gramático da língua castelhana. De acordo com Dias, trata-se de um conceito de predicação baseado na mobilidade social, por estar “na passagem entre um ponto e outro da perspectiva: entre o fazer e emitir (do caso nominativo) e o sofrer ou ser afetado por

essa ação (do caso acusativo)” (DIAS, 2015, p. 103). O autor a define, por esse motivo, como *predicação acional*.

A segunda concepção emerge em meio à mentalidade racionalista que vigorou durante o século XVII, quando a predicação passou a ser compreendida em função de um conhecimento nominalista: o nome, nas proposições, seria o elemento desencadeador da predicação, e *predicar*, por esse ponto de vista, seria a operação linguística caracterizada por produzir afirmações sobre um objeto do pensamento. A afirmação, procedimento que consiste em atualizar o objeto temático, é centrada no verbo, categoria que fornece um juízo sobre ele. Assim, numa sentença como “A maçã amadureceu”, o verbo *amadurecer* acrescenta uma perspectiva ao sujeito (a maçã), a partir de um olhar sobre o mundo mediado pela razão. À linguagem caberia, mais do que categorizar nominalmente a realidade, expressar juízos sobre as coisas existentes e seus modos de ser. Nesse sentido, o homem teria mais necessidade de “criar palavras que expressassem a afirmação, que é a principal forma de nosso pensamento, do que criar palavras que expressassem objetos de nossos pensamentos”, segundo Arnold & Nicole (1962, p. 96, *apud* DIAS 2015c, p. 104). Para os autores, conseqüentemente, o verbo *ser* era um protótipo da predicação, ao explicitar o modo das coisas. Por tal razão, numa sentença como “Júlio trabalha”, haveria uma ideia subjacente do tipo “Júlio é trabalhador”. Dias pondera que esta é a *predicação racional*.

A terceira concepção se distingue das anteriores por um certo rompimento promovido entre a linguagem e sua exterioridade, ao se desvanecer seu poder de representação²⁸. Numa tentativa de se desvincular da filosofia, o campo dos estudos linguísticos adquire maior autonomia e passa a se especializar segundo as tendências científicas surgidas no fim do século XIX. De acordo com Dias, “não se trata mais de representar o pensamento, mas de expressá-lo em linguagem” (DIAS, 2015c, p. 106). Notamos, aqui, uma mudança de foco para a suposta função que a linguagem possui: produzir comunicação. Na organização das sentenças, a predicação (denominada por Dias de *predicação incidente*) é o que relaciona duas expressões, de modo que uma incida sobre a outra; a expressão nuclear, determinada, é modificada por uma expressão agregada, determinante. Essa abordagem, que leva em conta, essencialmente, a

²⁸(Cf. Foucault, 1966, p. 420, *apud* DIAS 2015c, p. 105)

organicidade da língua, culminou com o estruturalismo emergente no século XX, em que as categorias são descritas em função do sistema formal que as abriga.

O estruturalismo se caracterizou por um enfraquecimento da semântica. Posteriormente, com o advento da gramática gerativa, esse enfraquecimento atingiu seu ápice, mas com um deslocamento: o cerne da sintaxe estaria atrelado a um sistema mental abstrato. Para os gerativistas, a constituição das sentenças, na medida em que não adotam um escopo como ponto de partida, não se fundamentaria na predicação, mas em posições sintáticas que se distinguiriam por suas marcas de caso (nominativo, acusativo e oblíquo). As posições sintáticas se associariam a um enredo mínimo, com a atribuição de papéis semânticos, tais como *agente*, *paciente*, *alvo*. Em consonância com essa perspectiva, a sintaxe e a semântica são módulos distintos da língua, mas a primeira contém o cerne desta.

Os funcionalistas, por sua vez, partem da premissa oposta, quanto ao fato de que as formas emergem do discurso e estão em função da comunicação, motivada por fatores pragmáticos. A predicação, de acordo com a visão funcionalista, encontra na sentença uma unidade interacional, cuja referência, localizada contextualmente, é definida pelo sujeito da oração, que tem um “aparato de sufixos morfológicos cuja função é de fazer finita a proposição. Quando o verbo sai do infinitivo e é conjugado, ele adquire pontos de referência no tempo da enunciação, isto é, no contexto do evento de fala” (DIAS, 2015c, p. 113). Dias define a predicação funcionalista como *predicação modalizadora*.

Feitas tais considerações, podemos, agora, traçar as diretrizes de uma concepção de predicação segundo a visão enunciativa, que tem pontos de contato com a última apresentada. Já expusemos, neste capítulo, o fundamento essencial de nossa abordagem: a historicidade que sustenta as enunciações mobilizadoras da língua dentro de uma temporalidade. Apresentamos, também, o conceito geral de acontecimento (diferença na ordem das coisas). Esse conceito guarda uma relação com o que Dias (2015c, p. 116), baseado em Bally (1965), define de “inquietude constitutiva do dizer”, que se manifesta como “reação” ao mundo. Afirma Bally: “quando enunciamos um pensamento, estamos reagindo a uma representação, sob a forma de uma constatação, de uma apreciação ou de um desejo”. A inquietude do dizer se dá necessariamente em um espaço de enunciação, assim referido por Guimarães:

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. São espaços constituídos pela equívocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui papéis, e do conflito, indissociado desta deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais. (GUIMARÃES, 2002, p. 18)

É em função dessa trama constituída para a produção de sentidos que a predicação ganha um novo olhar. Na constituição das sentenças, as formas da língua são afetadas por recortes de memória em associação com um presente. Para Dias, “ser forma linguística é significar em relação de pertinência com os espaços de enunciação e com os espaços sintáticos”. Nesse sentido, as formas estão sujeitas a se expor ao dizível, recuperando memórias e agregando diferenças. Predicar é, então, esse jogo de mobilização. A seguir, há uma consideração de Sousa Dias (1995) a respeito dos verbos no infinitivo, reveladora de duas importantes ideias.

Os verbos infinitivos são devires ilimitados. (...) Se os infinitivos ‘morrer’, ‘amar’, ‘mexer’, ‘sorrir’ etc. são acontecimentos, é porque há neles uma parte cuja consumação não basta para realizar, um devir em si mesmo que não pára ao mesmo tempo de nos esperar e de nos preceder (...) (1995, p. 95)

A primeira delas concerne à predisposição dos itens lexicais, em geral, ao devir. A segunda nos remete à sintaxe, especialmente à constituição do lugar sintático de *sujeito*. Assim como na maior parte das abordagens discutidas anteriormente, assumimos o *sujeito* como ponto de partida da predicação, devido à sua função de acionamento do verbo para constituir sentença, ao definir suas coordenadas referenciais. Seja, por exemplo, o infinitivo DESCOBRIR. Em frases como “Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil”, “Nós ainda descobriremos o paradeiro de Jair”, “A cada dia, eu descubro coisas novas sobre o bairro”, são, respectivamente, as formas “Pedro Álvares Cabral”, “Nós” e “eu” que se antecipam ao verbo para formarem a proposição. A partir dessa instauração, os demais lugares sintáticos, como objeto e adjunto, delimitam os sentidos da sentença. No próximo capítulo, discutiremos a função do adjetivo como item predicador.

3.1.2 O referencial

Uma vez que não concebemos a referência como uma relação direta da linguagem com o mundo, distanciamos-nos consideravelmente da semântica formal e,

devido a isso, baseamo-nos em conceitos distintos. Em conformidade com a perspectiva enunciativa, consideramos que a referência deve ser pensada sob pontos de vista, que chamamos de *referenciais*. Na física, um referencial diz respeito ao sistema de coordenadas usado para se medir ou registrar alguma grandeza, como velocidade, posição, aceleração. Diríamos, por exemplo, que, se adotarmos o Sol como um referencial, os planetas do nosso sistema giram em torno dele. Se, contudo, adotarmos a Terra como referencial, o movimento giratório é feito pelo Sol, daí porque, durante muitos séculos, se acreditou no geocentrismo. De acordo com a física, a noção de movimento ou repouso de um corpo depende, pois, da relação circunstancial deste com outro corpo.

Comparativamente, tais ideias se aplicam, de modo semelhante, à linguagem, no que se refere à importância do ângulo sob o qual um objeto de discurso é concebido. O referencial, na enunciação, é compreendido como “aquilo que é posto em jogo pelo enunciado, isto é, aquilo a que o enunciado se refere contrai dependência com aquilo de que se fala” (DIAS, 2016a, p. 126). Dias (2015e, no prelo) apresenta uma explicação complementar, segundo a qual um referencial designa “o domínio no qual as nomeações, designações ou descrições se ancoram para constituir sentido e pertinência em um espaço de enunciação”. O autor ilustra sua explicação com o nome *chuva*, que é enunciado em referenciais distintos. No referencial científico, pode ser pensado de acordo com a composição química dos líquidos. No referencial da agricultura, por sua vez, chuva é o elemento que promove a fertilização dos solos. Num referencial religioso, pode significar a intercessão divina para a manutenção da vida. Cada um desses referenciais é, pois, um domínio de significação. Dias (2016a, p. 126) apresenta, ainda, esta explicação:

O principal sustentáculo desse conceito é o de que indivíduos, objetos, estados de coisas e relações não são individuais absolutos, isto é, não são “dados” da natureza, mas entes, estados e relações que adquirem identidade a partir dos lugares de enunciação e das perspectivas de enunciação. Sendo assim, é o próprio enunciado, e não as propriedades inerentes aos seres, estados e relações, que constitui o referencial a partir do qual esses seres, estados e relações se individualizam na referência.

Em seguida, o autor discute amplamente mais um exemplo, para ilustrar o conceito, com base na análise da palavra *ininteligível*, tanto como substantivo quanto como adjetivo: “o *ininteligível*” e “[substantivo] + *ininteligível*”. Vamos nos ater, aqui, a três enunciados apresentados por Dias, nos quais *ininteligível* é um adjetivo. O primeiro

deles, com a FN *pedido ininteligível*, é retirado do meio jurídico e refere-se a uma certa categoria de pedidos recebidos pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Um pedido ininteligível, nesse meio, é aquele que, a despeito de ser devidamente protocolado em escritório, pode ter seu teor questionado e, dessa forma, perder pertinência. Tecnicamente, um *pedido ininteligível* se equivale a um *pedido inexistente*, com a diferença de que o primeiro passa por um processo de interrupção de sua futuridade, ao se constituir, num primeiro momento, para, em seguida, ser anulado. Eis, portanto, um referencial orientado pelo adjetivo ininteligível: o das coisas que não têm futuridade jurídica, segundo aponta Dias. O segundo enunciado, retirado de um *blog* que comentou um evento de premiação, contém a FN *discurso ininteligível do Paulo César Pereio*. De acordo com o texto, o ator (Paulo César), além de não ter participado do filme ao qual estava associado esse evento de premiação, confundiu o sobrenome da diretora Lucia Caus. Ele disse “caos” no lugar. A ininteligibilidade, nesse caso, diz respeito ao fato de que a fala solene do ator não foi suficientemente compreensível, o que motivou a publicação do texto. O terceiro enunciado, por fim, utiliza a FN *algo ininteligível* ao fazer menção à fala, em “inglês macarrônico”, do político José Fogaça. Segundo o texto, o que ele disse era “algo ininteligível para americanos e brasileiros”. Dias considera que, no exemplo do discurso do ator e no exemplo da fala do político, há uma desqualificação, com a diferença de que, no primeiro, se trata de uma dificuldade de interpretação e, no segundo, de uma dificuldade de decodificação. Esses referenciais são orientados pelo adjetivo *ininteligível*.

Podem ser consideradas antecedentes históricos da noção de referencial ideias de Bally (1965), linguista que discute dois conceitos inerentes a uma enunciação: o *modus* e o *dictum*. Entendido como a proposição em si, o *dictum* significa a materialidade do enunciado, ao passo que o *modus* diz respeito à relação que o enunciador estabelece com aquilo que enuncia. Por exemplo, na frase *Creio que este acusado é inocente*, o *dictum* corresponde ao conteúdo expresso pela sequência linguística, ao passo que o *modus* refere-se à atitude de defesa feita pelo enunciador de alguém considerado culpado, que ele acredita ser inocente. Sendo a enunciação acontecimento do qual faz parte um modo de enunciar, ela deve ser pensada em perspectiva. Um referencial é, pois, uma perspectiva do dizer, que sustenta, em geral, as coisas das quais falamos.

3.1.3 A pertinência enunciativa

Os enunciados que circulam socialmente guardam entre si uma identificação que os motiva, dentro de um determinado espaço, de modo a constituir uma rede de sentidos interdependentes. Nesse espaço, “os falantes enunciam tendo em vista uma pertinência com enunciados de outros falantes” (DIAS, 2016a, p. 37) e podem se posicionar emitindo, por exemplo, resposta, comentário e objeção, conforme explica Dias. Por *pertinência enunciativa*, entendemos a relação de pertencimento que um enunciado mantém com outros enunciados e com seus elementos constitutivos. A título de ilustração do conceito, mencionemos as enunciações feitas em torno do tema *aborto*, frequentemente discutido no Brasil. Quando se manifestam a respeito, as pessoas comumente abordam questões relacionadas ao direito da mulher, ao direito do feto, à concepção de vida, à intervenção do Estado nos dramas familiares, ao sistema de crenças dos cidadãos, entre outras. São estes alguns dos elementos que percorrem os enunciados, garantindo entre eles uma coesão, por força da pertinência.

A pertinência enunciativa também diz respeito à ordem sintática das sentenças, haja vista os padrões de regularidade que afetam as formas da língua. A esse respeito, Dias (2013g, p. 392) afirma: “enquanto unidades formais, os lugares sintáticos qualificam-se na medida em que funcionam como portos de passagem em rotas de circulação de sentidos, de discursos para o enunciado, e desse para os espaços futuros da discursividade”. No capítulo seguinte, discutiremos as relações de pertinência²⁹ entre substantivo e convergentes adjetivais, que surgem por efeito das regularidades que perpassam as enunciações.

3.1.4 A formação nominal

A nomeação é um complexo processo fundador e sustentador da linguagem, por meio do qual se fabrica o mundo. De acordo com um olhar enunciativo sobre a linguagem, fundamentado na concepção histórica outrora apresentada neste capítulo, postulamos que não são muito nítidas as fronteiras que separam a realidade extralinguística daquela que é concebida pela própria língua, uma vez que, não raro, uma se sobrepõe à outra. De fato, é problemática a relação entre linguagem e mundo,

²⁹ A propósito da ideia de “pertinência”, enfatizamos que entendemos “pertinência enunciativa” conforme a noção de “pertencimento”, e não como “apropriação”, “relevância”, “importância”, sentidos outros que percorrem essa palavra.

uma vez que este se consolida na medida em que é dito. Mas isso não deixa de ser paradoxal diante da constatação de que o mundo, por outro lado, “pede” para ser enunciado. Por meio de tal consideração, vislumbramos que acessamos parcelas de realidade na proporção em que ela se torna discursivizada. A maleável atividade de construção do mundo/realidade através da nomeação envolve aspectos sociais, decorrentes ora da natureza material humana, ora de suas relações discursivas. Dizemos, pois, que ela é maleável, em razão de sua relatividade constitutiva, como ponderaremos mais adiante. Antes, porém, discutamos três procedimentos que envolvem a nomeação, de acordo com Dahlet (2017)³⁰, para quem são relevantes os seguintes aspectos: 1) a denominação, entendida como a atribuição de uma palavra para se referir a um “objeto”, num caráter mais estável, ou seja, concebida a existência de algo e a necessidade de esse algo ser dito, importa dar-lhe um nome; 2) a designação, compreendida como o processo referencial, menos estável, que parte do nome para a coisa a ser dita, por meio da escolha (in)voluntária de um termo para estruturar o objeto de discurso; e 3) a significação, atividade que envolve as relações entre as formas da língua e os conteúdos por elas veiculados. De acordo com o autor, denominar é, em suma, atribuir, historicamente, nome a um objeto verossímil ou fictício, enquanto designar é utilizar, contingencialmente, formas da língua para se referir a um objeto. Significar, por sua vez, é o produto advindo dessas duas operações descritas. A título de exemplificação, coloquemos, de um lado, o nome *Ferdinand Saussure* e, de outro, os nomes *professor*, *linguista*, *filósofo*, *pensador*, *fundador da Linguística moderna*. Parece haver, entre eles, uma diferença quanto ao potencial referencial, haja vista que apenas um dos nomes é empregado, de forma estável e singular, para se referir à pessoa em questão; isto é, quando se fala de Ferdinand Saussure, não se fala de outro indivíduo, ao passo que os demais nomes, a depender do enunciado em que se encontram, podem fazer referência a personalidades diversas. *Pensador*, por exemplo, pode ter relação com Saussure, mas também com Aristóteles, Sócrates, Pêcheux e com outros inúmeros indivíduos. Por esse ponto de vista, *Ferdinand Saussure* seria uma denominação, e *professor*, *linguista*, *filósofo*, *pensador*, *fundador da Linguística moderna* seriam designações. Todavia, apontamos duas ressalvas importantes a esses dois conceitos. Em primeiro lugar, uma forma designativa como *fundador da Linguística moderna* parece, por uma memória de

³⁰Reflexão conduzida pelo professor Dr. Patrick Dahlet, na disciplina **A nomeação nos discursos: práxis enunciativa e tensões sociais**, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFMG, no primeiro semestre de 2017.

usos associada a Saussure, ter uma singularidade que não existe em uma forma como *pensador*. Quando se emprega a expressão *fundador da Linguística moderna*, logo se evoca Saussure, mas quando se emprega o termo *pensador*, não se evoca, em princípio, ninguém. Em segundo lugar, uma mesma forma denominativa pode ser usada em referência a objetos de discurso diversos. Por exemplo, o nome *João Caetano*, de conhecido ator fluminense do século XIX, provavelmente é o mesmo de uma quantidade considerável de brasileiros³¹. Por esse motivo, consideramos que a oposição denominação X designação não é tão clara, bastando notar que, a propósito da nomeação, há nomes ora mais estáveis, ora menos instáveis, o que se pode apreender apenas comparativamente, mas mesmo assim de forma pouco categórica.

Outro aspecto da nomeação é o fato de ela não ser objetiva nem estanque, visto que implementa olhares determinados sobre um objeto de discurso, produzindo eficiência e força discursiva. Atribuir nome a um desses objetos é uma possibilidade entre outras, de modo que a opção por uma delas produz repercussões na significação. Outra importante particularidade da nomeação é que ela se estende às determinações feitas no fio do discurso, no plano da morfologia, da sintaxe e do enunciado como um todo. A esse respeito, também importa considerar que a nomeação se vincula a uma memória, em razão da circulação dos discursos, e está sujeita, também, à atualização, devido aos engendramentos promovidos na enunciação.

A nomeação também envolve um aspecto argumentativo, que, de acordo com Ducrot, deve ser compreendido em acepção ampla, uma vez que enunciar é, grosso modo, direcionar sentidos. Para o autor, “a argumentação está na língua” (Ducrot, 1989, p. 16). Assim, quando se diz “a marquesa saiu às cinco horas³²”, o nome “marquesa” designa um indivíduo com um olhar um tendencioso, segundo o ponto de vista do locutor. O termo escolhido concorre com outros possíveis, tais como “a mulher”, “a esposa”, “a amiga”, “a Isabel”. Tendo sido escolhido o nome “marquesa”, reforça-se um caráter de nobreza, fazendo com que a enunciação tome como ponto de partida um *status* social. Esse ponto de partida é um referencial entre outros possíveis.

No fio do discurso, a nomeação tem certo caráter dinâmico, ao notarmos que as palavras concorrem umas com as outras. Por exemplo, um mesmo objeto de discurso (Marina Silva) pode ser retomado pelas seguintes palavras: Marina > a senadora >

³¹ Ainda em respeito à denominação, vale notar que é recorrente, na sociedade, a possibilidade de mudança de nome, o que acontece com ruas, praças, pessoas etc.

³² Exemplo dado pelo professor Dr. Patrick Dahlet.

presidente da Rede Sustentabilidade > candidata. Ainda sobre esse dinamismo, também observamos, quando há nominalizações no enunciado, efeitos de apagamento e construção de verdades, como em *Movimento dos sem-terra permanece em propriedade privada. A ocupação dura sete dias/a invasão dura sete dias. Ocupação* constrói uma verdade diferente daquela que é construída por *invasão*, devido ao sentido positivo/neutro do primeiro termo e ao sentido negativo deste último.

A designação funciona sob um paradigma discursivo que parte de possibilidades classificatórias do mundo, como recortes da realidade. A partir desse recorte, o uso de um termo designador, dentro do paradigma, também promove recortes mais específicos. Por exemplo, utilizando-se o critério *gênero* para designar uma pessoa, pode-se fazer referência a ela por meio dos itens *menina, moça, mulher*, cada um deles com uma carga diferente; se o critério for parentesco, *tia, mãe, irmã* são termos possíveis. Subjacentes a eles, notamos pontos de vista distintos, ainda que tenham um critério convergente.

À medida que se afirma algo sobre um objeto de discurso, com um olhar determinado, nega-se outro, tal qual uma oposição inevitável. No âmbito social, a identidade é construída em meio à alteridade, num processo dinâmico de inclusão e exclusão. No desenrolar desse processo, surgem nomes polêmicos, que cristalizam posicionamentos discursivos. A título de ilustração, é pertinente citar o exemplo das posições políticas definidas como *direita* e *esquerda*. Os cidadãos que se identificam com a direita veem a esquerda como *anarquista, intolerante, comunista*, ao passo que os cidadãos que têm ideais de esquerda tacham a direita de *conservadora, elitista* e *fascista*. Os nomes polêmicos surgem de contrastes, de modo que uma das posições assumidas tenta invalidar a outra ao se afirmar como correta, e vice-versa. No atual contexto político brasileiro, mais um exemplo é o da situação que se estabelece entre representantes políticos conservadores, de um lado, e representantes de minorias, de outro, em torno da discussão do conceito de *família*. O grupo conservador entende que o conceito de família defendido pelas minorias é depravado, amoral e desarticulador da sociedade. E o grupo inovador defende que o conceito de família nos moldes tradicionais é ultrapassado, retrógrado e excludente. Tais sentidos advêm de um olhar sobre o mundo.

Em vista do exposto, designar é construir um objeto discursivo diferenciando-o de tudo aquilo que ele não é. Como consequência, quase sempre implica polêmicas. Tomemos, por exemplo, as expressões *crianças precoces* e *crianças superdotadas*. Em ambas, é evidente uma comparação de indivíduos, com a diferença de que *superdotadas*

insere uma perspectiva de oposição entre *déficit* e *superávit*, como condições permanentes, ao passo que *precozes*, embora implique a distinção, localiza-a num plano temporal, significando que a condição em questão se antecipa em alguns indivíduos. A polêmica não raro atinge instâncias sociopolíticas, que reivindicam a retirada ou a manutenção de formas designativas, em razão da memória a elas associadas. Ilustram tais possibilidades de posicionamento as seguintes sequências, utilizadas nas últimas décadas no Brasil: 1) moradores de rua > movimento dos sem teto > frente de luta por moradias; 2) inválidos > portadores de deficiência > portadores de necessidades especiais > pessoas com deficiência. Além da escolha por uma forma ou outra, o uso das categorias gramaticais bem como alguns processos morfossintáticos geram efeitos singulares. Entre *deficiente* e *pessoa com deficiência* — respectivamente, um nome e um nome seguido de convergente adjetival —, há sutil diferença, no aspecto de que o primeiro nome sugere uma condensação da qualidade em questão, ao passo que, na expressão, a qualidade se agrega circunstancialmente. Por esse motivo, a designação *pessoa com deficiência* tem sido preferida ao nome *deficiente*, por primeiramente identificar o indivíduo como *pessoa*. Raciocínio semelhante a esse se aplica à oposição *singular X plural* nas sentenças *as mulheres são frágeis* e *a mulher é frágil*. A forma singular sugere uma ótica de *qualificação* no lugar de *quantificação*, de sorte que ser sensível faça parte da essência de mulher. Em vista de tais considerações, é notável que a fabricação do mundo é uma grande rede de significados dispersos, o que envolve as escolhas dos nomes que possam veiculá-los. Essa escolha, por si só, já envolve uma gama variada de fatores históricos. E na sintaxe, da mesma forma, notamos que o processo de determinação do nome, pelo adjetivo, é de uma complexidade que ultrapassa a simples agregação de palavras umas às outras.

Sejam as sentenças a seguir:

- (2) O filme está em **exibição** nos melhores cinemas.
- (3) Paçoca caseira: torre o amendoim, tire a **casca** e amasse até virar pó.
- (4) Estes são os partidos da **oposição**.

Do ponto de vista estrutural, notamos, em (2), que há um nome que supostamente se associa a um complemento, categoria que tem um lugar definido no sintagma nominal: *a exibição do filme*. Aqui, teríamos um núcleo substantivo (“exibição”), com um adjunto à esquerda (“a”) e um complemento agregado à sua direita (“do filme”). Em (2), a quebra dessa estrutura, no entanto, não impede que as relações de sentido entre as palavras se processem. O mesmo se pode afirmar em

relação a (3), em que está pressuposta a informação de que se trata da casca do amendoim. Em (4), por sua vez, não existe, no enunciado, um determinante do nome *oposição*, mas, por meio de uma memória de sentidos, é correto dizer que *oposição*, nesse caso, se refere a “governo”. Utilizamos o conceito de *formação nominal* (FN) para nos distanciarmos da acepção estruturalista subjacente à expressão *sintagma nominal*. Dias (2011, p. 275), apresenta o conceito de formação nominal como “centro de articulação temática” no enunciado, que se associa a uma “memória de sentidos agregadas ao nome”. Trata-se, portanto, da contraparte enunciativa do sintagma nominal, em que são levados em conta não somente os determinantes que se agregam à direita e à esquerda do nome, na horizontalidade linguística, mas também os referenciais e as relações de pertinência que sustentam o nome em sua verticalidade histórica. Dias apresenta a seguinte explicação:

Quando uma formação nominal é constituída apenas por um substantivo, temos uma FN de primeira ordem. Nas FNs de segunda ordem, os substantivos recebem determinações internas. Há também as FNs extensivas, de terceira ordem, formadas por sentenças que ocupam o mesmo lugar de um nome nas articulações sintáticas. Por fim, de quarta ordem, temos as FNs pronominais. (DIAS, 2015c, p. 120)

Deleuze & Guattari (1995) lançam mão de uma metáfora que promove rupturas com a mentalidade estruturalista que percorreu a ciência do século XX. Os autores defendem a supremacia do *rizoma* sobre a *árvore*. Os rizomas representam conexões amplas, em cadeias semióticas de toda natureza, que colocam em jogo o estatuto das coisas, ao passo que as árvores se fixam em um ponto, em uma ordem, e criam dicotomias.

Não se criticarão tais modelos linguísticos por serem demasiado abstratos, mas, ao contrário, por não sê-lo bastante, por não atingir a máquina abstrata que opera a conexão de uma língua com os conteúdos semânticos e pragmáticos de enunciados, com agenciamentos coletivos de enunciação, com toda uma micropolítica do campo social. (DELEUZE & GUATTARI, 1995, p. 21)

O rizoma, para os autores, não se prende a nenhum modelo estrutural ou gerativo, ao contrário da árvore, que tem uma lógica de reprodução. O rizoma é comparável à constituição de um mapa, que é aberto, conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente.

Do ponto de vista sintático, o enunciado, com múltiplas formas de conexão, guarda certas semelhanças com o mapa, que ultrapassa as barreiras das combinações sintagmáticas. O conceito de *formação nominal* também encontra respaldo em

Guimarães (2007, p. 79), que analisa, em *Domínio semântico de determinação*, diferentes processos pelos quais um nome pode ser determinado, quer do ponto de vista da articulação sintagmática, quer do ponto de vista do acontecimento enunciativo. O autor afirma que “a determinação é a relação fundamental para o sentido das expressões linguísticas. O fato, por exemplo, de duas expressões serem formuladas como sinônimas é parte da determinação das palavras envolvidas”. Por conseguinte, aceita a premissa de que as relações de determinação ocorrem também implicitamente, somos levados a adotar o conceito de *formação nominal*, no lugar de *sintagma nominal*, uma vez que ele capta o aspecto da materialidade linguística, mas capta também as relações de constituição que se processam no acontecimento enunciativo, para além dessa materialidade.

3.1.5 O conceito de lugar sintático

Nos estudos gramaticais, as categorias sintáticas constitutivas dos enunciados são descritas como “termos” da oração ou como “funções”. A noção linguística de “termo”, segundo os dicionários, é muito próxima da noção de “palavra”, “vocábulo”, no âmbito da materialidade. Por essa associação, pode ser incoerente afirmar, por exemplo, que o sujeito indeterminado — que não aparece materializado na sentença — é um “termo”. Quanto à noção de “função”, por outro lado, uma vez que a sintaxe é uma disciplina que leva em conta o caráter relacional das palavras, dizemos que umas estão em função de outras. De acordo com uma semântica da enunciação, porém, há de se considerar certo deslocamento de conceitos. Para isso, evoquemos estas colocações de Dias (2005):

o fato linguístico é definido a partir da tensão entre o posicionamento de uma unidade, marcada na linearidade, isto é, pontuada na horizontalidade da ordenação do arranjo sintático, de um lado, e a verticalidade própria de um domínio de sentidos, de outro. Nessa direção, a estabilidade das unidades sintáticas é sustentada tanto pelas relações que elas estabelecem na ordenação do arranjo sintático quanto por uma apreensão do domínio de sentidos que sustenta a ocupação desses lugares. (DIAS, 2005, p. 115)

O autor considera, então, dois aspectos que permeiam as categorias sintáticas: uma horizontalidade, no fio do discurso, em que as palavras contraem relações de determinação, e uma verticalidade, relacionada a uma memória de sentidos. As unidades sintáticas que se articulam ao constituírem sentenças são, por esse viés, definidas como *lugares*, nos quais o enunciado encontra uma sustentação que lida, ao mesmo tempo,

com a materialidade e com a memória das formas linguísticas. Dias afirma a esse respeito: “a sentença é a face regular da unidade configurada como enunciado. Como tal, ela detém uma geografia de lugares sintáticos nos quais a memória do dizível e uma demanda de atualidade encontram pontos de contato”. (DIAS, 2009, p. 8). Comparemos, a seguir, duas sentenças:

- (5) Fumar mata.
- (6) O bebê nasceu.

Aparentemente, são iguais do ponto de vista material: ambas se constituem de sujeito e verbo. Mas não podemos dizer que têm, exatamente, a mesma sintaxe. Quanto ao verbo “matar”, sabemos que ele é afetado por uma memória, que prevê a referência a algo/alguém que é morto, a ocupar o lugar de objeto: matar a formiga, matar a fome, matar a planta, matar o animal. Já o verbo “nascer”, de modo geral, participa de construções em que aparece apenas com sujeito: “o bebê nasceu, o dia nasceu. A diferença entre os dois diz respeito, assim, à relação que mantêm com o lugar de objeto. O fato de, em (5), esse objeto não estar materializado na sentença não implica sua anulação. Ao se dizer “Fumar mata”, enunciado que aparece em maços de cigarro, há uma referência implícita a fumantes: Fumar mata aquele que fuma / o usuário de cigarro / o homem. O implícito também se ancora em um enunciado que já comentamos anteriormente: “Esses são os partidos da *oposição*”. O nome “oposição” contrai referência a uma memória de sentidos: Esses são os partidos de oposição *ao governo*. Trata-se de uma ausência aparente, um silêncio constitutivo da sintaxe para além do encadeamento das formas. Sobre o silêncio, Orlandi (2007, p. 12) afirma: “[...] há uma dimensão do silêncio que remete ao caráter de incompletude da linguagem: todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer”. Assumimos, pois, que o enunciado inclui uma face visível e uma face não visível, maior e mais complexa. O conceito de lugar sintático se harmoniza a esse duplo aspecto do enunciado, ao prever tanto a ocupação quanto a não ocupação pelas formas linguísticas, sendo que não ocupar um lugar não significa anular seus sentidos, mas uma forma diferente de significar. A ocupação, por sua vez, conforme pondera Lacerda (2013), diz respeito à visibilidade que os itens lexicais imprimem aos lugares em que estão alocados. Neste trabalho, interessam-nos os lugares sintáticos da determinação nominal.

CAPÍTULO 4

Uma proposta para o estudo do adjetivo

4.1. Introdução

Desenvolveremos, a seguir, uma reflexão acerca de fatores que elucidam o mecanismo articulatório dos adjetivos nas formações nominais, como alternativa às análises empreendidas pelos estudos discutidos no capítulo 2. Lançaremos mão, inicialmente, da noção de *discursividade* para se referir aos efeitos de perspectivização do substantivo pelo adjetivo. Em seguida, abordaremos o conceito de *referencial* e, por fim, o de *pertinência enunciativa*.

4.2. A discursividade subjacente às formações nominais

Com base no pressuposto de que a significação emerge de uma complexidade histórica, lançamos mão da ideia de discursividade para nos referirmos à instância do discurso, considerando sentidos emergentes das práticas sociais, permeadas pela enunciação. Dias (2013), ao discutir a relação entre gramática e significação, pondera que o funcionamento sintático não se restringe às relações formais. De acordo com o autor, “as unidades lexicais recebem determinações do campo da memória discursiva no processo de constituição da articulação sintática” (2013, p. 2). Por essa perspectiva, preconizamos que o enunciado ganha sustentação no não dito, por meio de uma memória de sentidos, constituída em meio a discursos. Para Dias, é necessário considerar “de um lado, a instância da formulação discursiva, na constituição do acontecimento enunciativo, e do outro a instância daquilo que circulou em outros tempos e lugares” (2013, p. 9). Dessa forma, o dizer, como instância que atualiza as formas da língua, depende do já-dito, num processo contínuo de repetição e diferença. A partir de agora, discutiremos uma série de dados envolvendo a relação entre substantivos e adjetivos.

Os enunciados seguintes, com o adjetivo *participativo*, exemplificam, por comparação, em que medida o discurso se liga distintamente às palavras.

- (1) Carta das Juventudes: por uma política de juventude **participativa** e democrática³³.
(2) As obras do orçamento **participativo** serão divulgadas na próxima semana.

Em (1), seria suficiente uma análise tradicional que considerasse *participativa* uma particularidade caracterizadora de *juventude*, no sentido de a juventude participar de alguma atividade. No enunciado em questão, fala-se de jovens engajados politicamente, os quais desejam participar de discussões relevantes à sociedade. Sobre (2), diferentemente, não é correto dizermos que o orçamento participa de algo. É necessária uma compreensão mais ampla da FN *orçamento participativo*, por ela se referir a um dispositivo político que permite aos cidadãos participarem democraticamente das decisões sobre a aplicação das verbas das prefeituras, por meio de consulta à comunidade. Em outras palavras, a população participa das decisões sobre o que fazer com o orçamento. Ao se confrontar (1) e (2), parece que, sintaticamente, a construção ‘a juventude é participativa’ é mais natural do que a construção ‘o orçamento é participativo’, devido à discursividade que incide sobre a segunda.

A complexidade da relação entre substantivo e adjetivo também se mostra evidente em uma expressão que tem sido empregada como estratégia de mobilização social: a FN *outubro rosa*. Já há alguns anos, ela é usada para designar a campanha de prevenção contra o câncer de mama, realizada anualmente no mês de outubro, cuja finalidade é alertar a mulher sobre a necessidade de realizar exames periódicos. Esse sentido é evocado pelo adjetivo *rosa*, que, na FN, não caracteriza, não delimita nem qualifica o substantivo *outubro*, mas significa que a mobilização feita ganha destaque no referido mês. Numa interpretação literal, pareceria improvável a determinação do substantivo *outubro* pelo adjetivo *rosa*, diferentemente das FNs “calça rosa”, “batom rosa”, em que *rosa* é propriamente a cor da calça e do batom. Decorre daí um estranhamento inicial que poderia surgir da construção “outubro é rosa”, já que *rosa* não predica *outubro*. Todavia, não seria impossível um enunciado formulado da seguinte maneira:

- (3) Maio é amarelo; outubro é rosa; novembro é azul.

O amarelo se refere ao combate aos acidentes de trânsito, e o azul, ao combate ao câncer de próstata. A respeito das cores, notamos que a escolha de *rosa* se deve, sobretudo, à relação histórica que há entre a cor rosa e a feminilidade. O azul, por sua

³³ Retirado de: www.fetecpr.org.br/carta-das-juventudes-por-uma-politica-de-juventude-participativa-e-democratica. Acesso: 5/1/2017

vez, se refere à masculinidade. E o amarelo, por fim, uma das cores dos semáforos de trânsito, está associado ao sentido de cuidado necessário à segurança. Estes são efeitos relacionados à discursividade.

No enunciado a seguir, também notamos um efeito de discursividade em torno do adjetivo *atual*:

(4) O **atual** prefeito de Belo Horizonte tomou posse no mês passado.

Em (4), o adjetivo “atual” tem um comportamento diferente do que se poderia atribuir ao adjetivo “incompetente” na frase “O incompetente prefeito de Belo Horizonte tomou posse no mês passado”, sendo “incompetente” uma característica de “prefeito”, diferentemente de “atual”. Para se compreender a perspectiva produzida por esse adjetivo, deve-se levar em conta que alguém tinha o referido cargo de prefeito na época em que o enunciado foi dito. O adjetivo *atual* associa um objeto de discurso (a FN “prefeito de Belo Horizonte”) a um período de tempo concernente à atualidade da enunciação e, ao predicar sua existência, dele não se desvincula. Dessa forma, não seria bem aceita a paráfrase (?) “o prefeito de Belo Horizonte é atual”, porque, ao se falar de prefeito, já se pressupõe que se trate do prefeito em exercício, a não ser que se determine o período de tempo do mandato (prefeito nos anos 90, prefeito dos últimos quatro anos). Essa mesma análise não se aplica à FN “o atual debate sobre a descriminalização das drogas”, em que *atual* é característica de “debate” (“o debate sobre a descriminalização das drogas é atual”), cuja existência não tem, necessariamente, prazo de validade específico, como ocorre com “prefeito”.

Recentemente, com o engajamento político de minorias sociais, tem sido recorrente o uso da FN “casamento igualitário” em enunciados que abordam, direta ou indiretamente, questões relacionadas à homoafetividade. Diferentemente de outras ocorrências — por exemplo, “condições igualitárias”, em que se interpreta que condições estabelecem igualdade —, o teor de igualdade do adjetivo *igualitário*, nesse caso, não se refere a *casamento*, mas ao reconhecimento jurídico do casamento homoafetivo, para o qual se reivindica o mesmo tratamento dado ao casamento entre pessoas de sexos opostos. Por “casamento igualitário”, entende-se o direito de todos os cidadãos ao casamento, independentemente de sua identidade sexual.

Outro exemplo pertinente à presente discussão é dado por Dias (2007), que discute a semântica do adjetivo. Segundo o autor, na cidade de Campina Grande (PB), há uma rua, Coronel João Lourenço Porto, outrora denominada Rua da Floresta. A

despeito da mudança de nome, pessoas começaram a se referir a ela como “antiga Rua da Floresta”, o que sugere, por um lado, que tais pessoas reconhecem a legitimidade do novo nome, mas, por outro, resistem à mudança. Quando se diz “antiga Rua da Floresta”, não se pretende afirmar que a Rua da Floresta é antiga. Há uma complexidade maior aqui, relacionada à discursividade. De acordo com Dias, “o adjetivo antiga só poderá ser compreendido enquanto categoria gramatical a partir da ordem discursiva e histórica que se configura todas as vezes que um habitante da cidade de Campina Grande se coloca na posição de sujeito desse enunciado”. De acordo com o fator histórico-discursivo, *antiga* não significa simplesmente um recuo na temporalidade nem muito menos aquilo que é de caráter obsoleto, mas uma anterioridade ao *status quo* atual; neste caso, uma designação substituída por outra. Na memória de usos, ao se empregar predicativamente o adjetivo *antigo* (ex.: o carro é antigo, o prédio é antigo), indica-se que o objeto de discurso predicado apresenta a característica de obsolescência ou recuo no tempo. Assim, não parece bem aceita a construção “a Rua da Floresta é antiga”.

Dias também analisa a semântica do adjetivo em uma FN comum no jargão futebolístico, empregada comumente por narradores esportivos: a FN “bola comprida³⁴”. Diferentemente de outras ocorrências, em que o adjetivo tem a ver com as proporções de um objeto, *comprida* não é, aqui, uma característica da bola. Na discursividade em questão, deve-se considerar o fato de que, nas partidas do jogo, ocorrem lances em que a bola, a depender do chute empregado, percorre uma trajetória longitudinal de modo a atravessar o campo, passando da área de defesa à área de ataque. A seguir, um enunciado que exemplifica esse uso:

- (5) Felipe lança **bola comprida**, a zaga não corta e Jorge bate ao gol a bola que sobrara limpa para ele³⁵.

Quanto às formas de articulação do adjetivo, não temos clareza a respeito da aceitação da seguinte paráfrase do enunciado, talvez pelo fato de não ser usual: “A bola lançada por Felipe foi comprida”. Não diríamos, porém, que não é possível fazê-la.

Dando continuidade à discussão sobre a discursividade, gostaríamos de enriquecer a reflexão com um dado literário, encontrado na obra *Olhos d’água*, da

³⁴ Dado discutido por Dias no grupo ENUNCIAR, da UFMG.

³⁵ Retirado de: <http://mauasports.com.br/web/index.php/independente-f-c/10-principais-noticias/264-gremio-perde-de-4x2-e-agora-tera-que-ser-100-no-restante-da-terceira-fase-da-segundona-paulista>
Acesso: 5/1/2016.

escritora mineira Conceição Evaristo. Chamou-nos atenção a forma poética como a autora emprega diversos adjetivos, dentre os quais selecionamos um. Num dos contos da obra, o narrador, ao abordar aspectos de sua vida, marcada por dificuldades e sofrimentos, questiona a todo momento qual era a cor dos olhos de sua mãe. No desfecho do conto, há este trecho: “Mãe, qual é a cor tão úmida de seus olhos?”. (EVARISTO, 2014, p. 19). O adjetivo *úmida*, que se articula, de forma pouco previsível, ao nome *cor*, expressa que os olhos da mãe são envoltos em lágrimas, como bem sugere o título do livro (*Olhos d’água*), de sorte que a cor fica ofuscada pela umidade dos olhos, tornando-se fluida ou mesmo identificável. É relevante notar os limites tênues da significação, em vista da consideração de que, uma vez úmidos os olhos, sua cor também adquire aspecto úmido. Dessa forma, na FN “a cor tão úmida de seus olhos”, o adjetivo, antes de perspectivar o nome “cor”, é uma perspectiva de “olhos”, por mais que esteja ligado sintaticamente apenas a cor.

Outro adjetivo que incluiremos em nossa análise é o adjetivo *negro*, que nos despertou interesse em razão das muitas discursividades que o atravessam, não raro em meio a polêmicas, o que nos motiva a despender um trecho maior do presente capítulo em sua análise. Se, por um lado, interpretamos facilmente que, nas FNs “tinta negra” e “piso negro”, o significado de *negro* se situa num aspecto mais concreto relacionado a cor, por outro, há ocorrências que exigem compreensão de concepções historicamente construídas. Não é redundante afirmar que a população negra, vítima de inegáveis preconceitos ao longo dos séculos, foi — e, até hoje, continua sendo — inferiorizada numa sociedade com padrões de dominação caucasianos. Essa inferiorização se manifesta de diferentes formas, de modo a atribuir ao negro atributos de sujo, estúpido, corrupto, mau caráter, entre outros, muito arraigados na linguagem cotidiana³⁶. Uma possível explicação para a origem do preconceito em questão remonta, de modo geral, ao sentimento de intolerância à diferença. Mas não só: a visão de mundo eurocêntrica, alicerçada em antíteses, muitas delas de origem religiosas, definiu como símbolo de pureza a cor branca e, como símbolo de pecado, a cor negra. De acordo com Kabengele Munanga (1986: 15-16), “a Igreja Católica fez do preto a representação do pecado e da maldição divina. Por isso, nas colônias ocidentais da África, mostrou-se Deus como um branco velho de barba e o Diabo um moleque preto com chifrinhos e rabinhos”. A escravidão, de algum modo, encontrou supostas justificativas teológicas para se

³⁶Exemplos de expressões racistas: “denegrir”, “negro de alma branca”, “serviço de preto”.

perpetuar, ao condenar o homem africano ao martírio da carne, em troca de redenção espiritual, com a condição de aceitar se converter ao Cristianismo. Ainda hoje, assistimos a vários episódios de demonização das religiões de matriz africana, da estética africana e de suas demais manifestações culturais. Devido a esse e a outros fatores, é evidente que, estabelecida a conjuntura histórica de uma etnia se colocar num plano de superioridade, em torno do racismo se coloca uma problemática que tem se tornado mais complexa em face dos enfrentamentos interpessoais ainda persistentes e das muitas tentativas de conscientização.

A respeito do adjetivo *negro*, abordemos algumas das discursividades que o afetam. A primeira FN que vamos abordar é “mercado negro”. Empregada para designar práticas comerciais clandestinas, a expressão relaciona-se a atividades que vão de encontro às restrições legais estipuladas pelo Estado para regular atos de compra/venda de produtos e serviços, o que envolve, frequentemente, mercadorias roubadas, armas, drogas e até mesmo órgãos humanos para transplante. A prática visa, comumente, ao enriquecimento ilícito por meio de crimes como a sonegação de impostos. A desonestidade, o mau caráter e a imoralidade são ideias que, nesse exemplo, circundam o adjetivo *negro*. Seja o enunciado a seguir:

(6) Mercado negro da internet “oculta” sai do ar para não ser localizado³⁷.

Nele, verificamos que faz parte do mercado negro a tentativa de camuflagem, expressa pelo adjetivo *oculta* (entre aspas), dando a entender que há restrição de acesso às informações manipuladas pelos agentes do mercado clandestino, os quais não se deixam localizar facilmente, a fim de evitarem sua vulnerabilidade perante o poder público. Outra FN atravessada por discursividade semelhante a esta é a FN “câmbio negro”, referente a transações comerciais não regulamentadas ou fiscalizadas pelo Estado, na operação de conversão de moeda no mercado paralelo.

Analisemos mais este enunciado:

(7) O livro negro do Vaticano

Jornalista italiano radiografa as relações pouco católicas do Banco do Vaticano com banqueiros, investidores e até com a máfia. O IOR é uma grande lavanderia. E não há papa capaz de controlá-lo. Cardeal brasileiro é citado³⁸.

³⁷http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150827_darkweb_mercado_etc. Acesso: 5/1/2017

³⁸<http://www.jornalopcao.com.br/colunas/imprensa/o-livro-negro-do-vaticano>. Acesso: 5/1/2017.

O adjetivo, aqui, também carrega um teor de imoralidade, polemizada pelo paradoxo ligado ao fato de que as práticas nefastas referidas no enunciado ocorrem em uma instituição que, em princípio, zelaria por valores morais. Dessa forma, questiona-se o suposto caráter exemplar do Vaticano, em que a maioria das pessoas tenderia a confiar. Nesse enunciado, em especial, há uma propriedade semelhante à que consta na FN “a cor tão úmida de seus olhos”, citada anteriormente: a despeito de estar ligado ao substantivo *livro*, o adjetivo produz uma perspectivação sobre *Vaticano*. É correto interpretar, por essa articulação, que o Vaticano é corrupto, desonesto, imoral. Em realidade, toda a negatividade que se pretende aludir com o uso do adjetivo recai sobre *Vaticano*. Mas, em se tratando da incidência do adjetivo *negro* sobre *livro*, é preciso considerar, também, que há uma discursividade no sentido de que o referido livro aborda, exatamente, uma série de fatos entendidos como inerentes a uma atmosfera “negra”. Dessa forma, notamos que a perspectivação incide sobre dois objetos enunciáveis, numa articulação que envolve duas discursividades distintas. Nesse exemplo, não seria tão estranho afirmar “o Vaticano é negro”, mas não parece muito aceitável a paráfrase “o livro é negro”.

Poderíamos, ainda, citar outras ocorrências em que a discursividade é construída sob um viés negativo, em oposição à positividade atribuída à cor branca. Essa oposição é muito clara, por exemplo, nas FNs “magia branca” e “magia negra”, em que *branco* significa pureza, bondade, elevação espiritual, altruísmo, ao passo que *negra* significa maldade, egoísmo, vingança, materialismo. De um modo geral, no processo de imposição cultural, o que é ruim é caracterizado como *negro*, a exemplo da FN “lado negro”, aplicável, polissemicamente, a várias situações: lado negro da vida, lado negro da força, lado negro da política, lado negro da personalidade, além de outras. Os dicionários de língua portuguesa registram parte de todos esses sentidos discutidos anteriormente, que se manifestam em discursividades sustentadas por referenciais históricos.

Por outro lado, existe uma perspectiva que contrasta com esta que acabamos de abordar. Frente às mazelas do racismo, surgem movimentos sociais que, resistindo à opressão sofrida, afirmam sua identidade. Um deles é o “movimento negro”. Essa FN, ao designar um conjunto de pessoas reunidas em torno de objetivo comum, evoca o propósito de combater o racismo e a inferiorização do negro. A origem do movimento remonta ao período escravocrata, em que os negros escravizados, organizados em comunidades quase sempre clandestinas, lutavam por sua libertação. Na atualidade, o

movimento negro luta em prol de justiça social, uma vez que, passada a abolição, a sociedade continua em grande parte dividida entre uma elite branca, dominante, e uma camada popular negra, marginalizada. Compreender a relação que há na articulação do substantivo *movimento* com o adjetivo *negro* depende de se considerar essa discursividade. Historicamente próxima a ela, localiza-se a discursividade presente na FN “consciência negra”, que se refere ao despertar de consciência dos cidadãos para uma reflexão sobre a inserção do negro na sociedade, atitude que ganha especial destaque, a cada ano, no dia 20 de novembro (Dia da Consciência Negra).

Nos enunciados que valorizam a identidade negra, é comum a ocorrência de FNs como “jazz negro”, “cinema negro”, “literatura negra”, “estética negra”. O adjetivo perspectiva os objetos enunciáveis (nomes) numa relação de pertinência a artistas negros e a sua cultura, dando-lhes destaque. Vale dizer que, face à ideia de que *cinema*, *jazz*, *literatura* e *estética* tenham sido monopolizados em grande medida por um padrão branco, surge, na contramão, um movimento de inclusão de valores da etnia negra. Essa inclusão objetiva dar voz e reconhecimento àquilo que, até então, estava silenciado num processo de massacre simbólico. Com efeito, a articulação sintática do adjetivo nessas formações nominais é explicada, em primeiro lugar, pelas práticas sociais que fundamentam o dizer, em meio aos conflitos de afirmação de identidade motivados pela opressão sofrida por um grupo social; em segundo lugar, pela mobilização feita por esse grupo, a fim de que transforme positivamente a realidade de marginalização da negritude.

Tamanhas são as nuances dessa discussão (que avançará, ainda, na próxima seção deste capítulo), que somos levados a assumir a tese de que os sentidos decorrentes da articulação do nome com o adjetivo têm uma complexidade que só pode ser alcançada por meio da identificação de tramas históricas, organizadas discursivamente. Isso evidencia que a relação de determinação entre as duas palavras vai muito além da simples combinação do conteúdo do nome com o conteúdo do adjetivo. Se, por um lado, essa relação é menos complexa nas FNs “tinta negra”, “luz negra”, “pérola negra”, nas quais se identifica, basicamente, uma caracterização pelo aspecto da cor, nas FNs “movimento negro”, “consciência negra” e nas demais que discutimos anteriormente, ao longo desta seção, é necessário compreender um conjunto de informações enredadas.

Com efeito, propomos que por meio do fator discursivo, se torna mais clara a compreensão da articulação dos adjetivos nas formações nominais. Diante da constatação de que eles operam sobre uma série de informações implícitas (como em

“orçamento participativo”, “casamento igualitário”, “bola comprida”, além do outros exemplos discutidos) e sobre uma gama polissêmica de possibilidades, como a que se verifica em “cor úmida dos olhos” e “livro negro do Vaticano”, não nos parece razoável pensar o adjetivo dentro de limites categoriais (categorematicidade/sincategorematicidade; intensionalidade/extensionalidade), mas em conformidade com uma memória discursiva.

Ademais, no tocante à distinção entre os enunciados em que o adjetivo pode figurar ora como adjunto, ora como predicativo, não vislumbramos uma explicação definitiva que licencie ou impeça a construção predicativa. Parece-nos que essa possibilidade de construção está muito mais ligada, por um lado, à iminência de usos e, por outro, à concorrência de sentidos em confronto. Assim sendo, a FN “a antiga Rua da Floresta” não seria bem parafraseada por “A Rua da Floresta é antiga” porque, ao se dizer que “algo é antigo”, o sentido usual é o do que o objeto é obsoleto. Em “antiga Rua da Floresta”, não se pretende dizer que a referida rua seja velha.

4.3 A articulação do adjetivo segundo referenciais

Após termos exemplificado efeitos de discursividade subjacentes às formações nominais, discutiremos como tais discursividades se instauram na enunciação. Para isso, recorreremos a conceitos filiados à historicidade do acontecimento enunciativo. Discutiremos também, mais detalhadamente, como se dá a articulação do adjetivo no que diz respeito a uma memória de sentidos na constituição de referenciais. Retomando, sumariamente, o conceito de referencial, como o ângulo sob o qual um objeto de discurso é concebido, mostraremos em que medida os referenciais de enunciado afetam a sintaxe dos adjetivos. Sejam os seguintes enunciados³⁹:

(8) Esses cobradores são muito mal educados. Outro dia um **trocador negro** ficou irritado porque paguei com uma nota de 50 reais.

(9) Menina de três anos raptada em São Paulo

Mariene Cacilda, de três anos e meio, foi raptada às 11h30 de ontem, na Vila Munhoz, por um **homem negro** que a convidou para comprar doces e desapareceu com ela numa bicicleta. (...) Mariene, filha de Zilda Gutierrez Tenon, brincava em companhia de Luísa da Conceição, de 9

³⁹ (8): Enunciado da linguagem cotidiana, que ouvi em um ponto de ônibus, em Belo Horizonte.

(9): Retirado do Jornal do Brasil, edição de 13/1/1962.

(10): Retirado de www.geledes.org.br/mostra-de-cinema-negro-exibe-22-filmes-e-promove-debates-na-ufes/.

(11): Retirado de www.geledes.org.br/conheca-novos-nomes-femininos-da-musica-negra-internacional/.

anos, na porta da barbearia do pai da sua colega, quando o homem, de bicicleta, levou-a no quadro.

(10) Mostra de **cinema negro** exhibe 22 filmes e promove debates na Ufes

Todas as obras são dirigidas por **realizadores negros**. Evento vai acontecer no Cine Metrópolis.

(11) Conheça novos nomes femininos da **música negra** internacional: o Geledés compartilha com você novidades da música **negra** feminina: Lianne la Havas: Com dois singles já lançados Lianne la Havas é uma cantora, compositora e multi-instrumentista de origem jamaicana que mistura soul, jazz e folk (...) de origem jamaicana que mistura soul, jazz e folk (...).

Quanto à sequência linguística das FNs que têm o adjetivo *negro*, notamos uma semelhança em todas elas: o adjetivo está agregado ao nome a que se refere, em posição de adjunção. Não obstante, a sintaxe das FNs, devido a fatores semântico-enunciativos, não é exatamente a mesma, o que demonstraremos a seguir.

O enunciado (8), que ouvimos no centro de Belo Horizonte, em um ponto de ônibus, pretende falar da insatisfação do locutor com a classe profissional dos cobradores, considerados por ele indelicados para com os usuários do transporte coletivo. Este é, pois, o referencial que serve de suporte ao enunciado. O que chama atenção, aqui, é a presença do adjetivo *negro*, uma vez que o que está em questão é o comportamento, supostamente mal-educado, de alguém, e não suas características étnicas. Em tese, o fato de um indivíduo ser branco/negro não é vinculado à (des)educação, a não ser por um viés racista. Na seção anterior deste capítulo, discutimos discursividades que desqualificam o negro, atribuindo-lhe negatividades diversas. No enunciado (8), essa desqualificação, por não ser tão explícita, ocorre de forma subliminar. Basta notar que dificilmente alguém diria: “Outro dia, no ônibus, um trocador **branco** ficou irritado porque paguei com uma nota de 50 reais”. Em realidade, consideramos que identificar a cor de uma pessoa quando se pretende criticá-la é um comportamento social que contribui para a disseminação da discriminação, o que, historicamente, tem acontecido de modo muito opressor. Além disso, o adjetivo *negro*, na ocorrência em análise, não tem a função delimitadora que poderíamos identificar neste enunciado: (12) “O homem **negro** brasileiro ainda enfrenta muitos preconceitos no mercado de trabalho”. O enunciado tem o objetivo de instigar uma discussão étnica, com um foco sobre a condição do negro no Brasil. Este é, assim, o seu referencial. No enunciado (8), diferentemente, o foco é a crítica a uma classe profissional, e o referencial racista aparece como pano de fundo. Nesse sentido, comparando os dois enunciados, verificamos que o apagamento do adjetivo em (12) causaria um prejuízo muito maior do que o apagamento do adjetivo em (1):

(12) ? O homem brasileiro ainda enfrenta muitos preconceitos no mercado de trabalho.

(8) Esses cobradores são muito mal educados. Outro dia um trocador ficou irritado porque paguei com uma nota de 50 reais.

Em (12), a ausência do adjetivo faria com que o assunto do enunciado mudasse substancialmente: em vez de tratar dos preconceitos relacionados ao racismo, trataria de preconceitos sofridos pelo homem, o que é inverossímil. A ausência do adjetivo em (8) não alteraria o assunto do enunciado, de modo que fosse aceito pelo interlocutor sem qualquer problema. Não queremos sugerir, analisando o apagamento, que o adjetivo, em (8), tenha um caráter dispensável. Na verdade, ele seria dispensável se o enunciado não tivesse um teor racista. Mas, uma vez presente na materialidade linguística, cumpre a indispensável função de revelar um caráter discriminatório subjacente. Dando sequência à comparação, aplicaremos mais um teste — a inserção de vírgulas —, para mostrar que a sintaxe dos enunciados tem diferenças:

(8) Esses cobradores são muito mal educados. Outro dia um trocador, negro, ficou irritado porque paguei com uma nota de 50 reais.

(12)? O homem, negro, brasileiro ainda enfrenta muitos preconceitos no mercado de trabalho.

Parece-nos que as vírgulas, em (12), separam duas palavras que não devem ser separadas (*homem e negro*) e quebram um ritmo prosódico de leitura. Em (8), a separação não soa estranha, e a presença de vírgulas faz com que o ritmo prosódico sofra uma quebra adequada.

O enunciado (9) é muito semelhante ao (8): seu referencial principal é o do crime, que, por definição, não tem relação com fatores étnicos, já que pessoas das mais diferentes etnias praticam crimes. Contudo, há um discurso racializante, no Brasil, que associa a criminalidade à negritude. Em 20/9/2015, o *rapper* Emicida, ao abordar a discriminação em um programa de televisão, afirmou, em referência a pessoas negras, que o problema do país consiste no fato de que “o táxi não para pra você, mas a viatura para”⁴⁰. A afirmação do artista é embasada em duas realidades: por um lado, as condições sociais adversas enfrentadas pela população negra, no País, desde o início da escravidão, as quais podem, em parte, culminar na criminalidade; por outro, o estigma sofrido por pessoas negras, frequentemente vistas como potenciais criminosos apenas por serem negras. Daí a consideração de que taxistas não param o carro para elas — não é uma regra, mas é verdade que, nesse caso, o negro está em desvantagem em relação ao branco. Ainda sobre o enunciado (9), poder-se-ia justificar a presença do adjetivo pela

⁴⁰Rapper Emicida: <http://televisao.uol.com.br/noticias/redacao/2015/09/20/rapper-emicida-critica-racismo-no-brasil-taxi-nao-para-mas-viatura-para.htm>

suposta necessidade de se apresentar uma descrição do sequestrador na tentativa de identificá-lo, hipótese que, contudo, é descartada, já que o texto não fornece nenhuma outra informação sobre ele, como estatura, idade aproximada, vestimenta, porte físico. Dessa forma, está evidente que o enunciado é sustentado por dois referenciais: um principal (a criminalidade) e um secundário (o racismo). Vejamos, em vista da hierarquia de referenciais, as seguintes paráfrases, com a inserção de vírgulas e com a inserção de parênteses:

(9a) Mariene Cacilda, de três anos e meio, foi raptada às 11h30 de ontem, na Vila Munhoz, por um homem, negro, que a convidou para comprar doces e desapareceu com ela numa bicicleta.

(9b) Mariene Cacilda, de três anos e meio, foi raptada às 11h30 de ontem, na Vila Munhoz, por um homem (negro) que a convidou para comprar doces e desapareceu com ela numa bicicleta.

Com foco em finalidade oposta, os enunciados (10) e (11) também produzem especificações de sentido por empregarem o adjetivo *negro*. Tratam, respectivamente, dos temas *cinema* e *música*, mas não somente: abordam as produções artísticas no âmbito de sua particularidade autoral — o fato de os autores dessas produções serem negros e/ou tematizarem aspectos da cultura negra, como sugere o emprego da formação nominal “realizadores negros”. Assim, em vez de os enunciados se referirem, de modo genérico, ao cinema e à música, promovem um recorte referencial atrelado a uma distinção étnica. Para melhor compreendermos esse referencial, citaremos informações coletadas no suporte desses enunciados (o site Geledés – Instituto da Mulher Negra⁴¹). Ele se define como uma organização da sociedade civil que defende mulheres e negros, entendidos como segmentos que sofrem, em razão do sexismo e do racismo, desvantagens diversas no acesso a oportunidades sociais. Não obstante o foco da organização ser o racismo e o sexismo, ela combate outras formas de discriminação que ameaçam a cidadania, entre elas a homofobia, os preconceitos regionais e de credo. São alguns de seus objetivos: lutar pela efetiva criminalização do racismo no Brasil, defender políticas de ação afirmativa (medidas temporárias que visam eliminar desigualdades acumuladas) e promover a valorização social da população negra, dando visibilidade à dimensão racial. Ademais, a organização afirma que a comunicação, como direito humano, é vital para os movimentos sociais, porque, além de instrumento de visibilidade, é tratada como nexos de empoderamento. Por último, é importante destacar que se trata de um espaço que celebra a contribuição de africanos(as), negros(as) e de afrodescendentes nas mais variadas modalidades de expressão cultural.

⁴¹ www.geledes.org.br

A fim de explorar melhor as origens desse referencial, investigaremos, ainda, apontamentos de Santos Souza (1990), que, ao problematizar a identidade negra, apresenta depoimentos de cidadãos envolvidos com a temática negra e cita algumas circunstâncias nas quais tais pessoas se envolveram em seu processo de ascensão social, entre elas a *perda da cor*, a *negação das tradições negras*, a *não abordagem do assunto* e o *esforço para ser o melhor*. Eis os depoimentos reveladores de tais circunstâncias:

Eu estava crescendo como artista e então ia sendo aceito. Aí eu já não era negro. Perdi a cor. Todo esse jogo era vivido por mim de modo contemporizador. Eu não tinha como me confrontar. Não discutia muito a questão. Ia vivendo. O racismo continuava. Eu era aceito sem a cor mas eu ia vivendo. Esse jogo era o meu jogo também — Alberto (Santos Souza, 1990, p. 65)

O David era louro dos olhos azuis. Nunca me assumiu como namorada dele. Tudo era maravilhoso quando estávamos sozinhos ou com pessoas muito íntimas... E eu nunca achei que fosse nada racial. Nunca achei que devia discutir isso. Ele já era uma grande aquisição minha porque era bonito, cobiçado e estava comigo! — Luísa (Santos Souza, 1990, p. 66)

Perder a cor é uma evidência do sentimento de supremacia de uma sociedade cujas referências são os padrões brancos. Ter êxito nessa sociedade significa, em muitos casos, assumir tais padrões. Não falar no assunto, como ato de omissão, é uma opção falsamente cômoda, porque, apesar de minimizar conflitos mais imediatos, enseja a perpetuidade do preconceito e a manutenção do *status quo* da discriminação. No segundo depoimento, observamos que Luísa, além de se inferiorizar perante o namorado branco, não tinha meios de se afirmar. Soma-se a esse ato de omissão o comportamento de pessoas que simplesmente negam as tradições negras, a exemplo do que se percebe neste pequeno relato:

Meu pai foi o único dos filhos que ascendeu... Fez Licenciatura em Ciências e dava aula de Biologia no Santo Inácio. Ele sempre transou a religião negra — é babalorixá de candomblé, com todo o intelectualismo dele. Ele me diz: 'você, crioula, fazendo Psicanálise! Psicanalista de crioulo é pai-de-santo'. É o único da família a assumir esse lance. Não é uma questão folclórica. Ele acredita mesmo. E esse é o grande câncer da minha avó: o filho dela, professor, é o macumbeiro. Ela faz de conta que não existe a situação. (Santos Souza, 1990, p. 66)

Por outro lado, há aqueles que, por força de resistência, se sentem na obrigação de serem os melhores, para enfrentarem as adversidades que o racismo lhes impõe:

Meu pai achava que a gente tinha que ser as melhores porque éramos pretas. Uma coisa que sempre me chateou foi que meu pai sempre trazia presentes educativos. Todo mundo lá em casa tinha que ser o melhor aluno. — Eunice (Santos Souza, 1990, p. 65)

Esses quatro relatos são evidências de diferentes formas da opressão da negritude e motivam, por isso, o engajamento do movimento negro na tentativa de transformar

realidades perversas, como aquele encontrado no site Geledés, que tem um referencial explicitamente bem definido. Assim, forma-se uma conjuntura histórica que nos permite compreender a articulação de sentidos que envolvem os substantivos e o adjetivo *negro*. Retomemos o enunciado (11), em comparação com o enunciado (13), a seguir:

(11) Conheça novos nomes femininos da **música negra** internacional (...)

(13) Além disso, o salário de um **homem branco** no *Brasil* é, em média, 46% superior em relação ao de um **homem negro**.

Em princípio, se aplicássemos o teste do apagamento do adjetivo nos dois enunciados, em (11) a ausência poderia passar despercebida, diferentemente de (13):

(11) Conheça novos nomes femininos da **música** internacional (...)

(13) ? Além disso, o salário de um **homem branco** no *Brasil* é, em média, 46% superior em relação ao de um **homem**.

A razão é que, em (13), a discussão étnica (branco X negro) se manifesta na própria sentença. Em (11), por sua vez, o estranhamento da ausência seria menor, porque, ao se falar de “música internacional”, pode-se considerar que está incluído nesse escopo um conteúdo amplo (por exemplo, música branca, música asiática, música indiana, música negra, etc), sendo, portanto, opcional a delimitação feita pelo adjetivo *negra*. Todavia, em razão da complexidade do referencial maior do qual faz parte o enunciado (11), discutido anteriormente, o apagamento do adjetivo comprometeria gravemente a significação pretendida. Sua presença se justifica, em peso, pela posição política adotada pelo locutor do texto. Dessa forma, ponderamos que são os referenciais que selecionam adjetivos, o que continuaremos a discutir na próxima seção, com outros exemplos, numa perspectiva de mudança histórica.

4.3.1 A organicidade das formações nominais na emergência de referenciais

Para compreendermos melhor a sintaxe do adjetivo nas formações nominais, faremos uma análise dos referenciais que as sustentam, com base nos exemplos de dois dados: “plano de saúde” e “recursos humanos”. Nelas, cotejamos a articulação dos respectivos adjetivos (“de saúde” e “humanos”) pela incidência de dois referenciais sobre eles, conforme mostraremos posteriormente. A escolha dessas duas expressões se deve à observação de que sentidos diferentes se lhes vinculam ao longo do tempo, em enunciados que coletamos num mesmo suporte: o *Jornal do Brasil* (JB). O jornal tem um acervo de edições diárias entre os séculos XIX e XXI, período em que é possível

identificar informações históricas pertinentes a tais expressões, as quais sofrem mudanças significativas. Para fomentar a análise proposta, sirva de exemplo a comparação de dois pares de dados:

(14)...O homem que conseguiu a suprema conquista de realizar um **plano de saúde** e educação. — O sábio Miguel Couto, que teve a felicidade de ter sido seu aluno e seu amigo, em 1926, palestrando na sua enfermaria diante de um crescido número de médicos e estudantes teve as seguintes palavras: “O governante que conseguir um plano de Saúde e Educação realizado dentro de sua administração será glorificado em vida e será merecedor de toda a nossa gratidão.

(JB – 13/10/1934)

(15) Boca no Trombone – Meu sogro, 80 anos, engenheiro aposentado, teve seu **plano de saúde** da Golden Cross, através do Clube de Engenharia, elevado, a partir de agosto, de R\$ 452,40 para R\$ 809,84. A Susep, omissa e ineficaz, diz que só tem a ver com planos individuais.

(JB – 9/1/2000)

(16) Em livros, discursos, preleções, na imprensa diária vem, de longa data, esforçando-se para que abramos o Brasil, dignificando-o, valorizando-o, glorificando-o, tanto quanto o permitam os **recursos humanos**.

(JB – 22/12/1928)

(17) O automóvel era concedido somente à presidência e diretoria das empresas. Hoje, 82% dos executivos de alta gerência já têm direito a veículo fornecido pelas empresas. Este dado coletado pela Hay do Brasil, empresa de consultoria de **Recursos Humanos**, demonstra que a concessão de benefícios por parte das empresas será consolidada na década de 90. O consultor Antônio Zayat Filho afirma que esta é uma forma de os funcionários se sentirem protegidos contra a instabilidade econômica. E as empresas ganham no Imposto de Renda.

(JB – 4/1/1990)

Confrontadas as ocorrências de “plano de saúde”, uma delas de 1934 e a outra de 2000, observamos que têm sentidos muito diferentes. O dado mais antigo, retirado de um texto sobre política, refere-se a propostas elaboradas por uma autoridade visando a melhorias na saúde; “plano de saúde” tem, portanto, uma acepção de “planejamento”, como um conjunto de medidas a serem adotadas na esfera política. Aqui, o substantivo “plano” é interpretado mais abstratamente. O dado menos antigo, por sua vez, refere-se a um serviço prestado: convênio de saúde. Com um aspecto mais concreto, designa um produto que pode ser adquirido por meio de contrato, segundo as regras da empresa que o fornece.

Paralelamente, a FN “recursos humanos” também tem acepções distintas, quando comparados dois dados de épocas distantes. O primeiro, de 1928, diz respeito, genericamente, às faculdades e às capacidades do homem. O enunciado, que menciona uma perspectiva de mudança da realidade nacional, faz apologia ao esforço de cada brasileiro para “abrasileirar” o País. “Recurso” é, assim, o meio pelo qual se alcança um objetivo pretendido. Já o dado mais recente, de 1990, cujo teor condiz com o campo semântico das habilidades humanas, designa, diretamente, um ramo empresarial relacionado a gestão de pessoas. Nesse sentido, “recursos humanos” pode ser uma área

do conhecimento, um ramo profissional ou o departamento de uma corporação. Para melhor compreendermos a polissemia que abarca as FNs “plano de saúde” e “recursos humanos”, teceremos considerações sobre a constituição dos referenciais de cada uma delas.

Plano de saúde

Quanto ao referencial de “plano de saúde”, é preciso ter em vista a origem da existência das empresas privadas que oferecem serviços de saúde, que remonta a um processo histórico que se torna mais acentuado a partir da década de 1950, quando têm início as atividades de saúde suplementar no Brasil, conforme registra Pereira Filho (1999). Nessa época, em razão da acelerada industrialização do País, empresas dos setores industrial e de serviços começaram a fornecer, ainda que sem qualquer medida de regulação pelo poder público, serviços de assistência a seus funcionários. É nos anos 50 que surgem os primeiros planos de saúde comerciais livremente acessíveis a clientes. Não obstante, é necessário destacar que a previdência social brasileira tem importante marco no ano de 1933, quando da promulgação da Lei Eloy Chaves, que criou “(...) em cada uma das estradas de ferro no país, uma Caixa de Aposentadoria e Pensões para os respectivos empregados”⁴². Além de beneficiarem o trabalhador em relação a aposentadorias e pensões, as caixas financiavam serviços médicos hospitalares, graças aos recursos angariados e administrados por patrões e funcionários. Mas foi somente com a Constituição de 1988 que o Estado não somente passou a garantir o direito dos cidadãos à saúde, como também passou a controlar a oferta de serviços de saúde pela iniciativa privada. A partir de então, foram sendo estabelecidas, pouco a pouco, regras para regulamentar o serviço, o que culminou na criação da ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), no ano 2000, pela Lei 9.961. O objetivo da regulação foi minimizar mazelas advindas das limitações do mercado, entre elas negativa de atendimento, exclusão de doenças, seleção de clientela, rescisão unilateral de contratos. Decorre daí uma demanda de melhoria da qualidade dos serviços prestados, à medida que, ao longo dos anos, se consolida a prática comercial das agências que vendem planos de saúde. As relações históricas que envolvem essa prática, consolidada nas últimas décadas, dão origem ao referencial que se tem da FN “plano de saúde” em seu

⁴² Informações pesquisadas em www.ans.gov.br/aans/quem-somos/historico.

sentido atual. Vejamos, na tabela que segue, a quantidade de ocorrências da FN “plano de saúde” ao longo das décadas:

Tabela 3
Total de ocorrências da FN “plano de saúde”,
por década, no Jornal do Brasil

Período	Ocorrências
1900 - 1909	0
1910 - 1919	2
1920 - 1929	1
1930 - 1939	4
1940 - 1949	10
1950 - 1959	9
1960 - 1969	98
1970 - 1979	182
1980 - 1989	408
1990 - 1999	1883
2000 - 2009	1400

Fonte: elaborado pelo autor.

Até os anos 50, não é muito significativa a quantidade de ocorrências da FN “plano de saúde”. A partir dos anos 60, diferentemente, há um aumento considerável de ocorrências, motivado, ao que tudo indica, pela influência do novo referencial que se constitui.

A seguir, confrontaremos enunciados de épocas distantes, a fim de percebermos as diferenças entre eles no que diz respeito a seus referenciais:

Figura 5
Enunciado retirado do *corpus*

EDUCAÇÃO PHYSICA

A educação physica dos escolares do Departamento de Educação vem sendo attendida, desde 1932, através da actividade da Superintendencia de Educação Physica, Recreação e Jogos.

A orientação da educação physica nas escolas elementares do Districto Federal é um dos meios que as Escolas têm para educar as crianças. Assim, a preocupação do professor é a evolução do ser humano — seu desenvolvimento physico, mental e social.

Para realizar esse objectivo — a educação da criança — a orientação da educação physica nas escolas se filia ás condições bio-psycologicas do individuo.

Estudando as necessidades biologicas da criança, sua actividade natural, o brinquedo, sua evolução mental e social, é que se torna possível orientar as actividades nas aulas de educação physica.

Emquanto se contribue, com a orientação das actividades recreativas, para o desenvolvimento physico, attitudes sociais do individuo, existe tambem o objectivo de crear bons habitos de vida; de actividades ao ar livre; de trabalho em cooperação; de respeito ao direito alheio; da confiança em si proprio; de commandar; de ser commandado...

Não é, pois, a educação physica um plano de saúde, mas contribue muito para ella.

Em 1935, contrariamente ao plano seguido nos annos anteriores, a permanencia do professor de educação physica na escola foi de cinco horas, sendo tres horas de trabalho liquido e o restante destinado a actividades extraordinarias.

As aulas foram de 30 e 45 minutos, dando o professor cinco aulas nas escolas especializadas e seis nas demais.

O horario foi feito de accôrdo com as normas da Superintendencia de Educação Physica, Recreação e Jogos, porém, flexivel, attendendo aos dois turnos, classes especializadas, interesses da escola e dos alumnos. As escolas experimentaes tiveram horario especial.

Em Fevereiro do anno passado foram baixadas pelo Director do Departamento instrucções geraes reguladoras das actividades dos professores especializados em educação physica.

Em 1932 e 1933, a distribuição dos professores foi feita attendendo-se á frequencia ou ao numero do turmas, de forma que uma escola tinha um ou dois professores.

Em 1934, cada professor devia ter no minimo 800 alumnos, para o que se tornava mistér que alguns tivessem exercicio em mais de duas escolas.

Em 1935, foram distribuidos os professores, attendendo-se, principalmente, ás escolas experimentaes, as de 1.º a 5.º e de 4.º a 5.º anno, preferindo-se, entre estas, as que apresentasem alguma commodidade de installação, isto é, onde fôsse possível o ensino das actividades recreativas.

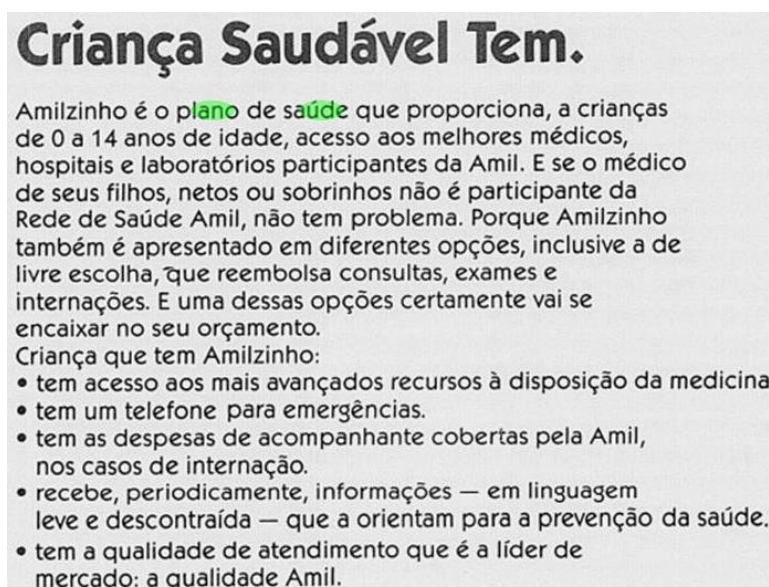
Em vista do programma base, nas escolas especializadas, cada grupo de 8 turmas teve um professor, havendo escolas com 4 professores de educação physica.

JB - 5/5/1963

O enunciado trata da importância das aulas de educação física nas escolas, como meio para educar as crianças, conferindo-lhes condições biopsicológicas satisfatórias, bons

hábitos de vida e desenvolvimento físico. Ao afirmar que as aulas de educação física não são um “plano de saúde”, mas contribuem muito para ela, inferimos que não são suficientes para que as crianças estejam em plenas condições de saúde, porém são muito úteis. Por meio da análise desse texto e de outros enunciados da época, como aqueles que tratam do assunto numa esfera política, identificamos que “plano de saúde” é compreendido, aqui, como uma série de medidas a serem adotadas para que um indivíduo obtenha higidez biopsíquica, com base em diretrizes de um estilo benéfico de vida, como alimentação, prática de esportes e atitudes preventivas. Soma-se a essa conclusão a observação de que, ainda em relação ao fato de as referidas aulas não serem um “plano de saúde”, parece ser correto considerar que a FN não condensava, na época, os sentidos que tem hoje. A razão é que seria óbvio demais afirmar que a prática de educação física não é um plano (convênio) que pudesse, por exemplo, ser adquirido em agências como Unimed, Amil, Golden Cross. Vejamos, agora, um enunciado mais atual:

Figura 6
Enunciado retirado do *corpus*



Criança Saudável Tem.

Amilzinho é o plano de saúde que proporciona, a crianças de 0 a 14 anos de idade, acesso aos melhores médicos, hospitais e laboratórios participantes da Amil. E se o médico de seus filhos, netos ou sobrinhos não é participante da Rede de Saúde Amil, não tem problema. Porque Amilzinho também é apresentado em diferentes opções, inclusive a de livre escolha, que reembolsa consultas, exames e internações. E uma dessas opções certamente vai se encaixar no seu orçamento.

Criança que tem Amilzinho:

- tem acesso aos mais avançados recursos à disposição da medicina.
- tem um telefone para emergências.
- tem as despesas de acompanhante cobertas pela Amil, nos casos de internação.
- recebe, periodicamente, informações — em linguagem leve e descontraída — que a orientam para a prevenção da saúde.
- tem a qualidade de atendimento que é a líder de mercado: a qualidade Amil.

JB – 28/1/1990

Esse enunciado, do gênero anúncio publicitário, tem a finalidade de oferecer um produto da empresa Amil. Faz parte de seu referencial falar a respeito de “orçamento”, “reembolso”, palavras do texto relacionadas ao comércio. Ademais, o enunciado apresenta supostas vantagens do produto anunciado — acesso a avançados recursos, telefone para emergência, entre outras —, bem como enaltece a empresa, dizendo que

ela é líder de mercado. A FN “plano de saúde” tem, portanto, um sentido diferente daquele do enunciado anterior. Trata-se de “plano” como algo passível de aquisição.

Adicionalmente, coletamos três enunciados nos quais se manifesta o referencial mais antigo de “plano de saúde” e mais três enunciados com o referencial atual. Em cada um desses dois conjuntos de três, selecionamos palavras pertinentes à compreensão do respectivo referencial:

(18) “Em semanas recentes, apoiou repetidamente o governo em votações críticas. Cada vez mais rebelde, a ala esquerda do Partido Trabalhista, dois de cujos dirigentes abandonaram o governo a semana passada, opuseram-se ao governo contra o qual votaram três membros, no projeto de lei que autoriza aumentos de cinquenta por cento nas dentaduras postiças e óculos, de acordo com o **plano de saúde** nacionalizada. A moção foi aprovada por 262 votos contra 3, e 33 conservadores apoiaram o governo”.

JB – 4/5/1951

(19) Entrevista coletiva de Eisenhower

Contrário à socialização da Medicina e considera a rejeição do seu plano de saúde pública como derrota temporária. O presidente Eisenhower declarou que considera a rejeição de plano de saúde pública, pela Câmara de Representantes, só uma derrota temporária. Afirmou, em sua entrevista coletiva de imprensa, hoje, que continuará pugnando por esse programa enquanto permanecer na presidência.

JB - 15/7/1954

(20) Apenas seis parlamentares dos 144 do Nordeste foram discutir SUDENE com Celso (...). Depois de duas horas de espera, os seis congressistas conversaram com Sr. Celso Furtado sobre vários aspectos da SUDENE, conheceram as sugestões do Deputado Martins Rodrigues (PSD-Ceará) e o total com os planos a serem executados no Nordeste. O Jornal do Brasil divulga, em primeira mão, esses dados: Plano de Eletrificação: Cr\$ 2 bilhões e 940 milhões; Plano Rodoviário: Cr\$ 2 bilhões e 350 milhões; Plano de Irrigação: Cr\$ 810 milhões; e **Plano de Saúde**: Cr\$ 250 milhões, num total de Cr\$ 6 bilhões e 150 milhões, apenas em recursos orçamentários para 1960.

JB - 14/7/1954

Palavras pertinentes ao referencial dos enunciados

Governo – Partido Trabalhista – Projeto de Lei – moção – socialização da Medicina – pública – presidente – Câmara dos Representantes – programa – parlamentares – SUDENE – Plano de Eletrificação – Plano rodoviário – Plano de Irrigação – Recursos Orçamentários

As palavras do quadro, em sua quase totalidade, são da esfera política. Isso mostra que a FN “plano de saúde” era empregada, predominantemente, em situações comunicativas pertinentes à gestão pública. A presença de “plano de eletrificação”, “plano rodoviário” e “plano de irrigação” sugere um paralelismo semântico entre essas modalidades de planos e “plano de saúde”, como propostas adotadas pelo governo. A seguir, os três enunciados mais recentes:

(21) Sem recursos até para pagar os remédios do tratamento médico, Rosinha vive com sua irmã mais velha, Maria Geracina Canellas, 60 anos, em uma casa humilde em Valença. Ela sobrevive graças a pequena aposentadoria de um salário mínimo, usada para pagar o mais simples **plano de saúde** da Unimed. E da pequena ajuda da irmã, também aposentada, e de doações de amigos.

(22) Convênio

Sou usuária da Unimed-Rio em convênio com a Marinha. Por erro de uma das duas instituições ou das duas, uma de minhas filhas não recebeu a carteira que a credencia para o atendimento. Mas de posse do seu número de inscrição e seguindo orientação do serviço de atendimento da Marinha, levei-a a um hospital, e lá ficamos, eu e a atendente, tentando por mais de uma hora um contato para autorização do atendimento. Escutávamos uma gravação que dizia que a Unimed atende a 20 milhões de associados, que dispõe de serviço de resgate aéreo e que para a comodidade do cliente deve-se solicitar autorização por telefone, além de reafirmar que logo um atendente estaria disponível. E nisso ficamos, eu com a paciência por um fio, minha filha sentindo dor e a atendente do hospital constrangida. Pago religiosamente o **plano de saúde**, e pago caro. Agora quero saber quem me pagará por isso?

JB -20/2/2000

(23) Correios

Os Correios, a cada dia piores. Hoje (dia13) recebi os boletos de pagamento do **plano de saúde**, vencidos dia 5 e postados dia 17 de dezembro. Veio também a fatura do cartão de crédito, vencida há dois dias. Quem me paga as multas, ou o incômodo de ligar para a operadora pedindo segundas vias para evitá-las? Saudade dos governos militares, em que recebíamos qualquer carta em 24 horas!

JB -15/1/2010

Palavras pertinentes ao referencial dos enunciados

recursos – pagar – tratamento médico – pequena aposentadoria – Unimed – convênio – carteira – atendimento – hospital – autorização – associados – clientes – boleto de pagamento

As palavras indicam atividades (como “tratamento” e “atendimento”) e elementos (como “carteira” e “boleto de pagamento”) da esfera empresarial que envolvem a comercialização de planos (= convênios) voltados para a saúde. A expressão “pequena aposentadoria” remete a uma situação adversa enfrentada por idosos que têm dificuldade de pagar planos, geralmente com valores elevados.

Recursos humanos

Para compreendermos o referencial que dá origem à área de “recursos humanos”, façamos algumas considerações históricas. Com os avanços advindos da Revolução Industrial, houve aumento de mão de obra, acompanhado da demanda de gerenciamento de seus custos⁴³. No final do século XIX, nos Estados Unidos, surgiu o primeiro departamento de Administração de Pessoal (cf. FISCHER, 1998), cuja função era a gestão de gastos da referida mão de obra. Ademais, tendo como palco a situação socioeconômica no período da Primeira Guerra Mundial, bem como o surgimento do

⁴³Cf. Cunha *et alii*; disponível em:

www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2007/trabalhos/sociais/inic/INICG00070_01C.pdf

movimento sindical e as muitas influências que o estado norte-americano exerceu, economicamente, na primeira metade do século XX, a área de gerenciamento de pessoas começou, timidamente, a tomar forma. No Brasil, ela tem um marco inicial nas décadas de 40 e 50, quando houve forte intervenção do Estado nas relações trabalhistas, notadamente a partir do governo Getúlio Vargas, que criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e importantes normas legislativas, como a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT. Este documento apresenta, em suma, regulamentos sobre condições de trabalho e sobre o funcionamento de sindicatos. Com isso, as empresas brasileiras se viram na obrigação de criar departamentos que pudessem cuidar do assunto. Nessa época, a atuação em recursos humanos, que tinha um função mais burocrática e mecanicista, era denominada “relações industriais”, e a profissionalização da área, após um período de modernização e desenvolvimento industrial, motivado sobretudo por força da atuação de multinacionais, se deu nos anos 60. É curioso notar que o profissional de recursos humanos ascendeu na hierarquia empresarial, passando de Chefe de Pessoal a Gerente de Relações Industriais e, em seguida, a Gerente de Recursos Humanos. Tal designação se explica pelo fato de que o empregado, assim como a tecnologia e a matéria-prima, era visto como “recurso” essencial ao êxito da corporação. Dessa forma, tornou-se necessário valorizar a compreensão do comportamento do funcionário e criar estratégias para, por meio dele, atingir bons resultados na prestação de serviços. Por influência da cultura japonesa, destaca-se, pertinente a isso, uma maior preocupação com a qualidade técnica e com o aumento da produtividade da empresa, o que aconteceu no final da década de 1980.

De acordo com o site ABRH Nacional⁴⁴, a gestão de recursos humanos tem origem precária na década de 1950; contudo, nos primeiros anos, seu aprimoramento aconteceu lentamente, em consonância com um crescimento empresarial pouco acelerado. A partir da década de 1970, a área se desenvolveu mais expressivamente, haja vista que 70% das empresas brasileiras surgiram em meados da década de 1960. Se, por um lado, houve, a princípio, a necessidade de conciliar interesses do empregado e do empregador, minimizando conflitos, fala-se, hoje, de uma nova forma de administração, em que o prestador não é compreendido passivamente, como mero “recurso”, mas como um personagem ativo de todo esse processo. Por essa razão, há autores que defendem o uso da nomenclatura “Gestão de Pessoas”, conforme pondera

⁴⁴<http://www.abrhbrasil.org.br/cms/>

Chiavenato (2009). Destarte, é essencial analisar que, ao longo do século XX, novos sentidos se agregaram à FN “recursos humanos”, de sorte que seu emprego mais frequente, ou esperado, é aquele relacionado ao sentido atual da expressão. Do ponto de vista formal, como veremos posteriormente, a articulação do substantivo “recursos” com o adjetivo “humanos” é mais estável, como a que se observa nos nomes compostos. Vejamos, na tabela que segue, a quantidade de ocorrências da FN “recursos humanos” ao longo das décadas.

Tabela 4
Total de ocorrências da FN “recursos humanos”,
por década, no Jornal do Brasil

Período	Ocorrências
1900 - 1909	4
1910 - 1919	2
1920 - 1929	1
1930 - 1939	15
1940 - 1949	59
1950 - 1959	42
1960 - 1969	615
1970 - 1979	3921
1980 - 1989	4177
1990 - 1999	4630
2000 - 2009	2595
2010 - 2017	79 ⁴⁵

Conforme se depreende da tabela, as ocorrências da FN sofrem aumento relevante a partir da segunda metade do século XX. O que motiva esse aumento é, assim como ocorreu com “plano de saúde”, a consolidação de um novo referencial.

Os enunciados a seguir, de épocas distintas, ilustram de que maneira dois referenciais se distinguem:

⁴⁵ Entre 2010 e 2017, é curioso notar uma queda brusca na quantidade de ocorrências da FN “recursos humanos”. Uma possível explicação para essa diminuição é o fato de que, em 2010, o Jornal do Brasil deixou de ter edições impressas.

Figura 7
Enunciado retirado do corpus

Fala o Sr. Anthony Eden
Londres, 20 (H.) — O Sr. Anthony pronunciou em *Parliament* um discurso em que formulou instante apelo para que se desenvolvesse em todos os domínios o máximo esforço nacional.

O ex-titular do Foreign Office proclamou: "A Grã-Bretanha é obrigada a pôr em linha todas as suas forças; a riqueza, os recursos humanos e a indústria".

O orador preconizou para uso dos pacifistas uma triplice política, acentuando: 1º Seria necessária declarar que a agressão pertence ao passado e que se oporá a força aos atos de força dirigidos a toda e qualquer nação, grande ou pequena; 2º Nunca se insistirá demasiado no fato de que o objetivo pacífico é a restauração da confiança e da boa fé internacionais. É necessário, finalmente, desenvolver em todos os domínios o máximo esforço nacional afim de dar o maior peso possível à política em questão.

"Ainda não chegamos lá, visto como a Europa ainda pensa em termos de exércitos. Todos sabemos que nessa esfera ainda resta muito a fazer. Pessoalmente, tenho a convicção de que o povo britânico está disposto a desenvolver o maior esforço nacional possível. Pede, porém, que todos corram igualmente os mesmos riscos e façam os mesmos sacrifícios. Tem para isso absoluto direito".

Ao finalizar, o antigo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros presta homenagem à recente ação do presidente dos Estados Unidos. Declara que a mensagem de Roosevelt exprime os sentimentos não só do povo americano como de todas as camadas do povo britânico e de todas as nações pacíficas do mundo inteiro.

JB - 21/4/1939

O enunciado foi retirado de uma página de jornal que tratava de notícias do mundo, com foco nos acontecimentos políticos de então, relacionados ao início da Segunda Guerra Mundial. Ele reproduz a fala de Anthony Eden, político britânico que atuou como embaixador durante a Guerra. Em seu discurso, o estadista faz um apelo à nação, mobilizando forças em prol da defesa de um posicionamento frente a outras nações. Ao empregar a FN “recursos humanos”, coordena-a a “riqueza” e a “indústria”, três fatores que, juntos, podem contribuir para o fortalecimento da nação. Aqui, o homem é interpretado como “recurso”, força por meio da qual se objetiva a luta em prol da nação.

Figura 8
Enunciado retirado do *corpus*



TELAMAZON
Telecomunicações do Amazonas S.A.
- EMPRESA DO SISTEMA TELEBRAS

GERENTE DE RECURSOS HUMANOS

Ampliando o nosso quadro funcional, necessitamos manter contatos com: (GERENTE DE RECURSOS HUMANOS), com experiência mínima de 3 anos ligada às áreas de Encargos Trabalhistas — Cargos e Salários — Recrutamento e Seleção — Treinamento — Benefícios — H.S.M.T., interessado em trabalhar e residir em Manaus.

Nossa Empresa orgulha-se em oferecer aos nossos empregados, bons salários, perspectivas de progresso profissional, excelente plano de benefícios, assistência médica e farmacêutica extensiva aos dependentes, refeitório no local, seguro de vida em grupo. Nossos empregados são ainda associados da Fundação TELEBRAS de Seguridade Social, que proporciona ainda outros benefícios de Empresa de grande porte, tais como: facilidade de empréstimos, auxílio doença, complementação de aposentadoria, etc.

Oferece ainda treinamento para a posição a ocupar que responde diretamente à Diretoria Administrativa e Financeira.

Previsão imediata de Admissão.

Reposta com CURRICULUM-VITAE manuscrito e fotografia 3 x 4 para ADH-2300 — Telecomunicações do Amazonas S/A — TELAMAZON, situada à Avenida Joaquim Nabuco, 1768.

Manaus, 11 de janeiro de 1980 (P)

JB - 18/1/1990

O enunciado anterior é um anúncio classificado, que divulga uma vaga profissional de Gerente de Recursos Humanos. Diferentemente do texto anterior, seu referencial é nitidamente empresarial, sendo “recursos humanos” um setor da empresa Telamazon e parte da designação de um cargo. Notamos que faz parte dessa função lidar com

encargos trabalhistas, cargos e salários, recrutamento e seleção, treinamento de pessoas — funções típicas da área, que visam a contribuir para o êxito da instituição.

Aplicamos o mesmo procedimento anteriormente feito em relação à delimitação do referencial de “plano de saúde” à análise da FN “recursos humanos”: coletamos três enunciados nos quais se manifesta o referencial mais antigo de “recursos humanos” e mais três enunciados com o referencial atual. Em cada um desses dois conjuntos de três, selecionamos palavras pertinentes à compreensão do respectivo referencial:

(24) “...vejamos hoje como Jesus Cristo mostrou-se nesse combate e victoria. Deus verdadeiro. O conquistador que emprega artes, indústrias e **recursos humanos**, pouco importa a grandeza e alcance de suas conquistas, não excede a esfera da humanidade, mas aquele que por proprio poder , o sem recurso algum contra as leis que regem a natureza da intelligencia, do coração e dos interesses humanos e sahe da luta victorioso, é claramente um conquistador, não humano somente, senão divino por certo.”

JB – 4/1/1902.

(25) “A sciencia raciocina, mas a fome não entende raciocínios; a política alvitra, mas os alvitres não destroem a ordem estabelecida; a força tenta reprimir, mas a repressão é ineficaz ante o número, onde está a força. O remédio a este grande e temeroso mal é superior aos **recursos humanos**.”

JB – 9/3/1908.

(26) A característica mais interessante do sistema de educação organizado por Baden Powell com o nome de Escotismo, é fazer da reorganização da experiência humana a base de todo o processo educativo. Premido por necessidades imediatistas, teve o Chefe Escoteiro de lançar mão de **recursos humanos**, no ambito de suas possibilidades, sem outro preparo que a experiência de cada um, obtendo desse conjunto de esforços uma resultante digna de bem coordenados trabalhos.

JB - 1º/1/1938.

Palavras pertinentes ao referencial dos enunciados

combate – artes – indústrias – conquistas – luta – conquistador – sciencia – política – força – educação – conjunto de esforços – coordenados trabalhos
--

As palavras do quadro referem-se às potencialidades humanas, no plano individual ou coletivo, que podem ser mobilizadas para que a realização de determinado fim, que pode ser espiritual, bélico, educacional. Os recursos humanos têm, aqui, sentido genérico. Seguem, agora, os enunciados mais recentes.

(27) Procura-se com urgência Diretor de RH – Instituição de Ensino Superior, tradicional, de grande porte, com sede no Rio de Janeiro, procura Diretor de **Recursos Humanos**, com formação superior em Administração e habilitação ou especialização em recursos humanos, de preferência com pós-graduação. Experiência mínima comprovada de 5 anos na área. Interessados devem enviar currículo, com pretensão salarial, para a Caixa Postal 30.519 – CEP 20740-970-RJ.

JB – 9/1/2000

(28) Fidelidade do empregado dá lucro – Uma pesquisa da consultoria de **recursos humanos** Watson Worldwide nos EUA com de 7500 trabalhadores constatou que 55% deles ter uma obrigação para com seu empregador, enquanto 16% dizem não ter e 29% são neutros. E as

empresas com maior grau de comprometimento desfrutam de lucros bem maiores que as outras, diz a pesquisa.

JB – 12/1/2000

(29) Administrador de hotéis

Perfil – Administrar um hotel exige bom humor, tolerância, agilidade, organização, determinação, dinamismo e muita paixão pelo trabalho. Este profissional elabora e coordena toda a estrutura de um hotel. Desenvolve programas de qualidade, faz o planejamento de marketing e comercialização dos produtos e serviços. Organiza eventos e atividades, supervisiona e gestão financeira e políticas de **recursos humanos**.

JB – 6/2/2000

Palavras pertinentes ao referencial dos enunciados

Diretor – Administração – pós-graduação – empregado – consultoria – empregador – lucros – trabalho – profissional – coordena – marketing – qualidade – comercialização – serviços
--

Por essas palavras, manifesta-se um referencial mais específico, pertinente a empresas e demais instituições que exercem atividades de gestão de pessoas. Sendo recursos humanos uma área do conhecimento que se desenvolveu a partir da segunda metade do século XX, a universidade também abarcou-a; daí a importância de palavras como “Administração” e “pós-graduação”.

4.3.2 Procedimentos de análise sintática

Feitas considerações de ordem semântica, vamos nos ater, agora, a fatores ligados à organicidade linguística. A respeito da sintaxe das FNs “plano de saúde” e “recursos humanos”, faremos algumas observações a partir da aplicação de testes de reescrita de enunciados em que elas ocorrem. O objetivo dos testes é analisar a articulação dos adjetivos nessas FNs. O primeiro teste é a inserção de um determinante entre o nome *plano* e o convergente adjetival *de saúde*. O enunciado (30) foi formulado com base no sentido que a expressão tinha antes de vir à tona o referencial que hoje a sustenta. O enunciado (31), ao contrário, já é pertinente a esse referencial:

(30) O governo se reuniu com ministros e apresentou um **plano de saúde**.

(31) Recebi um benefício pela Unimed e adquiri ontem um **plano de saúde**.

Os determinantes inseridos são os adjetivos *eficiente*, *completo* e *muito bom*, qualificativos de *plano*. Comparemos o efeito de inserção nessas duas sentenças.

(30a) O governo se reuniu com ministros e apresentou um plano [**eficiente**] de saúde.

plano [**completo**] de saúde.

plano [**muito bom**] de saúde.

- (31a) Recebi um benefício pela Unimed e adquiri ontem um **plano de saúde**.
 (?) plano [**eficiente**] de saúde.
 (?) plano [**completo**] de saúde.
 (?) plano [**muito bom**] de saúde.

Embora as construções em (31b) não sejam impossíveis, parecem pouco prováveis, de modo que, nelas, o adjetivo deveria ocorrer, preferencialmente, posposto: plano de saúde completo, plano de saúde eficiente, plano de saúde muito bom. Tal preferência não se aplica, contudo, às construções de (30a), em que é facultativa tanto a intercalação do adjetivo quanto a sua posposição.

Outro teste aplicado é a alternância de preposição: substituímos *de* por *para*, nos dois enunciados. Essa alternância parece ser muito mais natural em (32) do que em (33):

- (32) O governo se reuniu com ministros e apresentou um plano [**para**] a saúde
 (33) Recebi um benefício pela Unimed e adquiri ontem um plano [**para**] a saúde.

Submetemos a FN “plano de saúde” a um último teste, para averiguarmos suas possibilidades articulatórias. Trata-se da inserção de palavras coordenadas a *saúde*. Comparemos os enunciados:

(32a)

O governo se reuniu com ministros e apresentou um plano de saúde e	educação
	segurança
	urbanismo
	mobilidade urbana
	desenvolvimento sustentável

(33a)

(?) Recebi um benefício pela Unimed e adquiri ontem um plano de saúde e	educação
	segurança
	urbanismo
	mobilidade urbana
	desenvolvimento sustentável

A coordenação é mais bem aceita em (32a) do que em (33a), em razão do sentido mais abstrato atrelado a “plano”, em uma esfera política. O mesmo não ocorre em (33a), em que *plano* tem sentido mais concreto, como serviço passível de venda.

Em relação a “recursos humanos”, faremos o mesmo procedimento. O primeiro teste é a conversão do adjetivo *humanos* na expressão *do homem*, em dois enunciados com referenciais distintos:

recursos humanos → recursos do homem

- (34) A solução de alguns problemas ultrapassa os recursos [humanos].

(35) A solução de alguns problemas ultrapassa os recursos [do homem].

A conversão parece facilmente possível na sentença anterior, mas não é admissível nesta outra:

(36) A empresa está contratando novos profissionais para o departamento de recursos humanos.
(37) ? A empresa está contratando novos profissionais para o departamento de recursos do homem.

A seguir, aplicamos, nas duas sentenças, o teste de inserção de adjetivos coordenados a *humanos*:

(34a)

A solução de alguns problemas ultrapassa os recursos humanos e	ambientais
	materiais
	naturais
	técnicos
	industriais

(35a)

(?) A empresa está contratando novos profissionais para o departamento de recursos humanos e	ambientais
	materiais
	naturais
	técnicos
	industriais

Na sentença em (34a), a coordenação parece mais aceitável do que em (35a). Não julgamos que esta última seja impossível, mas ponderamos que, em razão de seu referencial ser mais bem delimitado, a FN “recursos humanos” tende a se combinar sintaticamente com determinantes relacionados a ele. Alguns exemplos: [departamento de recursos humanos e marketing], [departamento de recursos humanos e financeiros].

Além disso, é notável que o referencial é o fator que determina a possibilidade de combinação da FN com certas categorias de determinantes, como a dos adjetivos modalizadores. Comparemos mais estas duas sentenças:

(38) Para o projeto avançar, temos de mobilizar recursos humanos.
(39) Comprei um livro sobre recursos humanos.

Se incluirmos o adjetivo *importantes*, constataremos uma diferença de aceitabilidade das sentenças:

(38a) Para o projeto avançar, temos de mobilizar **importantes** recursos humanos.
(39a) ? Comprei um livro sobre **importantes** recursos humanos.

Em vista dos procedimentos realizados com os dados anteriores no nível da materialidade linguística, respaldamo-nos nos seguintes fundamentos de análise: a

articulação sintática está a serviço da semântica, com toda a sua complexidade histórica, da qual não se dissocia; nas formações nominais, o conhecimento dos referenciais é imprescindível à compreensão da relação entre nomes e adjetivos. Na seção seguinte, detalharemos melhor esse ponto de vista.

4.3.3 As relações de (in)dependência entre adjetivos e referenciais

A fim de darmos continuidade à discussão sobre o modo como os adjetivos se vinculam a referenciais, apresentaremos, a seguir, trechos retirados de uma Sessão Extraordinária realizada em 29/8/2016, no Senado Federal, à qual compareceu a então presidente da República, Dilma Rousseff, para prestar depoimentos e ser julgada por senadores em decorrência do processo de *impeachment* sofrido por ela. A sessão se fundamenta em um referencial geral — o julgamento do *impeachment* — e, de modo geral, em mais dois referenciais opostos: o que considera o processo legítimo, em contraposição ao governo, e o que considera o processo arbitrário, golpista, em defesa do governo. Anteriormente ao julgamento, procedeu-se ao afastamento da presidente, até que se definisse, após a referida sessão, a manutenção de Dilma no cargo de Chefe do Poder Executivo ou a sua destituição. Nesse cenário, parte dos senadores, ao se pronunciar, enfatizou o afastamento da presidente, como passo anterior ao efetivo impedimento, e outra parte se silenciou sobre o afastamento, insinuando que Dilma era detentora do cargo, por ter sido democraticamente eleita, não obstante sofrer a suposta tentativa de golpe. O que gostaríamos de destacar é a presença ou a omissão do adjetivo *afastada* na introdução da fala dos senadores, ao se reportarem a Dilma para dirigir-lhe questionamentos e comentários. Eis os dados⁴⁶:

(40) Excelentíssima Senhora Dilma Rousseff, presidente **afastada** do cargo, dirijo-me a Vossa Excelência respeitosamente, como mulher, mãe e avó que é (...) Muito se tem dito a propósito de sua eleição com mais de 54 milhões de votos. Entretanto, voto não é salvo-conduto. (Ricardo Ferraço – PSDB/ES)

(41) Presidente Eleita do Brasil, Dilma Vana Rousseff (...) .Não é a presidente que está sendo julgada nesse Senado, é a Democracia (...) Não há a menor possibilidade de a presidente ter cometido crime. (Roberto Requião – PMDB/PR)

(42) Senhora presidente **afastada** Dilma Rousseff, eu gostaria de discutir com Vossa Excelência assuntos importantes, como as pedaladas fiscais de 2014, como o uso da contabilidade criativa do governo, como as obras paralizadas ou com lento andamento. (Paulo Bauer – PSDB/SC)

(43) Senhora presidenta Dilma Rousseff (...) quando foi eleita a primeira presidente mulher deste país, a senhora deixou todas as mulheres brasileiras e do mundo todo muito orgulhosas. Apesar de terem trazido formalmente a senhora como ré, nós não a vemos como ré. (Vanessa Grazziotin – PC do B/AM)

⁴⁶ Enunciados transcritos do vídeo disponível em www.youtube.com/watch?v=njuEsriZpdk.

(44) Senhora presidente Dilma Rousseff, o presente processo de *impeachment* tem como fundamento dois fatos que configuram a meu juízo o crime de responsabilidade pelo qual a senhora está sendo julgada no Senado Federal. (Antônio Anastasia – PSDB/MG).

(45) Senhora presidente, durante esses meses na Comissão Especial de Impeachment, ouvindo as testemunhas, laudo pericial e documentos, eu constatei que estes atos, tanto os decretos quanto as pedaladas fiscais de Vossa Excelência no exercício de 2015 (...) não são atos isolados (...). São consequências do descontrole de responsabilidade fiscal. (Simone Tebet – PMDB/RS)

Os referenciais que sustentam as falas dos senadores são identificáveis, claramente, pelo teor dos comentários e questionamentos que expõem e são de antemão definidos, em peso, pela afiliação partidária ou pelo papel social que exercem no julgamento do *impeachment*. Como já sinalizamos, senadores da base do governo são contrários ao afastamento; portanto, não empregaram o adjetivo *afastada*. Muitos dos senadores da oposição, por sua vez, empregaram o adjetivo como estratégia argumentativa, na tentativa de desalentar o intento da defesa e de levar a cabo o objetivo de consumir o impedimento da presidente, pretendido por eles próprios. Não obstante, alguns senadores não utilizaram o adjetivo, entres eles Antônio Anastasia – PSDB/MG, relator do processo (44), sem prejuízo, porém, da identificação do referencial que corrobora sua abordagem. Avaliamos como relativa ao enunciador a opção por qualificar a presidente como “afastada”, haja vista o fato de pessoas que não ocupam mais cargos públicos poderem ser referidas com a designação que lhes era atribuída quando exerciam o cargo. Exemplo: “O presidente Juscelino Kubtschek morreu de acidente rodoviário”. Ou seja, a condição de não mais exercer o cargo de presidente não impede que ele seja designado como tal, sendo opcional dizer Juscelino Kubtschek morreu de acidente / O presidente Juscelino Kubtschek morreu de acidente / O ex-presidente Juscelino Kubtschek morreu de acidente.

Em vista de tais considerações, concebemos que, sintaticamente, a articulação do adjetivo deve ser compreendida pela relação de dependência que mantém com o referencial do enunciado, de sorte que há referenciais que se instauram na enunciação através dos adjetivos e há referenciais que independem deles. Nesta última situação, o adjetivo se presta a modalizar sentidos. Comparemos os dados a seguir:

(46) O presidente da república **afastado** continua recebendo seu salário.

(47) Senhora presidente **afastada** Dilma Rousseff, eu gostaria de discutir com Vossa Excelência assuntos importantes...

Se realizado um teste de apagamento do adjetivo, constataremos que haverá maior prejuízo em (46a) do que em (47a), uma vez que, em (46a), o referencial em questão diz respeito, justamente, a afastamento, ou seja, o enunciado está tratando desse assunto.

Em (47a), o adjetivo reforça um posicionamento ideológico, mas não é essencial à identificação do referencial do enunciado.

(46a) ? O presidente da república continua recebendo seu salário.

(47a) Senhora presidente Dilma Rousseff, eu gostaria de discutir com Vossa Excelência assuntos importantes.

Se isolarmos esses adjetivos com vírgulas, a aceitabilidade é menor em (46b) do que em (47b).

(46b) O presidente da república, **afastado**, continua recebendo seu salário.

(47b) Senhora presidente, **afastada**, Dilma Rousseff, eu gostaria de discutir com Vossa Excelência assuntos importantes.

Neste exemplo em particular, as vírgulas em (46b) parecem ser aceitas apenas se interpretarmos o adjetivo como uma oração adverbial condicional reduzida de participio: “O presidente da república, caso seja afastado, continua recebendo seu salário. Analisemos mais um exemplo, desta vez com o adjetivo *petista*. Trata-se de duas manchetes de notícias, veiculadas na internet:

(48) O grande desafio do modo **petista** de governar é visualizar as novas demandas históricas⁴⁷.

(49) Professor **petista** da UNB propõe decapitação de Dória e ACM Neto e gera protesto⁴⁸.

Comparados os enunciados, notamos que o adjetivo tem valores distintos. Em (48), *petista* promove um recorte de referencial específico, identificando o foco temático do texto — o objetivo é falar a respeito da governança sob o ponto de vista do PT. Em (49), o adjetivo acrescenta ao tema um pormenor, amalgamando sentidos. É um recurso argumentativo que funciona como ênfase feita pelo locutor, com a intenção de difamar o partido. De fato, alguns adjetivos são mais afeitos ao olhar do locutor do que outros. No lugar de *petista*, poderiam figurar adjetivos distintos: professor mineiro, professor evangélico, professor linguista. Apliquemos às sentenças um teste parafrástico:

(48a) ? O grande desafio do modo de governar é visualizar as novas demandas históricas. Esse modo é petista.

(49a) Professor da UNB propõe decapitação de Dória e ACM Neto e gera protesto. Esse professor é petista.

Feita a parafrase, o deslocamento do adjetivo em (48a) parece fazer o enunciado mudar de tema, visto que passa a falar, genericamente, de governança. Em (49b), o

⁴⁷Retirado de www.jornaldacidadeonline.com.br. Acesso: 10/1/2017.

⁴⁸Retirado de www.dmptsp.org.br/opiniaio/5-os-desafios-do-modo-petista-de-governar. Acesso: 10/1/2017.

deslocamento não compromete a sequência temática do texto. Eis, portanto, dois modos contrastantes de articulação, que se vinculam em maior ou menor grau aos referenciais.

Antes de encerrarmos esta seção, discutiremos brevemente mais um exemplo, ainda sobre a relação do adjetivo com referenciais, a partir do nome *semântica*. Por uma definição simples e sumária, *semântica* é a disciplina que estuda a relação entre os signos e aquilo que significam. Embora se perca nas páginas da história a origem das reflexões sobre a significação, entre os filósofos da antiguidade, foi na passagem do século XIX para o século XX que a disciplina começou a se consolidar com esse nome, a partir da publicação da obra *Ensaio de Semântica*, de Michel Bréal. Inicialmente, não havia sobre a *semântica* a incidência de vieses teóricos como aqueles conhecidos atualmente. Contudo, à proporção que a Linguística alcançou o estatuto de ciência, as reflexões sobre a linguagem foram se aperfeiçoando e, paralelamente a isso, foram surgindo pressupostos epistemológicos particulares, a partir dos quais o nome *semântica* ganhou adjetivos, entre eles “formal” e “da enunciação”. Se, por um lado, a *semântica formal*, mais ligada à lógica, estuda a linguagem tendo em conta uma suposta realidade extralinguística, por outro, a *semântica da enunciação*, mais ligada às ciências sociais, estuda a linguagem sob uma perspectiva histórica. Cada um desses campos, assim como quaisquer outros da ciência, tem seu modo próprio de construir realidades e, dessa forma, concebe peculiares pertinências de sentido. Vejamos mais alguns exemplos:

(50) A *semântica da enunciação* se interessa por aspectos discursivos da linguagem.

(51) A linguística *diacrônica* não estuda as relações entre os termos coexistentes de um estado de língua, mas entre termos sucessivos que se substituem uns aos outros no tempo.

(52) A gramática *descritiva* analisa um conjunto de regras que são seguidas, considerando as variações linguísticas.

Se aplicarmos a essas sentenças o teste do apagamento do adjetivo, o resultado é a incoerência de interpretação, pelo fato de seu conteúdo ficar desvinculado do referencial de origem e, portanto, produzir informações incompatíveis:

(50a) ? A *semântica* [Ø] se interessa por aspectos discursivos da linguagem.

(51a) ? A linguística [Ø] não estuda as relações entre os termos coexistentes de um estado de língua, mas entre termos sucessivos que se substituem uns aos outros no tempo.

(52a) ? A gramática [Ø] analisa um conjunto de regras que são seguidas, considerando as variações linguísticas.

Sobre esses dados, a articulação dos adjetivos nas formações nominais “*semântica da enunciação*”, “*linguística diacrônica*” e “*gramática descritiva*” se explica pelos fatores de pertinência dos referenciais relacionados à consolidação das teorias linguísticas ao

longo do tempo. Nada há nos itens lexicais “semântica”, “linguística” e “gramática” que convoque, respectivamente, os adjetivos “da enunciação”, “diacrônica” e “descritiva”. Na historicidade dos estudos linguísticos é que essa articulação se estabelece, na medida em que ganham especificidade perspectivas que outrora não haviam sido concebidas e, agora, produzem demandas de significação, manifestadas na enunciação.

Com essa reflexão, gostaríamos de fazer o seguinte apontamento: não são as palavras que selecionam adjetivos (argumentos) que lhes completem o sentido. Na verdade, referenciais, constituídos historicamente, estabelecem relações entre as palavras. Destarte, defendemos a tese de que, nos exemplos apresentados neste capítulo — “homem negro”, “plano de saúde”, “recursos humanos”, “semântica da enunciação”, além de outros — não são os substantivos que exigem especificação de sentido; os referenciais dos enunciados é que produzem demandas no dizer. Por essa perspectiva, julgamos equivocada a distinção tradicional entre “nomes argumentais” e “nomes não argumentais”, haja vista que os supostamente não-argumentais muitas vezes não se bastam, e o contrário também pode ser verdade: nomes argumentais em cujos enunciados não é necessário que adjetivos previstos apareçam. Na seção seguinte, investigaremos melhor esse tópico.

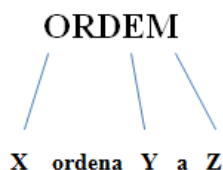
4.4 A sintaxe além das formações nominais: a pertinência enunciativa

De acordo com o conceito de valência, há uma relação abstrata entre verbos/nomes e determinantes que, ao ocuparem lugares na sentença, saturam-lhes o significado. Já discutimos, em capítulo anterior, evidências de que essa proposta é falha e nos deteremos, a partir da agora, a analisar a seleção de adjetivos em enunciados que têm, supostamente, nomes que projetam estruturas argumentais. Em seguida, apresentaremos nova abordagem.

Os dicionários de regência, inspirados no conceito de valência, apresentam informações sobre construções sintáticas possíveis a partir do verbo ou do nome. De acordo com Fernandes (1958 [1949], p. 250), o nome *ordem*, por exemplo, rege as preposições “a”, “de” e “para”, paralelamente à informação verbal “alguém ordena algo a alguém”. Assim, teríamos a seguinte sentença ilustrativa:

(53)A ordem [do juiz][ao policial][para que fizesse as buscas] já foi cumprida.
[= O juiz ordenou ao policial que fizesse as buscas]

Dessa forma, ao substantivo *ordem* estariam associadas, via de regra, três informações essenciais: alguém que ordena, alguém que recebe a ordem e o teor da ordem, conforme sugere o esquema a seguir:



Não obstante, ao verificarmos uma série de enunciados em que o referido nome aparece, constatamos a possibilidade de ausência dos determinantes previstos na estrutura argumental, sem que isso configure qualquer anomalia de sentido. Vejamos alguns exemplos:

- (54) Em sua posição, Gabriel só recebe **ordem** do diretor.
- (55) Os livros estão dispostos em **ordem** de tamanho.
- (56) O juiz decretou **ordem** de despejo.
- (57) Nosso lema deveria ser mesmo **ordem** e progresso.
- (58) Uma medida dessa **ordem** só poderia dar errado.

Nas sentenças 54 e 56, as construções estão parcialmente em consonância com a suposta estrutura argumental de *ordem*. Na primeira delas, o diretor ordena algo a Gabriel — omite-se o teor da ordem, que está indefinido (determinadas ordens não especificadas) ou tem interpretação genérica (quaisquer ordens). Na segunda, o juiz ordenou o despejo — omite-se a quem se dirige a ordem; contudo, é correto interpretar, por meio de uma memória de sentidos, que se trata de um ato direcionado, provavelmente, a um oficial de justiça. Ainda que esteja implícita, essa informação faz parte das relações de determinação na formação nominal, o que nos leva (não custa repetir) a um distanciamento do conceito de “sintagma nominal”, cujos determinantes são analisados apenas na materialidade linguística. De acordo com as teorias formais, quando o determinante não aparece, é chamado de “nulo”, rótulo que julgamos impróprio, uma vez que, a despeito do silenciamento desse determinante, ele é mobilizado, por uma rede de sentidos, no acontecimento enunciativo, para que faça parte da significação. Voltando às sentenças de (54) e (56), destacamos uma diferença crucial entre elas e as demais. Aquelas preservam, ainda que não totalmente, a dita estrutura argumental. Estas últimas, por sua vez, não se conformam a tal estrutura, de forma muito evidente. Em (55), *ordem* não tem a ver com *ordenar*, por se prender à acepção de *critério* (os livros estão dispostos em critério de tamanho). Já em (57), *ordem* significa, *grosso modo*, “estado de harmonia”, “qualidade daquilo que é ordeiro”. E em (58), por fim, *ordem*

significa *natureza, categoria* (= uma medida dessa natureza só poderia dar errado). Os determinantes previstos na estrutura argumental do nome não fazem parte da rede sentidos dos três últimos enunciados analisados; portanto, somos levados a concluir que não é exatamente o nome que “exige” determinantes. Vejamos mais um exemplo, com o nome *história*:

(59) A história do Brasil tem versões controversas.

(60) Vou contar-lhes a história de Madalena.

(61) Ninguém conhece bem a história daquele povoado.

Aparentemente, poder-se-ia dizer que, por essas sentenças, o substantivo *história* exigiria um argumento (determinante) para saturar seu sentido: a história de algo ou de alguém. Essa relação é mesmo recorrente em muitos dados da língua. Porém, se investigarmos mais detidamente outros enunciados, constataremos que a exigência do determinante pode não ocorrer:

(62) Hoje terei aula de **história**.

(63) Júlia contou uma **história** para faltar ao trabalho.

(64) Não queria que soubessem que vivia de **história** com a prima.

Em (62), “história”, como nome de uma disciplina, não tem seu teor especificado, pois está implícito que, genericamente, pode se referir a vários temas (história do Brasil, história geral, história da África etc). Em (63), “contar uma história” é, propriamente, “dar uma desculpa” — não se trata da história de algo ou de alguém. E em (64), por último, “história” significa “aventura amorosa” (= não queria que soubessem que tinha uma aventura amorosa com a prima). Dessa forma, em vista das diferentes possibilidades de sentido articuladas com o nome, devido à sua atualização em acontecimentos enunciativos, não afirmamos que ele exige este ou aquele determinante. Diferentemente, postulamos que essa exigência se dá historicamente e pode, ou não, se materializar na sintaxe dos enunciados que contêm o nome. Em outras palavras, diríamos, a respeito do primeiro exemplo (ordem), que existe uma relação de pertinência do tipo “alguém determina algo a alguém” que pode se manifestar por meio de um nome: a ordem de fulano a sicrano para que faça algo. A respeito do segundo exemplo (história), diríamos que existe uma relação de pertinência do tipo “há um conjunto de fatos a respeito de algo ou alguém”, que pode se manifestar pelo nome “história”: a história de Pedro / do Paraguai / do Padre Cícero. Tais relações guardam pertinência com os nomes, mas não são imprescindíveis a eles, haja vista que os sentidos, em seu processo de devir, ao mesmo tempo se ligam às palavras e se

desprendem delas. Vejamos, por amostra, uma compilação de dados com os nomes *ordem e história*, retirados do *Corpus do Português*⁴⁹.

ORDEM:

1. ...mundo tem diferenças, mas a gente tem que entender o outro, manter a **ordem**, sem brigas, com tranquilidade. O povo lá fora acha que somos diferentes...
2. ... As dívidas eram altas e quando as contas começaram a ficar em **ordem**, aumentou a minha credibilidade...
3. ...condomínio porque a dívida era grande, mas agora, a coisa já está em **ordem**.
4. ... Mas não posso dizer que uma reforma esteja na **ordem** do dia do presidente Fernando Henrique.
5. ...na escola de Higuera, onde foi levado depois de ter sido capturado. A **ordem** veio de (general René) Barrientos, que bem sabia que não tinha condições
6. ...iludir o consumidor, porque, numa economia como a nossa, com inflação na **ordem** de 1% e até com deflação, é totalmente impossível você dar um desconto de
7. ... desde o começo do século que precisa ser revisto. Polícia é para agir na **ordem** interna, ajudando o povo. E milícia é para agir na ordem externa,
8. ... agir na **ordem** interna, ajudando o povo. E milícia é para agir na ordem externa, como um exército, matando inimigos.
9. ... e constitucional, de ajudar e proteger as pessoas e dar garantia para que a **ordem** jurídica funcione.
10. Acho que houve alguma intervenção. OP - Como você recebeu a **ordem** de prisão sob acusações diversas, inclusive de assédio sexual?
11. ... O doutor Cândido (Cândido Albuquerque, presidente da **Ordem** dos Advogados do Brasil - OAB/CE) está procurando justamente que eu tenha errado em...
12. ...Roberto Ayres, também foram suspensos. O tratamento dado a eles pelo Conselho da **Ordem** foi diferente?
13. ...Mandou o meu processo para Brasília (Conselho Federal da **Ordem**) antes da apreciação do recurso. Depois de alguns meses, o processo voltou
14. ... que alegou inconstitucionalidade dos trabalhos. A cobrança da Imprensa obrigou o presidente da **Ordem** a apurar os fatos. A senhora está sendo usada como um bode expiatório?
15. ... A intenção dele está bem próxima de se concretizar. A eleição da **Ordem** é no fim do ano e ele é candidato à reeleição.
16. ... que até o final de maio essa emenda seja aprovada. Obviamente que dificuldades de **ordem** política existem. Especula-se que o Senado pretende colocar uma medida para que governadores...
17. ... evidente que foi um processo pacífico, mas todos eles foram condenadas por perturbarem a **ordem**. Podem fazer protesto mas não podem perturbar a **ordem**. No Brasil, os
18. ... Para selecionar as que entrariam no CD, escutei tudo, em **ordem** cronológica. Fiz uma primeira seleção só com músicas pouco conhecidas, achei que seria...
19. ... que é o poder Legislativo. E, evidentemente, todos que violassem a **ordem** teriam que ser presos. Em qualquer País civilizado, o cidadão que violenta a...
20. ... teriam que ser presos. Em qualquer País civilizado, o cidadão que violenta a **ordem**, que rompe a ordem, é preso.
21. ... Neste momento, porém, os venezuelanos já começaram a abordar temas de **ordem** social, política e humana com muita profundidade
22. ... têm sempre o seu louco de estimação, que circula pelas ruas e desafia a **ordem** normal. A loucura é um problema que enfrentamos ao longo de toda a vida...
23. ...Estávamos sob o governo de Vichy, do marechal Pétain. Havia uma palavra de **ordem**: " A chacun son boche ", a cada um seu alemão. As
24. ... Ceará, fizemos apenas o que achamos que tínhamos obrigação de fazer para garantir a **ordem** pública. Evidentemente, correndo todos os riscos.
25. ...da CUT, de sindicatos daqui e de outros Estados, e as palavras de **ordem** puxadas por sindicalistas e até deputados do PT e do PC do B.
26. ... faz porque é militarizada. É esta condição que impede o soldado de recusar uma **ordem**, mesmo que ponha em risco a vida.
27. ...se recusar estará cometendo um crime. É diferente da Polícia Civil, cuja **ordem** nem precisa ser obedecida. Estado - Por que a PM é contra o projeto
28. ... mesmo conjunto de incentivos, as decisões de investimento se fazem em função de outra **ordem** de considerações.

⁴⁹<http://www.corpusdoportugues.org/>

29. ...Quando Sarney vinha, mais tarde, já presidente guiando um fusquinha, a **ordem** era igual, nada de política. Era difícil, mas todo mundo respeitava.
30. ...lhe dizer, devo juntar as palavras que correspondem ao que desejo dizer e na **ordem** que desejo. Mas essa precisão nem sempre surge espontaneamente. Na maioria das vezes
31. ...bilhão não pode ser visto de forma isolada. Como sempre tivemos um saldo da **ordem** de R\$ 600 milhões, tivemos de gerenciar R\$ 500 milhões extras. Estado -
32. ... a situação financeira? Pitta - Estamos caminhando para um equilíbrio. Estamos colocando em **ordem** as contas PAS, das (--) de transportes e do setor de limpeza
33. ... o consumo de termoplásticos, como polipropileno, polietileno e PVC, cresce à **ordem** de 11%. Um crescimento anual desses significa dobrar a necessidade de oferta na região
34. ... 28 de setembro de 1997 Empresa forma seguranças contra invasores no PR Estado - Têm **ordem** de atirar? Lopes - A ordem é: não ceder, nem recuar.
35. ... Estamos entrando numa nova fase no controle das infrações contra a **ordem** econômica. Saiu do cenário a Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab), um instrumento
36. ...chegou à região, o barulho mudou ", acrescentou Lopes. " Estava botando **ordem** na casa.. Impunha respeito.. Não é à toa que corre um abaixo-assinado
37. ... 50 milhões? Mendonça de Barros - Ele precisa de uma injeção de capital da **ordem** de R\$ 50 milhões. E nossa posição é que venham dos acionistas, que
38. ... Estado - Qual é a dívida do Jari? Mendonça de Barros - É da **ordem** de R\$ 300 milhões, dos quais R\$ 200 milhões com os bancos privados e
39. ... o Brasil monta uma escola de samba que é um teatro nô perfeito, uma **ordem**, uma disciplina, uma repetição. Pouca gente a vê assim.
40. ... Por quê? Porque não há crédito para (--) que não estão em **ordem** no campo tributário e trabalhista.
41. ... Conselho Administrativo de Defesa Econômica tem o papel de dirimir os conflitos que afetem a **ordem** econômica. A Anatel funcionará como entidade que dará os instrumentos aos processos que mereçam
42. ... O acesso é para quem tem advogado e pobre não pode pagar. A **Ordem** dos Advogados do Brasil é corporativista, política por excelência, e visa o interesse
43. ...Tarso, que eram muito mais próximos de nós. O Jonas sabia manter a **ordem**, a disciplina, coisas fundamentais para uma ação.
44. ... cobertura, onde eu também estava, afastou-se. E houve, sim, uma ordem do Exército para não abrir fogo, porque aí morreríamos todos...
45. ... eles mas o que eles podem fazer pelo país. Essa é a palavra de **ordem** que fundou os Estados Unidos. É a idéia de que a comunidade é responsável...
46. ... o Parreira nem sabia da nossa existência. Estado - Mas de quem veio a ordem? Dodô - Não sei, só nos disseram que eram **ordens** que vinham de
47. ...e tomar (--) e sim para atraí-las. Estado - A palavra de **ordem** "greve geral derruba o capital " está sendo enterrada?
48. ... você vai apenas os escrevendo e, em releituras, corta trechos e dá essa **ordem**? Hilda - Prontos, não.
49. ... quiser abandonar sua posição, aceitamos dividir 50% a 50% as ações. Sempre nessa **ordem**.
50. ...bulir com esses interesses, e isso não é fácil. Há pressões de toda **ordem**. Daí a necessidade da atuação de todos os que estão assessorando o presidente.

HISTÓRIA:

- 1.a maior surra. Hoje eu me divirto com a **história**, mas aquilo foi terrível. As pautas do " Aqui Agora " sempre
- 2.aquela **história** de desenhar menininho, a menina parada no ponto de ônibus e outras coisas
- 3.quer sair do gueto, do estilo, quer fazer **história**. E Bob Marley, Louis Armstrong, Mestre Salu, Chico Science são
4. Fortunato - Exatamente. Esse é o grande vilão da **história**. Além da insegurança. Mas, na cidade, a segurança é boa
5. programa Cresce Pernambuco, que foi bonito e importante para **história** de Pernambuco. Essa participação me educou, me dignificou. A decepção aconteceu
6. Da sua morte todos se sentiriam desresponsabilizados. A **História** está cheia de fatos semelhantes. JC - Voltando a Che Guevara.
- 7.BNH. Aí, vieram os pelegos pegando carona na **história**. JC - Como hoteleiro, o senhor concorda com o empresário Tavares de
- 8.que sim. Estamos vivendo há três anos sob a **história** de que o Brasil acabou com a inflação. ,

9. para evitar repetir a quebradeira mexicana. É a mesma **história** de sempre: quem ganha mais é quem grita mais alto...
10. Isso não é responsabilidade de pessoas, mas de uma **história**, onde houve um predomínio da hegemonia de um setor social sobre o outro
11. escrevi, compus uma peça - em que utilizo a **história** da luta de Antônio Conselheiro em Canudos - que foi, há alguns anos
12. cavalo-marinho? JC - A explicação mais razoável está na **História** do Brasil, de João Ribeiro. Falando sobre o grande número de navegadores
13. tempos, sempre precisou de auxílio. Há mesmo na **História** do Teatro, de George Breedley e John Reeves, uma caricatura em que
14. não é o de ontem. Sempre me revoltava essa **história** de fazer texto para virar papel de embrulho. A história dá outra dimensão
15. Ora, nós temos uma **história** recente do País em que também o presidente era bom, quem não prestava.
16. Gosto da conversa grande e do trabalho com a **história**. Uma entrevista pode ser uma verdadeira aula, e também uma biografia espiritual
17. o pivô de tudo, quem teve mais culpa na **história**. A minha responsabilidade é porque eu tirei a vida dele. JC -
18. vimos índices de inadimplência altíssimos, nunca verificados na **história** do Brasil. O próprio comércio se encarregou de baixar os índices e ao
19. de cinco, seis ou oito por cento. Essa **história** de dizerem que ele pertenceu ao PDS é uma argumento inconsistente. Se ele
20. divergência interna, mas não vou questionar. Há uma **história** de um cidadão que andava atrás de saber a verdade e ficou sabendo que
21. um organismo policial só, com características civis. Essa **história** de Polícia ter uma função militar ainda é um resquício do período autoritário em
22. financiamento da reforma? Diolinda - O governo inventa muita **história**. Não adianta você querer vender a Vale pra dizer que vai fazer reforma
23. Não podemos, portanto, pensar só numa parte da **história**, mas nas duas partes conjuntamente. Isso tudo está muito ligado ao sistema
24. não tinha como usar a droga. OP - Nessa **história** você se sente herói ou bandido? JAF - Me sinto uma vítima e
25. mas o fato só foi retomado hoje por conta da **história** da máfia (" CPI da Máfia da Aposentadoria "). O doutor
26. vizinho estava recebendo bem mais que ele. E a **história** começou assim. OP - E quanto aos seus sócios, os advogados Jeovan
27. eu tinha pago pela documento. OP - Mas essa **história** toda não surgiu apenas pela incompreensão ou falta de conhecimento dos aposentados.. CL
28. do procedimento legal. Não vou me conformar com essa **história**. Tenho certeza que o Conselho Federal, que não está envolvido, vai
29. que ser repensado. Nos estamos num momento fascinantes da **história**. OP - Diante deste quadro, podemos caminhar para um conflito econômico mundial?
30. em certo tipo de ideologia dominante. Mas, em **História**, não há fatalismo. Há possibilidade e falta de possibilidade.
31. de cima para baixo. Basta dar uma olhadela na **História** para perceber que ela está repleta de desrespeito pela educação. Não é possível
32. O Governo Federal também tem " dedo " nessa **história**? JRJ - Eu acho que o Governo Federal deixou as coisas acontecerem.
33. uns quatro. OP - O MST sai desgastado dessa **história**? JRJ - Não, ele sai fortalecido. Na medida em que você
34. editorial da nossa revista, tem um passado e uma **história** de luta de compromisso com a democracia, não dá para de repente se
35. vocação e festa. Não me venham com essa **história** de mercado. Estado - Você faz parte de uma geração de artistas e
36. cabia em um romance. Imaginei, então, uma **história** que relatasse todo um ano na vida desse menino, um ano-chave na fronteira
37. Clarice Lispector que li em um jornal. É a **história** de uma menina que está sentada no meio-fio, passa um cachorro e eles
38. ali ele me indicava um caminho. Quis escrever uma **história** sem as complicações do mundo moderno, sem as ansiedades, as correrias que

39. publicada no ano passado. Amor? é a **história** de um triângulo amoroso, narrada na perspectiva do homem. Está escrito na
40. estava estudando Webern e achei que iria se repetir a **história** de quando morava em Vincennes e fizeram um abaixo-assinado para me tirar do prédio
41. fizeram um abaixo-assinado para me tirar do prédio. Essa **história** é engraçada: o zelador usou como argumento o fato de eu tocar a
42. que queria ver o filme inteiro. Bem, a **história** é que Friedkin só tinha direito a usar 14 minutos de música minha e
43. as virtudes da esquerda repetiram-se em todas as fases da **História** que vivi. Há um outro fator que não tem sido, a meu
44. uma política de alianças, sem o que, a **História** já provou não só no Brasil, não é possível dividir as forças dominantes
45. Moliere, em quase todas as peças, repete a **história** do pai que quer casar a filha com alguém que ela não quer,
46. Maria Alice -..ameaçado de extinção desde a pré-**história**. Rosset - O ornitorrinco é mamífero e bota ovo, tem bico de
47. os fiéis a boicotar Teledeum. Estado - Apesar da **história** de sucesso do Ornitorrinco, que levou 500 mil pessoas para ver Ubu
48. das grandes influências do grupo. Onde fica Meyerhold nessa **história**? Rosset - Gosto muito do Savary, mas o circo no teatro não
49. e materializou a subida de preços. No meio desta **história** veio a Ásia, Tailândia, Filipinas. Mas não acho que este início
50. do país. Na Itália não existem as diversidades de **história**, língua e etnia que sempre acompanham a secessão de um país.

A respeito dessa compilação, não analisaremos cada enunciado isoladamente, visto que nosso objetivo, no momento, é fazer uma breve reflexão sobre aspectos quantitativos relacionados à frequência com que certas informações integram as formações nominais. Sobre o nome *ordem*, as informações são: agente (quem dá ordem), paciente (quem recebe ordem) e tema (teor da ordem). No grupo de enunciados apresentado, de um total de 50 ocorrências, 8 delas englobam tais informações, ainda que estejam implícitas. Por exemplo, na ocorrência 26 (“É esta condição que impede o soldado de recusar uma ordem”), está subentendido que a ordem parte de uma hierarquia superior, e o seu teor é genérico (o soldado é impedido de recusar ordens de modo geral). Sobre o nome *história*, a informação buscada é o tema (a história de algo ou de alguém). Do total de 50 dados, notamos que 12 englobam essa informação. Nos demais, o nome aparece com outra acepção.

Tais considerações apontam para a conclusão de que, apesar de algumas informações serem vinculadas a certos nomes, não é correto afirmar que elas são por eles exigidas, haja vista que fazem parte de pequena porcentagem dos dados, nos dois casos. De fato, é de alguma forma previsível que o nome *ordem* se combine com uma informação introduzida pela preposição “a” (ex.: ordem **ao** policial/**à** criança/**ao** funcionário) e, por comparação, o nome *história* possa vir acompanhado de informação introduzida pela preposição “de”, como em história **da** arte/**da** dança/**da** MPB. Mas a seleção dessas informações deve ser atribuída à enunciação, ou seja, são as

possibilidades do dizer que organizam os sentidos em torno das palavras, que, por sua vez, guardam uma memória dessas possibilidades. Segundo nossa proposta, há uma pertinência enunciativa que, ao agregar noções, convoca as palavras a expressá-las. Retomando o conceito de *pertinência enunciativa*, apresentado no capítulo 3, afirmamos que se trata do apontamento de sentidos emergentes das tramas sociais, que se configuram à medida que constituem acontecimentos, de modo a gerarem efeitos de pertencimento. Para melhor explicarmos esse conceito, diremos que, no primeiro exemplo, há uma noção formada historicamente, sintetizada pela fórmula “alguém determina algo a alguém”, que tende a ser expressa pelo substantivo *ordem*. Essa noção é, portanto, enunciativamente pertinente a ele. No segundo exemplo, diremos que existe uma noção, sintetizada pela fórmula “há um conjunto de fatos que podem ser ditos sobre algo”, que tende a ser expressa pelo substantivo *história*. Essa noção é enunciativamente pertinente a ele.

A pertinência enunciativa é identificada através da memória de enunciações que abrange um nome, como pode observado, nesses dois exemplos, pela amostra dos cinquenta enunciados que contêm cada um deles. Já argumentamos, anteriormente, em favor da tese de que os referenciais se manifestam por meio de adjetivos, num grau maior ou menor de dependência. Em relação ao nome *história*, na FN “história antiga”, o adjetivo *antiga* introduz um referencial que perspectiva o substantivo em relação à época do surgimento das primeiras civilizações. Contudo, poderiam ser outros os referenciais, como “história da arte”, “história moderna”, “história do pai”. A tendência peculiar a esse nome de ser perspectivado por um referencial específico (história de/sobre algo) é determinada pela pertinência enunciativa.

4.5 Síntese da análise: o *continuum* das relações de (in)dependência entre substantivo e adjetivo

A fim de sistematizarmos a análise da articulação do adjetivo nas formações nominais, reunimos em um *continuum* os principais dados discutidos até então, no capítulo 2 e neste capítulo, juntamente com outros dados complementares, reafirmando a premissa de que a sintaxe do adjetivo está em função da construção do referencial do substantivo. No *continuum*, pode ser observada uma gradação da (in)dependência entre essas duas

categorias de palavras, o que se explica por fatores de natureza histórica e por fatores relacionados à situação comunicativa de cada enunciação. Os dados são apresentados em ordem crescente de articulação do adjetivo.

Continuum das relações de (in)dependência entre substantivo e adjetivo

- (1) Esses cobradores são muito mal educados. Outro dia um trocador **negro** ficou irritado porque paguei com uma nota de 50.
- (2) A menina foi sequestrada por um homem **negro** que a surpreendeu perto de sua casa.
- (3) Meu primo **lindo, de apenas 16 anos**, que se encontra internado no Instituto Biocor, lutando contra um linfoma extremamente agressivo, precisa de doações e continuará precisando por algum tempo.
- (5) Senhora presidente **afastada** Dilma Rousseff, eu gostaria de discutir com Vossa Excelência assuntos importantes.
- (5) O **célebre** Zavatta está de volta.
- (6) (...) Prova disso é uma **curiosa** lei de 1760, que proíbia...
- (7) Andei ontem pela **bela** Paris.
- (8) Professor **petista** da UNB propõe decapitação de Dória e ACM Neto e gera protesto.
- (9) Comprei uma casa **de praia**.
- (10) O leão **da pedra** foi caçado.
- (11) Os livros **em cima da mesa** deverão ser colocados na estante.
- (12) O presidente da república **afastado** continua recebendo seu salário.
- (13) Esta casa tem uma função **prática**, seguindo o conceito de conforto e aconchego.
- (14) Conheça os novos nomes da música **negra** internacional.
- (15) O homem **negro** brasileiro ainda enfrenta muitos problemas no mercado de trabalho.
- (16) Nunca fui a uma casa **de praia**.
- (17) Conheça um pouco da história da música **negra** no Brasil.
- (18) Safo em Sodoma: a escrita **feminina** de Judith Teixeira em “Tempos de Orpheu”.
- (19) O leão **de pedra** foi levado à exposição. Ele foi transportado sob cuidados especiais.
- (20) A Paris **de minha infância** não existe mais.
- (21) O homem que conseguiu a suprema conquista de realizar um plano **de saúde** e educação.
- (22) O conquistador que emprega artes, indústrias e recursos **humanos** não excede a esfera da humanidade.
- (23) Tenho um amigo **célebre**.
- (24) O grande desafio do modo **petista** de governar é visualizar as novas demandas históricas.
- (25) A empresa está contratando novos profissionais para o departamento de recursos **humanos**.
- (26) Meu sogro teve seu plano **de saúde** elevado de R\$ 452,40 para R\$ 809, 84.
- (27) A semântica **da enunciação** se interessa por aspectos discursivos da linguagem.
- (28) A gramática **descritiva** analisa um conjunto de regras que são seguidas, considerando as variações linguísticas.
- (29) Tivemos uma aula sobre a história **de Ouro Preto**.
- (30) A atração **do ferro pelo ímã** é igual à atração do ímã pelo ferro.

Os enunciados (1) e (2) contêm um adjetivo (negro) que não acrescenta informação relevante ao referencial dos nomes aos quais se vincula. A razão é que abordam, de forma indefinida, respectivamente, “cobradores” e “homem”, sem que o referencial étnico tenha destaque, a não ser para exprimir racismo. Por isso, o apagamento desse adjetivo não comprometeria a significação dos dois enunciados. O mesmo se pode afirmar a propósito de (3), em que o adjetivo “lindo”, a despeito de sua carga afetiva, é dispensável à construção do referencial de “primo” no sentido de ser uma pessoa que necessita de doações, uma vez que indivíduos considerados belos ou não belos são igualmente dignos de receberem ajuda. Por sua vez, o convergente adjetival “de 16 anos” confere ao enunciado um caráter de comoção, ao sugerir que o problema de saúde

abordado é menos provável de acontecer com uma pessoa tão jovem. Mas esse convergente funciona como um suporte secundário para o referencial de “primo”, se comparado com o do seguinte enunciado, em que o referencial “idade” tem maior destaque: “Sou mais amigo do meu primo de 16 anos do que do meu primo de 20”. Não é à toa que, devido a uma menor articulação, “de 16 anos” aparece entre vírgulas em (3). De (1) a (3), consideramos, pois, que os referenciais introduzidos pelos adjetivos “negro” e “lindo” produzem um desvio temático relacionado aos objetos de discurso representados pelos substantivos.

Em (4), o adjetivo “afastada” também tem uma carga argumentativa, no tocante à defesa de um ponto de vista contrário à presidenta Dilma Rousseff, porém não acrescenta informação essencial ao enunciado, visto que está implícito na situação comunicativa que deu origem a ele. Funciona, mais ou menos, como o adjetivo explicativo “brilhante” em “Fiquei a contemplar a brilhante estrela”. Os adjetivos “célebre”, “curiosa”, “bela” e “petista”, de (5) a (8), diferem-se do adjetivo “afastada” quanto ao fato de introduzirem ao enunciado sentidos que não estão implícitos, mas se assemelham a ele no que se refere à carga argumentativa que associam ao referencial do substantivo, sem, contudo, criarem com ele uma relação de dependência, mas de incidência. Por dependência, compreendemos a relação de sentido necessária que o substantivo mantém com o adjetivo, sem o qual carece de autonomia referencial. Por incidência, compreendemos o efeito de agregação de sentido, pelo adjetivo, a um objeto de discurso que já tem, no enunciado, autonomia referencial. Já os convergentes adjetivais “de praia”, “da pedra” e “em cima da mesa” não propriamente incidem sobre os referenciais respectivos de “casa”, “leão” e “livros”, mas criam um efeito de distinção (certo tipo de casa, e não outro; leão da pedra, e não o que está em outro lugar; livros que estão em cima da mesa, e não em outro lugar). Os dois últimos (“da pedra” e “em cima da mesa”), particularmente, estão mais relacionados à instância da atualidade da enunciação, para efeito de localização, e não afetam, por isso, a significação dos nomes do ponto de vista de sua memória. Vemos, assim, que, no fio do discurso, esses referenciais não precisam ser recuperados: “O leão da pedra foi caçado. **Ele** não resistiu aos ferimentos”; “Os livros em cima da mesa deverão ser colocados na estante. Comprei-os em promoção. O fato de o leão estar na pedra não o afeta quanto a “não resistir aos ferimentos”; não resiste tão somente frente à sua condição animal. Da mesma forma, dizer que os livros foram comprados em promoção não tem a ver com o fato de eles estarem em cima da mesa. Por contraste, comparemos (10) com (19): um

leão da pedra é apenas um leão, mas o convergente adjetival “de pedra”, em leão de pedra, reorienta a significação de “leão”, de modo que o referencial do nome cria uma relação de dependência com o referencial do convergente adjetival. Retomemos, ainda, o enunciado “(9) Comprei uma casa de praia”. A articulação do convergente “de praia” pode variar de acordo com a situação comunicativa. Comparemos duas situações hipotéticas: “Vendi minha casa da roça e comprei uma casa de praia”; “O que você fez com o dinheiro que ganhou na loteria? – Comprei uma casa de praia para passar as férias com a família”. Na primeira, os referenciais que distinguem duas casas recebem destaque, ao passo que, na segunda, o referencial de casa parece ter um caráter mais optativo, o que constatamos por meio das seguintes paráfrases, uma delas com o apagamento do convergente e a outra com o convergente separado por vírgulas:

(31) ? Vendi minha casa da roça e comprei uma casa.

(32) ? Vendi minha casa da roça e comprei uma casa, de praia.

(33) O que você fez com o dinheiro que ganhou na loteria? – Comprei uma casa para passar as férias com a família.

(34) O que você fez com o dinheiro que ganhou na loteria? – Comprei uma casa, de praia, para passar as férias com a família.

Em (10) e (11), consideramos, portanto, que os referenciais introduzidos pelos adjetivos delimitam, na instância da atualidade, os referenciais dos substantivos, funcionando como localizadores circunstanciais.

Por sua vez, os adjetivos dos enunciados a partir de (12) introduzem referenciais amalgamados aos referenciais dos substantivos, em vista da necessidade de promoverem um recorte mais bem delimitado do objeto de discurso. Vejamos o exemplo de (15): O homem **negro** brasileiro ainda enfrenta muitos problemas no mercado de trabalho. Nesse enunciado, o referencial étnico tem nítido destaque, pois está em jogo uma reflexão sobre racismo, de sorte que o apagamento desse adjetivo tornaria o enunciado incoerente: (?) O homem brasileiro ainda enfrenta muitos problemas no mercado de trabalho. Afirmar que o “homem negro” enfrenta problemas não equivale a afirmar que o “homem” enfrenta problemas. Façamos um contraste de (15) com (17) e (18), ainda considerando o apagamento: (17) Conheça um pouco da história da música no Brasil; (18) Safo em Sodoma: a escrita de Judith Teixeira em “Tempos de Orpheu”. Em uma interpretação precipitada, poder-se-ia afirmar que o apagamento de “negra”, em (17), não tornaria o enunciado incoerente, uma vez que a história da música no Brasil pode incluir a história da música negra. Em (18), poder-se-

ia apagar o adjetivo “feminina”, alegando-se, precipitadamente, que é um adjetivo redundante, porque o enunciado já está tratando de uma escritora feminina (Judith Teixeira). Mas os sentidos são bem mais complexos. Nesses dois casos, o universo da alteridade é o grande foco. Trata-se de enunciados sustentados, respectivamente, por um referencial da cultura negra e por um referencial da teoria literária, que formulou o conceito de escrita feminina⁵⁰. Nesses dois casos, o referencial deve ser interpretado em uma conjuntura histórica mais ampla que a do enunciado que o evoca. O primeiro visa promover ações afirmativas em nome do combate ao racismo e do resgate dos valores da cultura negra, enquanto o segundo visa dar destaque a um viés feminino de literatura, muitas vezes preterido à produção literária masculina.

Alguns referenciais são historicamente mais consolidados que outros. Quanto às formações nominais “recursos humanos” e “plano de saúde”, de (21) e (22) e (25) (26), a elas passaram a se vincular novos referenciais do ramo empresarial, com uma gama complexa de sentidos particulares. Conforme já analisamos anteriormente neste capítulo, por meio de testes de paráfrase, as referidas formações nominais se tornaram mais articuladas a partir da emergência dos novos referenciais, o que ocasionou maior grau de dependência entre substantivo e adjetivo. Nos enunciados (27) e (28), também são bem delimitados os referenciais que sustentam os nomes “semântica” e “gramática”, os quais emergiram na historicidade dos estudos linguísticos e suscitaram perspectivas teóricas que se contrapõem a outras.

Por fim, os enunciados (29) e (30) contêm convergentes adjetivais que inserem os nomes “história” e “atração” em referenciais parcialmente previstos na memória de usos desses nomes. Devemos notar, a respeito deles, que, por uma relação de pertinência com outros enunciados, há uma tendência mais ou menos regular, porém não obrigatória, de que apareçam especificados por certos referenciais, conforme está explicitado a seguir:

⁵⁰ Eis um breve comentário sobre o conceito: “(...) quando me refiro à escrita feminina, não entendo feminina como sinônimo de relativo às mulheres, no sentido que a autoria de textos que revelam esse tipo de escrita só possa ser atribuída às mulheres. Fica claro, portanto, que a leitura sexualizante do termo feminino é restritiva, é redutora. Entretanto, tenho consciência de que, ao escolher o adjetivo feminino para caracterizar certa modalidade de escrita, estou admitindo algo de *relativo às mulheres* ocorrendo por aí, embora esse *relativo às mulheres* não deva ser entendido como produzido por *mulheres*.” (CASTELLO BRANCO, 1991, p. 12)

história de _____
Ouro Preto
Getúlio Vargas
Minas Gerais
João e Maria

atração de _____ por _____
dos elétrons pelo núcleo atômico
da Lua pela Terra
Antônio por Júlia
da plateia pelo comediante

Não obstante essa regularidade, os enunciados a seguir exemplificam a não obrigatoriedade de ocorrência dos referenciais:

- (31) Vou lhe contar uma **história** que ouvi ontem.
(32) Não havia nenhuma **atração** nova naquele festival.

A pertinência enunciativa, porém, não é exclusiva de um grupo restrito de palavras, embora em algumas delas se manifeste com maior nitidez. Pelo cruzamento das instâncias da memória e da atualidade, as palavras, expostas ao dizível, guardam todas elas relações de pertinência com os enunciados de que participam, as quais produzem direcionamentos de sentido e delimitam informações que tendem a ocorrer junto com elas, de modo mais ou menos frequente. Dos dados que apresentamos, citemos, a seguir, duas possibilidades para os substantivos “livro” e “casa”, para os quais pode ser explicitada a informação do tema (livro sobre algum assunto) e a informação da posse (casa de alguém):

livro de _____
matemática
linguística
filosofia
economia

casa de _____
Pedro
nossa família
do governo
da igreja

Tais informações, no entanto, assim como as demais que determinam o substantivo, mantêm maior ou menor dependência com ele em função da proeminência que o referencial introduzido por elas tem no enunciado. Para exemplificarmos, selecionamos,

no *Corpus do Português*, por amostra, as vinte primeiras ocorrências do substantivo “casa”:

Figura 9
Enunciados retirados do corpus

C	de um fato engraçado. Eu sempre passava minhas férias em Vera Cruz, na casa de meus tios e eles tinham vergonha de falar que eu era jogad
C	muito isso. Embora estava em Bauru, por várias vezes abriguei atletas em minha casa , enquanto nós esperávamos para ver o que o novo pref
C	, porque gosto muito do que faço. JC - O seu ateliê fica em casa e suas filhas cresceram com a arte. Elas seguem o seu trabalho? Lairana
C	autor. A Mommy Let' s incendiou o público, repetindo " Fogo na Casa do Zé ", que no ano passado conquistou o terceiro lugar na etapa Bauru
C	esquema, quando lá fora, caras que têm mega-orçamentos como Prodigy, gravam em casa , porque a tecnologia vai se sofisticando e ficando c
C	resolvemos juntar a nossa idéia com outros produtores legais em São Paulo que gravam em casa , com equipamentos ultra-sofisticados, e que
C	com a Nação Zumbi. Eu sabia que ele tinha um estúdio muito legal em casa , trazido de Los Angeles. E o Edu K, que já vinha fazendo
C	partir da quarta-feira. É bom lembrar que quem compra aos domingos não leva para casa apenas alimentos. Compra roupas, brinquedos, utili
C	. Há o turismo católico, pouco explorado aqui e muito rico; o da Casa da Cultura, os pontos históricos e o Bairro do Recife. JC - No
C	Mas não existe, nem existirá perseguições. São como filhos que estão voltando para casa . JC - Mas alguns postos de chefias estão sendo substi
C	Os prêmios serão de quanto? Suzana - Cada premiado leva R\$ 5 mil para casa , que é uma ajuda interessante. JC - Existem outras pessoas, ness
C	escrevi em O jogo (diário esportivo) e repeti no Sabiá (jornal da Casa do Brasil de Lisboa) é exatamente o que penso sobre a atitude desses doi
C	, as minhas freqüentes idas ao Brasil, a passagem contínua de brasileiros aqui em casa , e a informação, se se quiser, diária, através da Internet
C	pegar uma hipoteca primária, que vão comprar dum banco que tenha financiado a casa própria e emitir certificados para serem lançados no r
C	- Aí a modificação foi também radical. Transformamos um pequeno grupo de técnicos da casa que planejava e entregavam os projetos à políci
C	? Lima - Com muita tranqüilidade. Neste governo, eu fui secretário chefe da Casa Militar por 14 meses e quando fui reconvocato, recebi uma r
C	a atenção que um governo dá à cultura até a orientação que se tem em casa e na escola. Hoje sinto apenas aumentado o prazer de ter um dia
C	o que ninguém tivesse perguntado antes. Fiquei meia hora com o fotógrafo rondando a casa dele . A mulher dele não queria que ele desse a
C	de usar uma tática de não fazê-las na redação do jornal, prefiro ir à casa do entrevistado , para captar a alma dele, entrar na intimidade. JC -
C	eu completar 16 anos. Não foi uma época muito boa pra mim. Minha casa era um Vietna. Meus pais brigavam muito. Eu sempre digo que os o

Das vinte ocorrências, em pelos menos sete, conforme está sinalizado nos trechos dos enunciados, ocorre a informação da posse (**casa de meus tios**; **minha casa**; **casa do Zé** etc.). Nesse sentido, a propósito do substantivo “casa”, há uma pertinência enunciativa, atrelada à memória dos enunciados em que a palavra é empregada, segundo a qual a ideia de “posse” tem alguma relevância. Isso não significa, porém, que tal informação seja necessariamente convocada a completar o sentido da palavra, segundo sugerem, por exemplo, as abordagens tradicionais que preveem uma estrutura argumental para os nomes — assim como o fazem para os verbos — que sature os sentidos da palavra. Trata-se, antes de tudo, da proeminência que o referencial do determinante tem na ocorrência em questão. Comparemos mais estes dois enunciados:

(33) Fui à casa **de Pedro** ontem.

(34) Aquela casa ali da esquina, **do meu vizinho mais antigo**, será tombada pelo Patrimônio Histórico.

Em (33), o referencial de posse parece ter uma proeminência muito maior do que em (34), haja vista a possibilidade de intercalação do convergente “do meu vizinho mais

antigo” com vírgulas ou mesmo o seu apagamento. Ademais, é oportuno ponderar que o referencial muitas vezes não precisa estar materializado linguisticamente para ser interpretado, o que é notável neste dado coletado do *Corpus do Português*:

(35) É bom lembrar que quem compra aos domingos não leva para **casa** apenas alimentos.

Nele, a ideia de posse da casa, implicitamente pressuposta, é atrelada à pessoa que compra aos domingos: “é bom lembrar que quem compra aos domingos não leva para (sua) casa apenas alimentos”.

Ainda utilizando dados do referido *corpus*, selecionamos, também por amostra, dez ocorrências de quatro substantivos (“autoridade”, “pai”, “máquina” e “conserto”), a fim de discutir a pertinência enunciativa de cada um deles. Eis os enunciados:

(36) Lembrou-lhes que a Guarda Católica, com seiscentos homens comandados por Antônio Calixto, tinha **autoridade** sobre o povo.

(37) Foi assim que Acácio ganhou um irmão deputado federal, ao mesmo tempo que ganhava **autoridade** em toda a ilha.

(38) Não reconheço no Caetano **autoridade** nenhuma para julgar literatura, nem mesmo os meus artigos.

(39) Eu não tenho **autoridade** para dizer o que houve sem a conclusão do processo.

(40) Não quero falar do catolicismo porque eu acho que não tenho **autoridade** para isso

(41) Então, o senhor admite que forneceu à **autoridade** uma lista de implicados na trama subversiva da ordem estabelecida?

(42) Por isso, ao ouvir o colega falar com tanta **autoridade** e propriedade nas espécies animais ante-diluvianas, o brigadeiro Meira Pinto interrompeu sarcástico

(43) Madame quis ouvir a sua opinião de **autoridade** em assuntos do grande mundo.

(44) Just tornou-se uma **autoridade** em embriologia de animais marinhos.

(45) Marizac era uma tão suprema **autoridade** sobre a roupa íntima das duquesas.

Sobre o substantivo “autoridade”, de (36) a (45), notamos que tem pertinência enunciativa a informação de um domínio sobre o qual a autoridade atua (sobre o povo; para julgar literatura; para dizer o que houve; sobre catolicismo; em assuntos do grande mundo; em embriologia; sobre roupas íntimas). Em (41) e (42), por outro lado, essa informação não faz parte dos enunciados. No primeiro, a palavra tem sentido mais concreto, por se referir a uma pessoa. No segundo, tem a acepção de “credibilidade”.

(46) Meu **pai** apoiava muito, porque ele sempre gostou de esporte.

(47) Oppenheimer, o **pai** da bomba atômica, dizia que, ao criá-la, a ciência conheceu o pecado.

(48) Getúlio é o **pai** do capitalismo. Minha mãe dizia que Getúlio era o pai dos pobres.

(49) Afinal, já era casado e **pai** de dois filhos.

(50) Kafka uma vez ia na rua - e encontrou um **pai** dum amigo dele.

(51) Ela levou o **pai** a deixar de beber o sentimento de culpa.

(52) Porque vai fazer um determinado curso porque o **pai** quer.

(53) O **pai** correto não deixava o filho ir no fliperama.

(54) Duvido que um **pai** goste mais dum filho que de outro.

(55) Não quis ser **pai**. Não mereço a honra de testemunhar um batismo.

O substantivo “pai”, de (46) a (55), é, na maior parte dos usos, empregado num sentido relacional: ser pai de alguém ou de algo (meu pai; pai da bomba atômica, pai do capitalismo etc.). Essa informação tende, portanto, em razão de sua pertinência, a fazer parte dos enunciados, e às vezes nem é necessário que esteja explícita para ser interpretada, como acontece em (51): Ela levou (**seu**) pai a deixar de beber o sentimento de culpa. Em (55), porém, essa relação não é explicitada, pois se trata de um sentido genérico de “pai”; daí a ausência do determinante. Já em (53), além do sentido relacional, o adjetivo “correto” acrescenta um novo referencial a “pai”, para efeito de distinção (pais corretos não deixavam os filhos irem ao fliperama, ao passo que os relapsos deixavam).

- (56) Quero enxugar a **máquina**, mas não no sentido de demitir ninguém, mas de tirar privilégios.
- (57) Mesmo porque a chamada **máquina** eletrônica dispensa a mão humana, tanto para votar, quanto para apurar.
- (58) O computador não passa duma **máquina** de escrever refinada.
- (59) Os selvagens por exemplo têm pavor de **máquina** fotográfica.
- (60) Fomos à cozinha e pedi a Ricardina que apanhasse a **máquina** de moer carne.
- (61) Um homem com **máquina** de filmar ia na frente, andava de costas focalizando a câmera sobre a moça.
- (62) Meu irmão viu essa **máquina** andando no Rio de Janeiro. Diz que tem a velocidade do vento.
- (63) O Alfredo parecia uma **máquina**: levantava-se, deitava-se, comia, palitava os dentes, saía, voltava.
- (64) Qualquer que seja o valor duma **máquina** no capitalismo, ele pagará integralmente esse valor.
- (65) Santos-Dumont põe em funcionamento a primeira **máquina** voadora autopropulsionada e mais pesada que o ar.

O substantivo “máquina”, de (56) a (65), tem sentidos distintos. Em um desses sentidos, é enunciativamente pertinente a informação da função da máquina (escrever, fotografar, moer carne, filmar). Já em outros, essa informação não aparece, como em (57) e em (62).

- (66) O velho não dava sola, não tinha nada para o **conserto** da carruagem.
- (67) Necessitava de verba para o **conserto** do turbulo e de outras coisas mais.
- (68) Servicinho de **conserto** no carro. - Servicinho? O bicho está caindo de podre.
- (69) O único que conhece bem as engrenagens é o cabo de máquinas, responsável pelo **conserto** da cabine.
- (70) Eu também estou lhe devendo o **conserto** deste par de botinas.
- (71) Se a filha não quisesse ter **conserto**, adeus!
- (72) O secador do cabelo não tem **conserto**.
- (73) E não tou descontente de lhe pagar o **conserto** do carro.
- (74) Trabalhou em São Paulo no **conserto** de pontes e estradas.
- (75) Voltei à concessionária e um problema de homocinéticas foi detectado. Antes de liberar o **conserto** fiz pesquisa de mercado.

Por último, em relação ao substantivo “conserto”, é pertinente a informação daquilo que é consertado (carruagem, turbulo, carro, cabine, par de botinas, filha, secador, pontes e

estradas). Neste caso em especial, são menos frequentes os enunciados em que essa informação não é levada em conta, como aqueles de sentido genérico: “Não entendo nada de consertos”. Mas, em todos os enunciados de (66) a (75), ela está presente, ainda que implicitamente, como em “(75) Voltei à concessionária e um problema de homocinética foi detectado”. Antes de liberar o conserto **(do carro)** fiz pesquisa de mercado.

Por tudo isso, somos levados a concluir que:

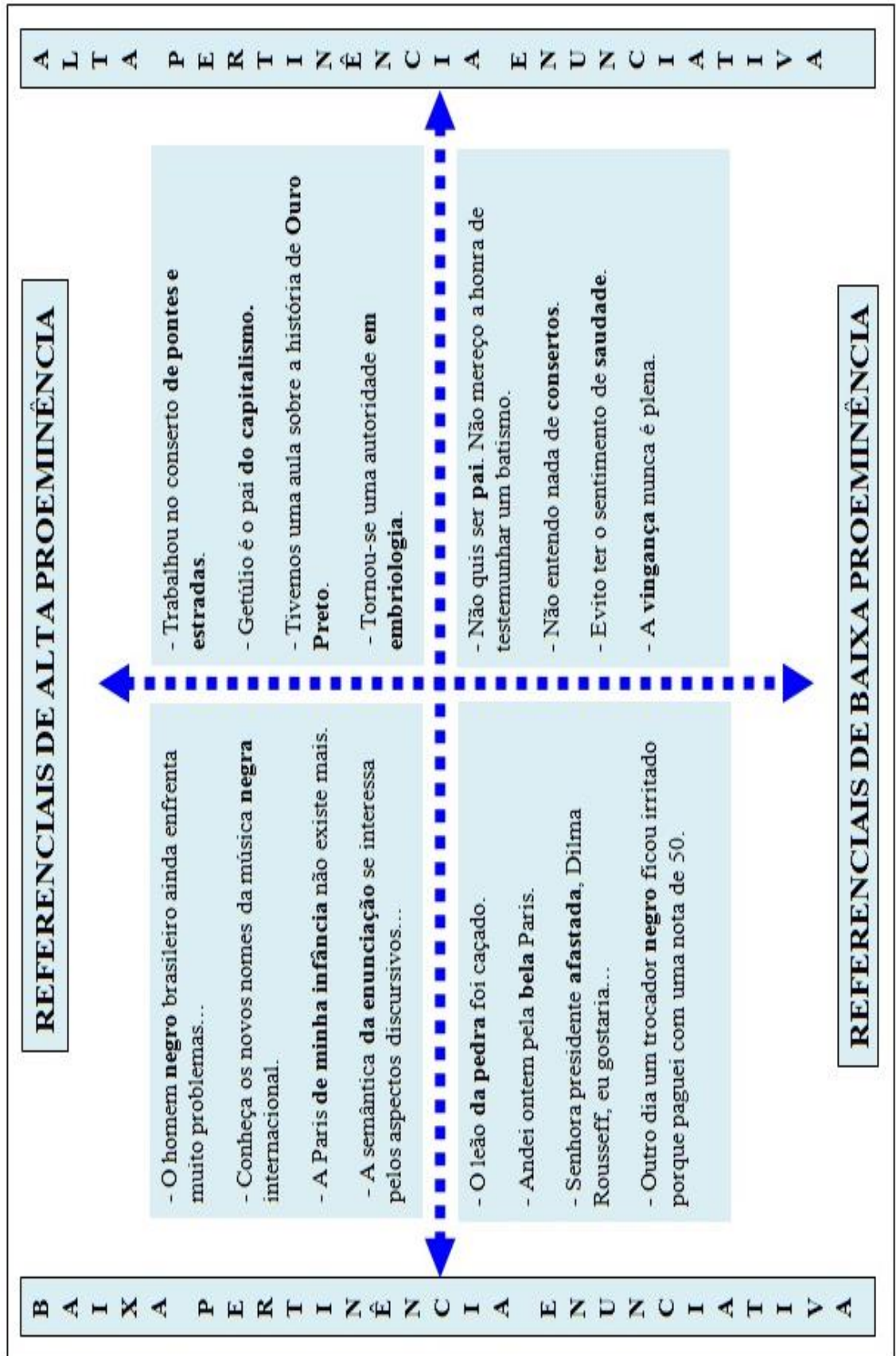
1) a determinação do substantivo pelo adjetivo e pelos convergentes adjetivais nas formações nominais produz efeitos de perspectivação do substantivo segundo referenciais, alguns dos quais podem ser mais proeminentes do que outros;

2) os referenciais vinculados a adjetivos e a convergentes adjetivais podem ter maior ou menor pertinência enunciativa.

O esquema a seguir, também em *continuum*, sintetiza tais ideias.

Figura 10

Continuum da articulação do adjetivo nas formações nominais



4.6 O adjetivo e os lugares sintáticos da determinação nominal

Diante da abordagem que fizemos sobre a articulação do adjetivo nas formações nominais, resta uma reflexão final a propósito do estatuto categorial, no plano da sintaxe, dos determinantes do substantivo (adjetivos e convergentes adjetivais). De antemão, retomemos as duas possibilidades de ocorrência desses determinantes, ora agregados diretamente ao substantivo, ora agregados a ele por intermédio do verbo, a exemplo dos dados que seguem:

(76) Lívia mora numa casa **antiga**.

(77) A casa de Lívia é **antiga**.

Em (76), analisa-se “antiga” como adjunto adnominal e, em (77), o mesmo adjetivo é considerado um predicativo. Na primeira sentença, o adjetivo forma uma unidade complexa com o substantivo, o que se evidencia pela possibilidade de substituição do substantivo por pronome: Lívia mora nela. O pronome substitui toda a formação nominal, na qual está incluído o adjetivo, mas isso não acontece em relação à segunda sentença: Ela é antiga. Nesta última, o pronome não inclui o adjetivo. Por conseguinte, não é difícil distinguir um adjunto de um predicativo, até porque a diferença básica entre essas duas categorias é estruturalmente marcada. Por outro lado, consagrou-se na tradição gramatical, especialmente por imposição da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), a conhecida distinção entre os tipos determinantes diretamente agregados ao substantivo, analisados ora como adjuntos adnominais, ora como complementos nominais. Essa distinção, cuja explicitação julgamos desnecessária no momento, por já estar amplamente descrita na literatura, sempre esteve apoiada em critérios frágeis e muitas vezes aleatórios, e, por essa razão, nunca encontrou respaldo nos dados efetivos da língua. O problema se resume à definição de adjunto como um determinante acessório do nome e de complemento como determinante necessário à sua significação integral. Mas, na análise de enunciados, determinantes considerados adjuntos podem ser tão necessários quanto os complementos, e é possível, contrariamente, que determinantes analisados como complementos sejam dispensáveis aos enunciados. Neste capítulo, ao organizarmos nossos dados em *continuum*, verificamos que alguns adjetivos podem incidir sobre o substantivo e outros criam com o substantivo uma relação de dependência. Porém, entre os que incidem e os que marcam uma dependência, existem variados graus de articulação, de modo que nem

sempre se torna nítida a distinção entre incidência e dependência. Destarte, seria incoerente, e também ineficaz, qualquer tentativa no sentido de reduzir as possibilidades de análise da articulação do adjetivo a categorias binárias.

É importante notar que essa dicotomia nem sempre esteve proposta, especialmente em gramáticas de outras línguas e em gramáticas de língua portuguesa anteriores à NGB, conforme registra Vianna (1983), ao fazer reflexão crítica sobre a oposição adjunto adnominal vs. complemento nominal. A autora observa, por exemplo, que, em gramáticas espanholas, italianas e francesas, “os acompanhantes do nome são chamados, de maneira geral, de complementos dos nomes” (VIANNA, 1983, p. 27). Ao fim de estudo, conclui:

Assim, em primeiro lugar – e isto não é conclusão nossa, senão pensamento de todos os autores que têm se dedicado ao assunto – é necessário que seja revista a terminologia termo acessório para o *ADJUNTO ADNOMINAL*. Grande número de exemplos nos dizem de sua importância, equiparando-se ele, portanto, ao *COMPLEMENTO NOMINAL*, termo integrante da oração. Sugeriu-se mesmo que uma outra denominação para o *ADJUNTO ADNOMINAL* desta espécie fosse adotada. Em seguida gostaríamos de discutir se não seria salutar abolir-se a distinção *ADJUNTO ADNOMINAL/COMPLEMENTO NOMINAL*, de acordo com o modelo das gramáticas espanhola, italiana e francesa e seguida por autores nossos. Simplificação em excesso, diriam os mais apaixonados apologistas da dicotomia. Seria, porém, proveitoso em termos de metodologia didática, visto que ao iniciante bastaria saber reconhecer que existem determinantes de nomes e determinantes de verbos. Seguir-se-ia um estudo gradativo, centralizado sempre em textos, dos determinantes opcionais e não-opcionais, seus valores semânticos. (VIANNA, 1983, p. 128)

Concordamos com a autora quanto à sua proposta de abolir a distinção entre adjunto adnominal e complemento nominal, sendo reservada a cada enunciado a análise da articulação do determinante nominal em função do sentido que tem nas situações de uso. Defendemos, assim, a premissa de que os determinantes do substantivo, do ponto de vista sintático, são de dois tipos: os que se ligam a ele diretamente e os que se ligam a ele por meio do verbo (predicativos). Resta, apenas, definir o melhor rótulo para os primeiros, e, para isso, poderíamos sugerir uma nomenclatura inovadora ou elencar uma das categorias já existentes, contanto que a ela seja dada uma compreensão alargada. Optamos, no momento, por esta última possibilidade, e propomos que os adjetivos e convergentes diretamente ligados aos substantivos sejam, todos eles, chamados de

adjuntos adnominais. Mas por que escolhermos o termo “adjunto adnominal”, e não “complemento nominal”?

O termo “complemento” não nos parece adequado à realidade dos fatos linguísticos, conforme já exemplificamos ao longo de nossas reflexões: palavras consideradas incompletas semanticamente podem não ser incompletas a depender do uso. Dias (2005) comenta a lição de gramáticos que se valem da noção de completude para definirem a exigência de determinantes sintáticos, a fim de que seu sentido não seja deficitário. Aborda, por exemplo, os termos “auxílio” (de algo ou de alguém), “longe” (de algum lugar) e “saudade” (de algo ou de alguém), supostamente de significação relativa, e problematiza a incompletude dessas palavras nos seguintes enunciados:

Qualquer **auxílio** vem sempre a tempo.
Devagar se vai ao **longe**.
Quanta **saudade**! (DIAS, 2005, p. 103)

Avançando em sua análise, em que trata da (in)completude tanto dos nomes quanto dos verbos, Dias discute a perspectiva da gramática de valências, segundo a qual nomes e verbos projetam lugares a serem preenchidos sintaticamente. A seguir, estão algumas considerações sobre a valência nominal:

Uma gramática de valências se constrói a partir da observação de que os itens lexicais da língua têm valor absoluto ou relativo. Os primeiros (pedra, tamanduá) são semanticamente auto-suficientes e têm necessidade nula de vinculação; os segundos (sogra, obediência) são semanticamente incompletos tendo necessariamente de ligar-se a outros para se realizarem plenamente. Uma palavra como **pedra** vale por si mesma por ter um peso semântico específico; já uma palavra como **sogra** implica outra que completa a expressão **sogra de**. Diz-se, então, que **sogra** (como **pai, filho, genro, vizinho...**) é semanticamente incompleto na medida em que contém uma casa vazia destinada a ser preenchida por outro elemento. (BORBA, 1996, p. 18, *apud* DIAS, 2005, p. 113)

A generalização feita por Borba a respeito dos valores absoluto e relativo das palavras, consideradas autossuficientes ou não, não encontra respaldo nos dados da língua. Vislumbremos duas possibilidades que corroboram a fragilidade de sua proposta: “O período neolítico foi caracterizado pela **pedra** polida”; “Não gosto de piada sobre **sogra**”. No primeiro, não é correto dizer que “pedra” tem necessidade nula de vinculação, ao passo que, no segundo, não é necessário vincular nenhum determinante a

“sogra”. Já sabemos que, no caso dos nomes, essa necessidade se deve aos referenciais que sustentam o enunciado.

Já em relação aos verbos, de acordo com a gramática de valências, um verbo como “chover” não projetaria nenhum lugar sintático (*Choveu ontem*); o verbo fazer projetaria dois lugares (A cozinheira fez o bolo), e o verbo “dar” projetaria três lugares (*João deu um presente à namorada*). A esse respeito, Dias propõe as seguintes questões:

- a) como lidar com enunciados que têm como núcleos aqueles verbos que “necessitam” de complementos, e que, no entanto, não se mostram incompletos (ex: *Quem sabe, faz*)?
- b) como lidar com enunciados que têm como núcleos aqueles verbos que projetam 0 lugares sintáticos, e que, no entanto, aparecem com sujeito e complementos (ex: *Para a alegria dos hebreus, o Senhor choveu-lhes do céu o maná*)? Para cada nuance de sentidos do verbo haveria um regime de valências diferente? (DIAS, 2005, p. 114)

Diante do exposto, o autor conclui apontando o desafio de se conceber o conceito de lugar sintático sem se colocar inteiramente afetado pelos conceitos de “necessidade” e de “complementação”, que trazem o problemático pressuposto da completude. (DIAS, 2005, p. 114). Por essa razão, optamos pela escolha do termo “adjunto adnominal” para designar todos os determinantes que, sintaticamente, se ligam diretamente ao nome, restando apenas a oposição “adjunto adnominal” vs. “predicativo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, discutimos um tema que não é novidade nos estudos linguísticos: a problemática relação entre adjetivo e substantivo. Pretendemos, face ao problema, formular um tratamento alternativo, a fim de minimizá-lo satisfatoriamente. Para essa tarefa, recorreremos ao princípio de integração entre sintaxe e semântica, corroborado pelas análises que apresentamos.

Como ponto de partida, fizemos considerações sobre a concepção da classe dos adjetivos desde a antiguidade até a contemporaneidade, mostrando as limitações conceituais que a afetam. Em nossa abordagem, que procura levar em conta, ao máximo, a efetividade dos usos linguísticos, sob o amparo de uma teoria enunciativa, produzimos um parcial deslocamento da concepção geral de “classe de palavra” — de modo a romper com a noção de que uma classe seja um conjunto de itens — e propusemos um conceito mais amplo para *adjetivo*, que, por um lado, abarca a heterogeneidade das palavras tradicionalmente analisadas como adjetivos e, por outro, inclui itens vinculados, em princípio, a outras categorias. Essa proposta, que já se encontra discretamente sugerida em gramáticas antigas e modernas, implica, por exemplo, uma reanálise de itens como “meu” e “nosso”, que deixariam de ser vistos como “pronomes adjetivos”, para serem vistos como “adjetivos pronominais”. Da mesma forma, pronomes demonstrativos seriam apenas aqueles que, num enunciado, substituem uma formação nominal, como na frase

*“O velho, o índio e o negro são discriminados por motivos diversos: **aquele**, por ser improdutivo para a sociedade de consumo; **esse**, por ser considerado atrasado e preguiçoso; **este**, por não se ter libertado, ainda, do estigma da escravidão”.*

Já em “Aquele abraço”, “aquele”, que, em vez de substituir o nome, determina-o, é analisado como adjetivo. Segundo a perspectiva que estamos adotando, “aquele” não pertence a uma classe ou a outra, mas, por uma regularidade de memória de usos, vincula-se ora à classe pronominal, ora à classe adjetival, sendo a noção de “vínculo” menos categórica do que a de “pertencimento”. Resta-nos, em trabalho futuro, fazer uma explicitação detalhada das implicações que o conceito amplo de adjetivo acarreta na classificação tradicional das palavras.

Estabelecido, portanto, o conceito de adjetivo como sendo a palavra que explicita uma particularidade de sentido relacionada ao substantivo, é somente no

enunciado que tal particularidade ganha consistência, muitas vezes com o auxílio da noção de *discursividade*, por meio da qual se compreende que os sentidos são atravessados por determinações de ordem histórica complexa, como as que se verificam nas formações nominais “consciência negra”, “orçamento participativo” e “outubro rosa”, discutidas no capítulo 4.

No que diz respeito à articulação do adjetivo, defendemos o princípio de que a relação de maior ou menor dependência entre substantivo e adjetivo está em função da proeminência que o referencial introduzido pelo adjetivo tem no enunciado, o que é visível nestes dois diálogos a seguir, hipotéticos: “(1) – Quem é seu amigo célebre? – Meu amigo célebre é Caetano Veloso”; (2) – Com quem você conversou ontem? – Conversei ontem com meu amigo célebre Caetano Veloso”. No primeiro diálogo, o referencial “celebridade” tem muito mais destaque do que no segundo. Para testarmos sua proeminência, poderíamos tentar isolar o adjetivo com vírgulas, e esse isolamento seria mais aceitável no segundo diálogo do que no primeiro: “(?) Meu amigo, célebre, é Caetano Veloso”; “Conversei ontem com meu amigo, célebre, Caetano Veloso”. Vejamos mais dois diálogos hipotéticos, desta vez com o adjetivo “negra”: “(3) – O que você pensa sobre Mara? – “Mara é uma mulher negra bonita”. (4) Que problema atual brasileiro você gostaria de comentar? – Gostaria de comentar a situação social da mulher negra no Brasil”. Em (3), o referencial étnico introduzido pelo adjetivo “negra”, por não ser proeminente no enunciado, pode sugerir um racismo velado, especialmente se o confrontarmos com a improvável resposta a seguir: “– Mara é uma mulher branca bonita”. Do ponto de vista enunciativo, esses exemplos motivam uma discussão sobre o efeito de delimitação atrelado ao adjetivo, de modo a marcar uma segregação ou, por outro lado, a afirmar positivamente a alteridade. Ademais, os adjetivos deixam subentendidos alguns posicionamentos: falar de um amigo célebre implica desconsiderar um não célebre; falar de uma mulher negra bonita implica desconsiderar uma mulher negra considerada feia. Mais um exemplo é o da formação nominal “mãe solteira”, que, ao delimitar categorias de “mães”, contrapondo “solteiras” a “casadas”, pode sugerir menor dignidade para as primeiras. A articulação do adjetivo no enunciado, portanto, depende diretamente de fatores históricos, analisados em uma rede complexa de sentidos.

Além do conceito de *referencial*, lidamos com o conceito de *pertinência enunciativa*, para nos referirmos aos referenciais mais ou menos regulares que perpassam por uma memória de enunciações. Peguemos como exemplo o nome

“conserto”, ao qual se vincula, num grau alto de pertinência enunciativa, dadas suas diversas ocorrências, o referencial de algo que é consertado: o conserto da ponte, o conserto do carro, o conserto da máquina. São raros os enunciados em que esse referencial não ocorre, ainda que de forma genérica, como em “Não entendo nada de concertos”. Já em relação ao substantivo “ordem”, notamos que têm razoável grau de pertinência o referencial de alguém que ordena e o de alguém que é ordenado, como nos exemplos: a ordem do chefe para o funcionário, a ordem do pai para o filho, a ordem do juiz para o réu. Porém, há outras ocorrências de “ordem” em que tais referenciais não são pertinentes: “Nosso lema deveria mesmo ser ordem e progresso”; “Os livros estão dispostos em ordem de tamanho”; “Uma medida dessa ordem só poderia dar errado”. Uma vez que não é exata nem invariavelmente necessária a presença desses referenciais no enunciado, julgamos equivocada uma proposta que estabeleça uma estrutura argumental para os nomes, definindo os determinantes que estes exigem para uma suposta completude de sentido. Pela perspectiva que adotamos, trata-se de uma necessidade do enunciado, avaliada em função da proeminência que o referencial tem nele, a despeito de maior ou menor pertinência enunciativa, de acordo com as possibilidades que organizamos em *continuum*. Uma consequência da abordagem ora apresentada é a refutação das categorias dicotômicas “adjunto adnominal” e “complemento nominal”, insuficientes, dado o seu caráter reducionista, para abarcar as variadas possibilidades de articulação entre substantivo e adjetivo. Optamos, pois, por elencar a categoria “adjunto adnominal” para se referir aos convergentes adjetivais ligados diretamente ao núcleo de uma formação nominal, haja vista que o termo “complemento” sugere uma ideia de “falta” que não é propriamente do domínio do nome.

Destarte, cremos ter dado relevante contribuição aos estudos sintáticos da língua portuguesa, bem como ao seu ensino, de modo a fugir de generalizações que não se confirmam nos dados da língua em uso. Com isso, retomamos a afirmação de Guimarães (1996, p. 32), por considerarmos que ela revela, de modo sensato, o caráter da linguagem: “a língua é um sistema de regularidades que guarda e esquece as enunciações por que passa”. Sobre os desdobramentos futuros desta pesquisa, vislumbramos a necessidade de uma descrição mais detalhada da classe dos adjetivos, como dito anteriormente, em conformidade com a proposta, que apresentamos, de ampliação dessa categoria. Vislumbramos, também, a possibilidade de um trabalho que

leve em conta os efeitos de sentido atrelados ao adjetivo com base nos pressupostos de uma teoria discursiva.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007

ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. in: ACHARD, P. et alii. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, p. 11-21, 1999.

Agência Nacional de Saúde Suplementar. Disponível em: www.ans.gov.br/aans/quem-somos/historico. Acesso em: 19/1/2017.

AGUSTINI, C. & BERTOLDO, E. A constituição de corpora em linguística da enunciação. In: SILVEIRA, E. M. (org.). **As bordas da linguagem**. Uberlândia: EDUFU, p. 121-133, 2011

Associação Brasileira de Recursos Humanos. Disponível em www.abrhbrasil.org.br/cms/. Acesso em: 21/1/2017.

AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da Língua Portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2012.

BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011

BALLY, C. **Linguistique général et linguistique française**. 4. ed. Berne: Éditions A. Francke, 1965.

BBC Brasil. “Mercado negro da internet 'oculta' sai do ar para não ser localizado”. Disponível em: www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150827_darkweb_mercado_ebc. Acesso em: 5/1/2017.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999

BORGES NETO, J. **Adjetivos: predicados extensionais e predicados intensionais**. Campinas: ed. da Unicamp, 1991.

BENVENISTE, É. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas: Pontes, 1988

BOSQUE, Ignacio. **Nueva gramática de la lengua española**. Madrid: Real Academia Española, volumen 1, 2009

CAMACHO, Roberto. **Classes de palavras na perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional: o papel da nominalização no *continuum* categorial**. São Paulo: UNESP, 2011

CASEVITZ, Michel; CHARPIN, François. A herança greco-latina. In: BAGNO, Marcos (Org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, p. 37-61, 2004

CASTELLO BRANCO, Lúcia. **O que é escrita feminina**. São Paulo: Brasiliense, 1991

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009

COLOMBAT, Bernard. L'adjectif dans la tradition latine : vers l'autonomisation d'une classe. In: **Histoire Épistémologie Langage**. Tome 14, fascicule 1, 1992.

CORPUS do Português. Disponível em www.corpusdoportugues.org/. Acesso em: 15/9/2017.

CUNHA, C. & CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001

CUNHA, Mariane et alii. **Estudo sobre a evolução da área de recursos humanos**. Disponível em: www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2007/trabalhos/sociais/inic/INICG00070_01C.pdf . Acesso em: 19/1/2017.

DALMASCHIO, L. **Predicação dirigida X predica centrada**: a (não) ocupação do lugar sintático de objeto direto na perspectiva da semântica da enunciação. Tese de Doutorado em Estudos Linguísticos - UFMG. Belo Horizonte, 2013

DELUZE, G. **Différence et répétition**. Paris: puf, 1993.

_____. **Lógica do sentido**. São Paulo: Perspectiva, 2009

DELEUZE & GUATTARI. **Mil platôs, capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo, editora 34, 1995

DIAS, L. F. **Os sentidos do idioma nacional**: as bases enunciativas do nacionalismo lingüístico no Brasil. Campinas: Pontes Editores, 1996.

_____. Problemas e desafios na constituição do campo de estudos da transitividade verbal. In: Maria Elizabeth Fonseca Saraiva; Janice Helena Chaves Marinho. (Org.). **Estudos da língua em uso**: relações inter e intra-sentenciais. Belo Horizonte (MG): Núcleo de Estudos da Língua em Uso, p. 101-122, 2005.

_____. Novas perspectivas no ensino de gramática na escola: o estatuto do exemplo em questão. In: OLIVEIRA, S. E. & SANTOS, F. J. **Mosaico de linguagens**. Campinas: Pontes, p. 43-53, 2006a.

_____. **Enunciação e gramática: o papel das condições de emprego da língua.** Letras, Santa Maria, n. 33, p. 51-67, jul./dez. 2006b.

_____. Enunciação e regularidade sintática. In: GUIMARÃES, E. R. J.; ZOPPIFONTANA, M.G. (org.). **Cadernos de Estudos Linguísticos.** Campinas: Unicamp, p.7-30, jan./jun. 2009.

_____. Os sentidos da liberdade no mundo Wiki. In: SCHONS, C.R; CAZARIN, E.A. (orgs.) **Língua, escola e mídia: entrelaçando teorias, conceitos e metodologias.** Passo Fundo: Ed. da UPF, p. 273-284, 2011.

_____. Enunciação e forma linguística. In: **Revista de Estudos da Linguagem.** Belo Horizonte, v. 21, n.1, p. 223-238, jan-jun 2013.

_____. Enunciar o inteligível. In: MARIANI, B. S.; MOREIRA, C. B. (orgs.) **O indizível, o ininteligível e o imperceptível.** Niterói: UFF, p. 123-140, 2016a

_____. Linguagem e nacionalidade no Brasil na primeira metade do século XX. In: **Polifonia,** Cuiabá, v. 22, n. 31, p. 11-31, jan-jul 2015.

_____. Sentido e enunciação: a atualidade do conceito de acontecimento na semântica In: **Estudos da Língua(gem).** Vitória da Conquista, v. 13, n. 1., 2015c (no prelo).

_____. Acontecimento enunciativo e formação sintática. In: **Línguas e Instrumentos Linguísticos.** Campinas, n. 35, p. 99-138, 2015e

_____. **Enunciação e relações linguísticas.** Campinas: Ed. da UNICAMP, 2018 (no prelo)

DUCROT, O. **O dizer e o dito.** São Paulo: Pontes, 1984

_____. Argumentação e ‘topoi’ argumentativos. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). **História e Sentido na linguagem.** Campinas: Pontes, p.-13-38, 1989 (Tradução de Eduardo Guimarães).

EVARISTO, Conceição. **Olhos d’água.** Rio de Janeiro: Pallas, 2014

Federação dos trabalhadores em empresas de crédito do Paraná. **Carta das juventudes.** Disponível em: www.fetecpr.org.br/carta-das-juventudes-por-uma-politica-de-juventude-participativa-e-democratica. Acesso em: 9/1/2017.

FERNANDES, Francisco. **Dicionário de regimes de substantivos e adjetivos.** Porto Alegre: Globo, 1958

FISCHER, A. L. **A Constituição do Modelo Competitivo de Gestão de Pessoas no Brasil: Um estudo sobre as empresas consideradas Exemplares.** 1998. 392 p. (Tese de Doutorado). FEA. USP. São Paulo. 1998.

FLORES, V. Semântica da Enunciação. In: BASSO & JUNIOR. **Semântica, semânticas**. São Paulo: Contexto, p. 89-104, 2013.

_____. Sobre a fala no *Curso de linguística geral* e a indissociabilidade língua/fala. In: FANTI, M. G. & BARBISAN, L. B. **Enunciação e discurso: tramas de sentidos**. São Paulo: Contexto, p.188-196, 2012

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber** (1969). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 7 ed., 2010

FRANCHI, Carlos. Criatividade e Gramática. In: São Paulo. **Secretaria de Estado da Educação de São Paulo**. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas – CENP, 1988.

GELEDÉS, Instituto da Mulher Negra. Disponível em: www.geledes.org.br. Acesso em: 10/1/2017.

GUIMARÃES, E. Enunciação e história. In: GUIMARÃES, E. (Org.). **História e sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, p.71-79, 1989

_____. Enunciação, língua, memória. **Revista da ANPOLL**, n. 2, p. 27-33, 1996.

_____. **Semântica do Acontecimento**. Campinas: Pontes, 2002

_____. Domínio semântico de determinação. In: GUIMARÃES, E.;MOLLICA, M. C. (Orgs.) **A palavra: forma e sentido**. Campinas: Pontes/RG, p. 79-96, 2007.

GUIMARÃES, I. C. T. O conceito de substantivo em uma perspectiva enunciativa. In: DIAS, L. F. **Enunciação e materialidade linguística**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2015

HARDY-VALLÉE, Benoit. **Que é um conceito?** (Tradução de Marcos Bagno). São Paulo: Parábola Editorial, 2013

HJELMSLEV, L. **Ensaio linguísticos**. São Paulo: Perspectiva, 1991

ILARI, R.. **Linguística e Ensino da Língua Portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1989

IMPEACHMENT, Sessão Extraordinária – 29/08/2016. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=njuEsriZpdk. Acesso em: 12/1/2017.

Jornal da cidade. Disponível em: www.jornaldacidadeonline.com.br. Acesso em: 10/1/2017.

Jornal Opção. “O livro negro do Vaticano”. Disponível em: www.jornalopcao.com.br/colunas/imprensa/o-livro-negro-do-vaticano. Acesso em: 5/1/2017.

LACERDA, P. B. G. **Bases sintáticas da enunciação em português: uma proposta sobre o adjunto adverbial**. Belo Horizonte, Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da UFMG, 2013. Tese de doutorado.

LADEIRA, Emiliana da Consolação. **O lugar do “sujeito indeterminado” sob uma abordagem enunciativa**. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2010

LIBERATO, Yara G. **A estrutura do SN em português: uma abordagem cognitiva**. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) - Universidade Federal de Minas Gerais, 1997

MATEUS, Mira et alli. **Gramática da Língua Portuguesa**. 7. ed. Lisboa: Caminho Coleção Universitária, 2006.

Mauá Sports. Disponível em: www.mauasports.com.br/web/index.php/independente-f-c/10-principais-noticias/264-gremio-perde-de-4x2-e-agora-tera-que-ser-100-no-restante-da-terceira-fase-da-segundona-paulista. Acesso em: 5/1/2016.

MOURA NEVES, M. H. A vertente da gramática tradicional. São Paulo: Unesp, 2004, 2 ed.

MOURA NEVES, M. H. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Unesp, 2011

MUNANGA, Kabengele. **Negritude – Usos e Sentidos**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

NEGRÃO, E. V. ; MÜLLER, Ana Lucia ; PEMBERTON, G. M. N. ; FOLTRAN, Maria José . O Adjetivo. In: Rodolfo Ilari. (Org.). **Palavras de Classe Aberta**. São Paulo: Contexto, v. 2, p. 243-265, 2014.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. In: **Caderno de pesquisas em administração**. São Paulo, p. 103-113, 1996.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, p.12, 2007.

PEREIRA FILHO, Luiz Tavares. Iniciativa privada e saúde. **Estud. av.**, São Paulo, v.13, n. 35, p. 109-116, Apr. 1999 .

PERINI, Mário A. **Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

_____. **Gramática descritiva do português brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2016

POSSENTI, S. **Os limites do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 41 ed., 2001.

ROSIER, Irène. Quelques aspects de la diversité des discussions médiévales sur l'adjectif. In: **Histoire Épistémologie Langage**. Tome 14, fascicule 1, pp. 75-100, 1992

SAID ALI, M. **Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1964

SANTOS SOUZA, Neusa. **Tornar-se negro** ou As Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social. Rio de Janeiro: Graal, 2 ed, 1990

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. São Paulo: Cultrix, 1975.

SCHNEDECKER, Catherine. Présentation: les adjectifs « inclassables », des adjectifs du troisième type ?. In: **Langue française**. N°136, 2002

SILVA, Edinho. Os desafios do modo petista de governar. Disponível em: www.dmpsp.org.br/opiniao/5-os-desafios-do-modo-petista-de-governar. Acesso em: 10/1/2017.

SOUSA DIAS. **Lógica do acontecimento**: Deleuze e a Filosofia. Porto: Edições Afrontamento, p. 89-112, 1995.

SOUZA, R. F.; DIAS, L. F. Problemas semânticos na classificação dos adjetivos. In: **XVI Jornada de Estudos Lingüísticos do GELNE**, 1999, Fortaleza (CE). Anais. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, v. I. p. 306-308, 1998.

UOL. Rapper Emicida critica racismo no Brasil: "Táxi não para, mas viatura para". Disponível em: www.televisao.uol.com.br/noticias/redacao/2015/09/20/rapper-emicida-critica-racismo-no-brasil-taxi-nao-para-mas-viatura-para.htm. Acesso em: 10/1/2017.

VIANNA, Marlene M. Z. **Adjunto adnominal e complemento nominal: por uma simplificação de análise**. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 1983.

VITRAL, Lorenzo. **Gramática inteligente do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2017